



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LETÍCIA DE SOUSA ARAÚJO

**ENTRE VIGILÂNCIAS E ILEGALISMOS: COTIDIANO E PRÁTICAS POLICIAIS
DO RONDA DO QUARTEIRÃO NO CEARÁ**

FORTALEZA

2013

LETÍCIA DE SOUSA ARAÚJO

ENTRE VIGILÂNCIAS E ILEGALISMOS: COTIDIANO E PRÁTICAS POLICIAIS DO
RONDA DO QUARTEIRÃO NO CEARÁ

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jania Perla Diógenes de Aquino.

FORTALEZA

2013

LETÍCIA DE SOUSA ARAÚJO

ENTRE VIGILÂNCIAS E ILEGALISMOS: COTIDIANO E PRÁTICAS POLICIAIS DO
RONDA DO QUARTEIRÃO NO CEARÁ

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ____/08/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Jania Perla de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Orientadora

Prof. Dr. César Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Membro da Banca Examinadora

Aos amigos policiais militares e colegas
do NPC.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força maior do universo que me proporcionou infinitas alegrias e conforto nos momentos de fraqueza.

Aos meus pais, o que eu tenho de mais lindo e precioso em minha vida, que com sua força, apoio e carinho não mediram esforços para me ajudar em todos os momentos de minha formação pessoal e acadêmica. Obrigada por sempre acreditarem na minha capacidade, nunca me deixando fraquejar nos momentos difíceis e, sobretudo, por sonharem comigo o meu sonho. Aos dois corações mais nobres que já conheci, minha eterna gratidão.

Ao meu irmão Victor, pela paciência e companheirismo nos últimos anos.

À minha irmã Patrícia e ao meu cunhado Thiago, pelo apoio e carinho dados nos momentos difíceis ao longo desses dois anos. À minha sobrinha Lívia, que alegra meus dias com seu sorriso lindo.

Aos meus padrinhos, que ao me acolherem com todo o carinho fizeram de seu lar o meu lar e tornaram-se imprescindíveis na realização de um sonho. Por todos os maravilhosos anos ao lado de vocês, toda a minha gratidão e respeito.

Aos meus tios, Elzinha e Paulinho, pelo apoio na reta final de conclusão desta dissertação.

Aos meus primos Adriano, Carine, Milvia e Camila, pelo apoio, contribuição e incansável torcida pelo meu sucesso.

Às minhas maravilhosas amigas Lara, Larissa, Camila e Bia que, cada uma à sua maneira, estiveram ao meu lado durante esses seis anos e me ofereceram a mais sincera e pura amizade além dos círculos acadêmicos. Obrigada por trilharem junto comigo esta caminhada de sonhos. Amo vocês.

Ao meu amigo e Tenente da Polícia Militar, Anderson Duarte, pelos anos de amizade incondicional, pela sempre boa vontade, pelas conversas sempre produtivas, pelos contatos fornecidos, pelos inúmeros esclarecimentos, pela paciência dedicada às minhas constantes dúvidas e inquietações. Agradeço, enfim,

por ter mediado muitas vezes minha aproximação com a Polícia Militar do Ceará e pelas sinceras palavras de incentivo.

Ao meu amigo Jorge Luan, pelas sugestões sempre pertinentes e atenciosas e pelo incentivo de sempre.

Aos meus colegas do mestrado pelo companheirismo durante esses dois anos. Em especial à minha amiga Talita pelo apoio pessoal nos momentos difíceis durante essa jornada.

À minha orientadora Jania Perla, pessoa que nutro especial carinho e amizade. Obrigada pelo apoio não apenas acadêmico, mas também pessoal, e por ter contribuído para o meu amadurecimento intelectual.

Ao professor César Barreira, por fazer parte desta banca e pela oportunidade que me foi dada no Laboratório de Estudos da Violência, sem dúvida o norteador de meu amadurecimento acadêmico e imprescindível à minha formação intelectual.

À professora Rosemary Almeida, pela gentileza e disponibilidade de fazer novamente parte desta banca examinadora.

A todos aqueles que juntos formam o LEV e me ensinaram o verdadeiro espírito de uma equipe vitoriosa. Em especial ao Marcos, Luiz Fábio, Clodomir, Leonardo, Kalina, Sabino e demais bolsistas.

A todos do NPC, local onde realizei minha pesquisa, pela acolhida e carinho. Em especial aos meus interlocutores e amigos policiais, sem os quais este trabalho não seria possível. Dedico a vocês este trabalho e lhes serei eternamente grata por tudo.

À Funcap, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro durante o mestrado.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, torceram pelo meu sucesso e vibraram com a minha vitória.

"Muitas vezes retornei do chamado "campo", que será isso, um capim gelado, paisagem pastagem, esvaziada de mim e repleta dos outros... quase cheia, de ossos fraturados; atropelada. Nossos valores mais caros espocam ou colidem. (...) Passam-se os dias e a sensação muda. Conforme escrevo preencho-me novamente de mim. Esta sou eu, com minhas dúvidas e inseguranças combatidas, em eterno questionar. Parece que preciso esvaziar-me do outro, aquilo que se convencionou como sendo "outro". É que não passa do "eu" em choque; eu questionado e sem sossego".

Andréa Martini

RESUMO

Este trabalho aborda o *Ronda do Quarteirão*, segmento da Polícia Militar concebido e implementado em 2007, no Ceará e apresentado pelo governo do estado à população como uma proposta de polícia comunitária, a “Polícia da boa vizinhança”. O marketing político e estético por trás das propagandas enfatizava as possíveis mudanças que a sofisticada infraestrutura de trabalho do programa traria. A partir de 2008, no entanto, alguns episódios envolvendo ações policiais e comportamentos considerados desviantes por parte dos agentes de segurança que atuam no Ronda suscitaram discussões sobre a viabilidade desta “nova polícia”. Percebeu-se, assim, que para além de uma proposta diferencial de polícia para o estado, dos regulamentos impostos aos seus agentes de segurança e de todo o aparato de vigilância ao qual estão submetidos, é a vivência da prática da atividade policial, com suas regras e mecanismos próprios de “sobrevivência” e reprodução, que permanece condicionando as ações policiais. É a partir desta constatação que ao abordar os principais aspectos do cotidiano deste segmento policial busco nesta pesquisa mostrar as transversalidades e agenciamentos que contornam os regulamentos oficiais e pautam o trabalho nas ruas, mostrando como essas normas são resignificadas na prática da atividade policial.

Palavras-chave: Ronda do Quarteirão, vigilância, cotidiano policial.

ABSTRACT

This paper approaches the Ronda do Quarteirão, a Military Police segment designed and implemented in 2007, and presented by the Ceará state government to the population as a community policing proposal, the "Police of good neighborhood." Political and aesthetic marketing behind the advertisements emphasized the possible changes that the program's sophisticated work infrastructure would bring. From 2008, however, some episodes involving police actions and behaviors considered deviant by the security agents who act in Ronda raised discussions about the feasibility of this "new police". It was felt, therefore, that beyond a different police proposal to the state, the regulations imposed on its security officers and all the surveillance apparatus to which they are subjected, it is the experience and practice of police activity, with its own rules and mechanisms of "survival" and reproduction, that remains conditioning the police actions. From this realization, addressing the main aspects of this police segment day-by-day, I seek in this research show transversalities and assemblages that circumvent the official regulations and guided work on the streets, showing how these rules are resignified in the police activity practice.

Keywords: Ronda do Quarteirão, surveillance, policemen day-by-day.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Aparato tecnológico interno da viatura do Ronda do Quarteirão

FIGURA 2 – Modelo da viatura do Ronda do Quarteirão

FIGURA 3 – Montagem satirizando a contratação do estilista Lino Villaventura e o carro de luxo escolhido como viatura do programa

FIGURA 4 – Ronda do Quarteirão: novos fardamentos e viaturas

FIGURA 5 – Charges ironizando os acidentes e a limitação da velocidade das viaturas pelo comando do Ronda do Quarteirão

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Matriz curricular do curso de formação dos policiais do Ronda do Quarteirão

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO 1 – O RONDA DO QUARTEIRÃO NO CONTEXTO DA (IN) SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ | 19 |
| 1.1 Resistências e divisões: a “polícia do luxo” e a “polícia do lixo” | 31 |
| 1.2. O Ronda do Quarteirão e sua credibilidade em xeque. | 33 |
| 1.3. Polícia Comunitária? O Ronda do Quarteirão entre o discurso e a prática. | 35 |
| CAPÍTULO 2 – PERCURSOS METODOLÓGICOS | 42 |
| 2.1. Dificuldades para uma aproximação etnográfica | 42 |
| 2.1.1. <i>O Ronda e a paralisação dos militares estaduais do Ceará: “A criação indo de encontro ao criador”</i> | <i>44</i> |
| 2.2. Sobre o Núcleo de Policiamento Comunitário (NPC)..... | 47 |
| 2.3. Primeiras aproximações, primeiras impressões | 49 |
| 2.4. O desafio de conquistar “confiança” em um ambiente de “desconfiança” .. | 54 |
| 2.4.1. <i>“É tudo teatro!”: o desabafo de um soldado e os dilemas de uma pesquisa</i> | <i>58</i> |
| 2.4.2. <i>Amizades e afetos em campo</i> | <i>62</i> |
| 2.4.3. <i>Prestígio e poder em campo: os usos do pesquisador por seus interlocutores</i> | <i>64</i> |
| 2.5. Ser mulher em campo: etnografia e gênero | 70 |
| 2.6. Saída do campo: uma difícil decisão | 73 |
| CAPÍTULO 3 - TRABALHO POLICIAL SOB VIGILÂNCIA: O SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DO RONDA DO QUARTEIRÃO | 75 |
| 3.1. Disciplina, poder e controle: pensando o sistema de videomonitoramento do Ronda do Quarteirão | 75 |
| 3.2. O sistema de videomonitoramento: ver, ouvir, ser ouvido | 79 |
| 3.3. O “Big Brother Brasil” da Polícia Militar cearense..... | 81 |

| | |
|--|------------|
| 3.4. O “Ronda da Paquera” em ação: da discricção à exposição..... | 84 |
| 3.5. “Tirar um QRX”: o caso de policiais dormindo durante o serviço..... | 86 |
| 3.6. O Ponto-Base (PB) e o “acocho” do monitoramento..... | 89 |
| 3.7. É por causa desse excesso de controle!”: resistências ao videomonitoramento” | 92 |
| CAPÍTULO 4 – ENTRE INFORMALIDADES E ILEGALISMOS: O COTIDIANO DE TRABALHO POLICIAL NO RONDA DO QUARTEIRÃO..... | 98 |
| 4.1. O processo de interação durante o policiamento: construindo relações de reciprocidade..... | 100 |
| 4.2. No limiar entre o permitido e o não permitido | 105 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 115 |

INTRODUÇÃO

Compreender a escolha de meu objeto de pesquisa é resgatar uma trajetória de descobertas e, porque não dizer, “encantamento” e empatia por uma temática instigante e extremamente complexa como a violência. Foi a entrada no Laboratório de Estudos da Violência em 2008 na condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq – que me impulsionou para minhas primeiras experiências com a pesquisa de campo. A multiplicidade de aspectos relacionados à violência, bem como as atividades por mim desenvolvidas no LEV – como a coleta diária de notícias veiculadas nos jornais cearenses O Povo e Diário do Nordeste – despertaram-me o interesse pelo estudo da atividade policial, que acabou mostrando-se um campo extremamente rico para uma pesquisadora iniciante. Ao longo desses anos de participações em conferências, seminários, reuniões e eventos sobre segurança pública e a Polícia Militar do Ceará, fui formando meu círculo de contatos e informantes-chave. Os policiais, quase sempre muito fechados a respeito de questões envolvendo seu trabalho, mostraram-se aos poucos bastante solícitos ao meu estudo. Formal ou informalmente, as informações que fui obtendo a partir dessas participações me abriram um leque de possibilidades que foram de grande utilidade ao longo do caminho que ainda pretendia percorrer.

Na pesquisa realizada para minha monografia¹, trabalhei com aqueles que se auto-intitulam a “mola impulsionadora” da segurança pública: os oficiais da Polícia Militar do Ceará, policiais responsáveis pelas atividades administrativas e executivas de comando que atuam no Ronda do Quarteirão, programa de policiamento comunitário implantado em 2007 pelo Governo do Estado do Ceará. Busquei com esse primeiro processo de investigação, a partir da reconstrução das narrativas dos próprios policiais, compreender o que poderia chamar “a outra face da moeda”, o que estava por trás das ações e do trabalho policiais que até então eu conhecia apenas através de um viés midiático e a partir de uma visão pautada em estereótipos quase sempre negativos. Foi quando percebi o quão superficial era ainda a minha visão acerca da profissão policial. Essas primeiras impressões foram

¹ Intitulada “Cotidiano e práticas policiais: o Ronda do Quarteirão em revista”, sob a orientação do professor César Barreira.

aos poucos sendo desconstruídas na medida em que minha aproximação com o segmento policial foi se tornando cada vez mais intenso no universo da pesquisa.

Nos últimos anos, as práticas policiais têm sido objeto de investigação de vários autores (BITTNER, 2003; BRODEUR, 2002; GOLDSTEIN, 2003; MONJARDET, 2003), na tentativa de compreender parte do inesgotável e complexo mundo policial. Porém, como sugere Monjardet (2003), a análise das práticas policiais não revela por si só uma “verdade da polícia” sendo preciso levar em conta as três principais dimensões estruturais do aparelho policial: os aspectos **institucionais**, que fazem da polícia um órgão de promoção dos interesses coletivos, valores e instrumento de controle; os aspectos **organizacionais**, que caracterizam a instituição policial por meio da observância de regras, procedimentos e especialização de tarefas e técnicas; e os aspectos **profissionais**, nos quais são considerados identidade, cultura e interesses próprios desse grupo. Por não serem levados em conta esse conjunto de aspectos é que, segundo o autor, surgem os equívocos e as lacunas acerca da instituição policial.

Neste novo processo de investigação voltado para a minha pesquisa de mestrado, abordo novamente a atividade cotidiana policial partindo da ideia de que é nela “que se estruturam os significados que conformam a ação policial em grande parte independentemente de estruturas organizacionais e que podemos buscar as origens de seu saber.” (BRETAS, 1997b, p. 35).

Para tal, priorizei neste estudo trabalhar com a categoria de “praças” da Polícia Militar, aqueles policiais que desempenham a função de execução de tarefas, mais especificamente o policiamento ostensivo nas ruas. Isso porque considerei fundamental contemplar as narrativas dos agentes de segurança que se encontram, podemos dizer, na “linha de frente” do combate à violência, no enfrentamento diário da rotina de policiamento e que certamente teriam muito a dizer acerca dos principais aspectos envolvendo a atividade policial e as experiências vividas no exercício de sua profissão.

Este trabalho foi desenvolvido, sobretudo, a partir de uma pesquisa de campo realizada junto aos policiais do Ronda do Quarteirão que atuam em um dos Núcleos de Policiamento Comunitário (NPC) localizados em Fortaleza. Através de visitas

periódicas realizadas durante seis meses² foi possível obter um rico detalhamento etnográfico acerca desse universo social tão bem circunscrito e específico como o da instituição policial, apesar desta ainda se manter de um modo geral fechada no tocante a sua dinâmica interna. Além desta incursão em campo, no desenvolvimento desse estudo contei ainda com uma heterogeneidade de fontes que o alicerçaram e enriqueceram, tais como notícias veiculadas nos principais jornais impressos da cidade a respeito do Ronda do Quarteirão, entrevistas em profundidade e semi-estruturadas com policiais do NPC que adquiri maior proximidade durante a pesquisa e dados formais e informais acumulados a partir de experiências de pesquisa anteriores a respeito da Polícia Militar do Ceará.

Percebi que em decorrência de uma função social que tem sido oficialmente atribuída à polícia enquanto peça-chave no aparato da segurança pública dos Estados Nacionais, há a expectativa de que o corpo policial seja assíduo no cumprimento da lei. Porém, na prática tem-se observado que por trás de uma aparente observância rígida à legislação, a informalidade (e, não raro, a ilegalidade) exercem protagonismo no cotidiano de trabalho das Polícias. Com base nesta nova incursão em campo realizada com policiais militares do Programa Ronda do Quarteirão, observei que determinadas práticas como dormir durante o serviço, receber comida de moradores e donos de estabelecimentos comerciais e até receber gratificações destes em troca de “atenção especial” concedida a seus estabelecimentos, dentre outras, são corriqueiras e não são percebidas como “erro” ou “desvio” em suas funções. No caso do Ronda do Quarteirão notei, assim, que para além da proposta de uma “nova polícia”, dos regulamentos impostos aos seus agentes de segurança e de todo o aparato de vigilância ao qual estão submetidos, é a vivência da prática da atividade policial, com suas regras e mecanismos próprios de “sobrevivência” e reprodução, que inúmeras vezes determinam as ações policiais. É a partir desta constatação que ao abordar os principais aspectos do cotidiano deste segmento policial busco neste trabalho mostrar as transversalidades e os agenciamentos que contornam os regulamentos oficiais e pautam o trabalho nas ruas, mostrando como essas “normas do quartel” são resignificadas na prática da atividade policial.

² A pesquisa foi realizada nos meses de março, abril, maio, agosto, setembro e outubro de 2012.

Para tal, este trabalho encontra-se, portanto, estruturado da seguinte forma:

No **primeiro** capítulo contextualizo o surgimento do programa Ronda do Quarteirão enquanto proposta de uma “polícia comunitária”, a “polícia da boa vizinhança” para o estado do Ceará, enfatizando suas principais características, sua implantação pautada sob um forte marketing político, estético e midiático e os reais contornos que o programa adquiriu na prática, apresentando elementos empíricos que vão de encontro a alguns objetivos iniciais do projeto Ronda do Quarteirão e vem dificultando sua execução.

O **segundo** capítulo possui caráter metodológico. Nele foram discutidas as principais etapas que permearam o processo de inserção em meu campo empírico sendo apresentados desde os primeiros contatos de negociação da pesquisa junto ao comando da Polícia Militar do Ceará às principais dificuldades encontradas, sobretudo, quando se estuda grupos fechados como a Polícia Militar, e que, muitas vezes, são determinantes na redefinição dos rumos de nosso trabalho. É apresentado também o *locus* empírico escolhido para a realização deste estudo e a dinâmica de funcionamento de suas atividades bem como minhas primeiras aproximações com os sujeitos de pesquisa neste ambiente. São discutidas, ainda, as questões ligadas à própria experiência de pesquisa com ênfase nas questões ligadas aos seus dilemas éticos, à negociação do lugar de pesquisadora em um ambiente ao qual não se tem familiaridade e as relações de poder, gênero, proximidade e confiança envolvendo o pesquisador e seus interlocutores.

No **terceiro** capítulo, abordo especificamente o cotidiano de trabalho dos policiais militares a partir de sua relação com os novos investimentos em tecnologia trazidos com o programa Ronda do Quarteirão, precisamente, a maneira como os policiais lidam com a vigilância e o controle aos quais estão submetidos a partir do sistema de videomonitoramento das viaturas, de que forma ele interfere no desempenho de suas funções determinando seus modos de agir e até que ponto ele inibe a prática de comportamentos considerados desviantes.

Por fim, no **quarto** capítulo apresento as maneiras como se constroem e são percebidas no dia-a-dia do trabalho de policiamento ostensivo as redes de relações entre policiais, moradores e donos de estabelecimentos comerciais das

comunidades onde tais agentes de segurança atuam, em alguns casos pautadas na reciprocidade, troca de favores ou até mesmo em ilegalidades – embora neste último caso não seja percebida como tal por esses sujeitos. Mostro, portanto, até que ponto essa pretensão de constituir uma Polícia Comunitária, pautada na proximidade e desenvolvimento de parcerias com a população, estimula o efetivo do *Ronda do Quarteirão* a quebrar de protocolos e “afrouxar” de regras.

CAPÍTULO 1 – O RONDA DO QUARTEIRÃO NO CONTEXTO DA (IN)SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ

O contexto da segurança pública no Ceará é marcado por uma trajetória de crises e violência que sucessivamente se repetiu em vários mandatos para o governo do estado, ainda que nas últimas décadas a área de segurança tenha sofrido diversas alterações em sua estrutura administrativa e operacional com o intuito de recuperar a credibilidade que há muito os órgãos responsáveis haviam perdido.

Em seu primeiro mandato (1987-1990), com o chamado “governo das mudanças”, o então Governador Tasso Jereissati na tentativa de romper os laços coronelistas que até então conduziam a dinâmica política do Ceará anunciou o começo de uma moderna administração pública. No campo da segurança pública, no entanto, pouco pôde ser feito tendo em vista o descrédito e o despreparo das instituições policiais e da própria população, ainda fortemente arraigadas à cultura do autoritarismo, para processo de redemocratização pelo qual o país passava.

É importante destacar que foi durante esse período que surgiu a primeira tentativa de se instalar um modelo de policiamento comunitário no estado, com a criação dos conselhos comunitários de segurança (através do decreto nº 18.411 de 09.02.87) e a implantação de um projeto-piloto no bairro Parquelândia, em Fortaleza, que contava com catorze policiais militares trabalhando de segunda a sábado, em um turno de 08 (oito) horas (DUARTE, 2011). Esse primeiro projeto de policiamento comunitário acabou extinto no fim do mandato do então governador Tasso Jereissati na medida em que foi perdendo a credibilidade conquistada quando começou “a ser capitalizado em termos político-eleitorais, inclusive pelo comandante idealizador, candidato a cargo político” (p. 18), além de sua não continuidade pelo Governo Ciro Gomes (1991-1994) marcado, no âmbito da segurança pública, por noticiários nacionais e internacionais sobre casos de tortura policial, sendo o mais conhecido

deles o de um pedreiro flagrado em uma delegacia de Fortaleza por uma comissão de direitos humanos³.

O segundo mandato de Tasso Jereissati (1995-2002) foi marcado por crises geradas pelo episódio conhecido como “Caso França” que denunciou o envolvimento de policiais civis e militares, inclusive integrantes da alta cúpula da segurança pública, em práticas delituosas como assalto, corrupção, tráfico de drogas e extorsão. Após este incidente, o então Governador Tasso Jereissati anunciou um programa de reformas no quadro administrativo-institucional da segurança pública, a começar pela extinção da Secretaria de Segurança Pública que agora passa se chamar Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) e traz consigo mudanças em sua estrutura administrativa atuando com um comando único das polícias militar, civil e corpo de bombeiros. Iniciou-se a integração do sistema estadual de segurança pública alicerçada pela idéia do distrito-modelo (DM), implantada até o último mandato de Tasso Jereissati (1999-2002) e que consiste em

[...] uma reconfiguração das estruturas das delegacias [...] em pólos modernizados, bem estruturados e equipados com armamentos, sistema de informação e a presença das duas polícias, mais a Companhia Militar e Corpo de Bombeiros, para que as novas ações fossem concretizadas de forma integrada (FREITAS; MELLO; ALMEIDA, 2009, p. 37).

No governo de Lúcio Alcântara (2003-2006)⁴, companheiro de partido de seu antecessor, a segurança pública seguiu as estratégias anteriores. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC) passou a denominar-se Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), os distritos-modelos passaram a ser chamados de áreas operacionais integradas e houve a criação de uma corregedoria única dos órgãos de segurança a fim de amenizar o corporativismo e a conseqüente impunidade dentro das polícias. Como nos

³ ABREU, D; ALMEIDA, R. O. As entidades dos direitos humanos e a política de segurança pública: entre a crítica e a parceria. In: BARREIRA, C. (org). **Questão de segurança: políticas governamentais e práticas policiais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Cap. 3, p. 91-111.

⁴ Sobre as principais características do Governo de Lúcio Alcântara na área da segurança pública ver: FREITAS, G.J; MELLO, P.D.A; ALMEIDA, R.O. **Organizações policiais em revista**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

governos anteriores, a administração de Lúcio Alcântara para a área da segurança pública apresentou suas falhas. A começar pela escolha dos gestores da segurança influenciada por relações políticas, não pelos quesitos competência e/ou experiência. Outros problemas que abateram o Governo foi a existência de um possível grupo de extermínio agindo como segurança privada ligada a algumas empresas, bem como inúmeros casos de corrupção, violência policial e notícias veiculadas na mídia acerca da diminuição dos investimentos na área da segurança pública – mais tarde justificada pela diminuição no repasse de verba pelo Governo Federal – e as precárias condições de trabalho dos policiais civis que desencadearia em 2005 uma greve da categoria.

Foi diante deste contexto de fragilidades no combate à violência e à insegurança nessas ações implementadas ao longo dos anos, que o atual Governador do Estado, Cid Ferreira Gomes, dirigiu seus esforços durante toda a campanha eleitoral de 2006 para a área da segurança pública. A partir do que Barreira (2008) chama “politização dos problemas da área de segurança pública”, quando os problemas envolvendo a questão da violência, da insegurança e do medo aparecem como estratégia eleitoral para angariar votos⁵ – implantou-se no final do ano de 2007 o programa Ronda do Quarteirão.

Segundo o projeto original, “o Ronda fundamentou-se estrategicamente a partir da delimitação do problema ‘a criminalidade no Ceará alcançou dimensões inaceitáveis’ [incluindo] uma proposta de policiamento ostensivo a ser desenvolvido de forma permanente, interativa e essencialmente preventiva” (CEARÁ, 2007, p. 4). A partir dessa idéia, criou-se, como foi dito, um batalhão exclusivo para o Ronda do Quarteirão – o maior batalhão de segurança pública da América Latina⁶ – e apostou-se em um redirecionamento das estratégias de policiamento através, segundo o projeto, dos princípios de uma *polícia comunitária*, a “polícia da boa vizinhança”⁷, baseada no reforço dos vínculos entre a polícia e a comunidade, que pautava também o discurso oficial do governo estadual a respeito do programa:

⁵ Como vimos, tal “politização” já se fez presente na primeira experiência de policiamento comunitário no Ceará, porém sem ter alcançado a forte visibilidade que o programa Ronda adquiriu, como veremos.

⁶ Disponível em: <<http://rondabpcom.blogspot.com.br/2012/03/o-ronda-na-internet.html>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

⁷ Slogan do Programa Ronda do Quarteirão, que reforçava a idéia de uma polícia mais próxima à população e ao bairro em que atuaria.

O Ronda do Quarteirão tem esse objetivo de vincular o policiamento à rotina da comunidade. Então, o policial quando ele vem pro Ronda faz um treinamento específico para ele buscar a comunidade onde ela está: nas igrejas, nas escolas, nos hospitais, nas praças, sobretudo, nas residências. [...] Então, o propósito é fazer com que o policial esteja mais próximo das pessoas. Ou seja, o policial precisa saber o nome das pessoas, conhecerem as famílias, e as famílias também precisam conhecer esse policial como sendo deles [...] Se isso acontece, todos ganham e a gente tem condições de fazer o trabalho muito mais preventivo e menos reativo. (Entrevista concedida à pesquisadora pelo então Sobcomandante do Ronda do Quarteirão após a Conferência Livre de Segurança Pública ocorrida durante a programação dos 174 anos da Polícia Militar do Ceará no dia 16 de maio de 2009).

A respeito do policiamento comunitário, é importante dizer que existe toda uma discussão teórica em relação ao uso deste termo, que adquiriu certa popularidade e vem sendo largamente utilizado para designar as mais variadas estratégias de policiamento. Antes de prosseguir, portanto, é necessária uma breve discussão sobre o policiamento comunitário e as definições que o compõem. De acordo com Skolnick e Bayley (2002), vários tipos de programa são associados a este tema. Segundo eles,

Causa grande confusão a grande variedade de programas descritos como “policiamento comunitário”. Ele tem sido associado a programas como os de Vigilância de Bairro e minidelegacias, a comunidades homossexuais, à atenção especializada a problemas relacionados a mulheres e crianças, às visitas espontâneas de policiais às moradias, a campanhas na mídia para melhorar a imagem da polícia, rondas a pé, [...] estabelecimento de “casas seguras” para escolares, estratégias para a redução do medo do crime na população, ronda direcionada [directed patrol], discotecas e ligas de atletismo patrocinadas pela polícia, patrulhas montadas, e criação de policiamento auxiliar feito por cidadãos. (SKOLNICK e BAYLEY, 2002, p. 16)

Dessa forma, os autores sustentam que há na realidade uma retórica de policiamento comunitário, pois o conceito muitas vezes não seria utilizado efetivamente na prática, mas por conta do apelo popular que o termo evoca. Segundo eles, para que haja, de fato, um policiamento comunitário, o público deveria exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança desejada.

Rolim (2006) corrobora com os autores e afirma que o uso do termo por parte de políticos e chefes de Estado geralmente tem por objetivo alcançar o que ele denomina de “efeito auréola”, um efeito positivo, já que, como o termo “comunidade”

parece não permitir nenhuma conotação negativa, ninguém seria contra um tipo de policiamento “comunitário”.

Nesse sentido, Skolnick e Bayley buscam diferenciar o policiamento comunitário de outros modelos tradicionais, apresentando elementos que caracterizariam esse tipo de policiamento. Seriam eles a prevenção do crime baseada na comunidade, elencada como objetivo último e peça central desse tipo de policiamento (p. 19); a reorientação das atividades de patrulhamento, dando ênfase em serviços não-emergenciais devendo os policiais comunitários estar liberados do sistema de atendimento de emergências para que possam se dedicar a uma prevenção do crime, mesmo objetivo do policiamento tradicional, mas diferente deste por ser realizado de forma proativa (p.24); aumento da responsabilização da polícia, com o fomento da participação do público através da criação de canais recíprocos de comunicação (p.32) e, por fim, tratam da descentralização do comando com o intuito de “ganhar a flexibilidade necessária para dar formas às estratégias policiais em certas áreas” (p. 33), mesmo não detalhando melhor o que seria essa flexibilidade.

O autor americano Trojanowicz (1999) também traz uma importante definição do que seria policiamento comunitário e que é bastante utilizada em manuais de polícias brasileiras, inclusive pela Polícia Militar do Ceará. Segundo o autor:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (TROJANOWICZ, 1994, p.04 apud SENASP, 2010, p.457).

Vale salientar que diante destas teorias, existe uma diferenciação entre o que seria “Policiamento comunitário” e “Polícia Comunitária”. Enquanto a “Polícia Comunitária” seria entendida como uma “filosofia de trabalho”, o “Policiamento Comunitário” é definido como a “ação de policiar junto à comunidade”, estabelecendo uma separação entre o ideal teórico (Polícia Comunitária) que seria extensivo também à comunidade e que seria complementado por uma ação própria da polícia (policiamento comunitário), idealizada da mesma forma.

O Ronda do Quarteirão buscaria, assim, priorizar aspectos como a polícia de proximidade, a integração com a comunidade por meio de visitas comunitárias (em residências, escolas, praças, etc.) e a formação de seus agentes policiais voltada, sobretudo, para a garantia dos direitos individuais a partir da elaboração de uma grade curricular específica na qual foram incorporadas as disciplinas de Policiamento Comunitário, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, sugerida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

TABELA 1 – Matriz curricular do curso de formação dos policiais do Ronda do Quarteirão

| Nº | DISCIPLINA / ATIVIDADES | MÓDULO | C/H |
|----|---|-------------|-----|
| 1 | Teste de Aptidão Física – TAF | Coordenação | 6 |
| 2 | Relações Interpessoais e Formas de Intervenção | Prático | 4 |
| 3 | Direitos Humanos | Teórico | 4 |
| 4 | Mediação de Conflitos | Teórico | 8 |
| 5 | Polícia Comunitária e Sociedade | Teórico | 8 |
| 6 | Mobilização Social e Estruturação dos Conselhos Comunitários | Prático | 8 |
| 7 | Gestão pela Qualidade na Segurança Pública | Prático | 8 |
| 8 | Troca de Experiências de Polícia Comunitária (visita ou palestra) | Prático | 4 |
| 9 | Abordagem policial | Prático | 10 |
| 10 | Uso progressivo da força | Prático | 10 |
| 11 | Tiro defensivo – Método Giraldi | Prático | 40 |
| | TOTAL | | 112 |

Fonte. Projeto do Programa Ronda Ronda do Quarteirão, 2007.

Dentre os objetivos do programa declarados em seu projeto estão a diminuição dos índices de criminalidade e violência; a satisfação da população em relação ao atendimento oferecido pelos agentes de segurança por meios das ações de policiamento comunitário; participação da comunidade na análise e solução dos problemas de segurança pública; o fortalecimento dos laços de confiança entre polícia e comunidade; e redução na sensação de insegurança nas comunidades assistidas pelo programa.

Logo que foi implantado o Programa Ronda contemplou cinco áreas da capital Fortaleza e região metropolitana⁸ como projeto piloto escolhidas por suas características específicas, sobretudo, critérios ligados à economia, classe social, tipicidade criminal, locais com intenso fluxo de pessoas e comércios, dentre outros. A segunda fase do Programa, que teve início a partir do segundo semestre de 2009 e concluída até o final de 2010, contemplou também cidades do interior do estado.

Segundo o projeto, para atingir o objetivo de uma “polícia de aproximação”, seria necessário que ela trabalhasse em um espaço geográfico pequeno. Para isso, os policiais atuariam exclusivamente em sua respectiva base territorial (cada uma possuindo de 1,5 a 3 Km²) a bordo de modernas viaturas equipadas com a mais alta tecnologia em equipamentos, tais como: Terminal Móvel de dados (TMD), um computador de bordo que contém a ficha criminal de acusados e informações sobre número de placas de veículos; “cabeça de bode”, sistema de rádio-comunicação ligado ao Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPs) que repassa para a viatura as ocorrências solicitadas pelo 190; câmeras de vigilância na parte dianteira e traseira da viatura; e um celular para atender as demandas de suas respectivas áreas⁹ (figura 1).

⁸ Foram elas: Aldeota / Meireles / Praia de Iracema; Centro; Bom Jardim; Jangurussu; Conjunto Jereissati I, II e III (Maracanaú).

⁹ Logo no início do programa, foram distribuídos aos moradores de cada área folders de identificação contendo a foto dos policiais que lá atuavam, além de ímãs de geladeira com o número do telefone de cada viatura. Para ilustrar a preocupação com os detalhes e a imagem do programa, um policial em conversa informal revelou que no começo havia toda uma produção especial com os policiais de cada viatura, que recebiam no DETRAN-CE (Departamento de Trânsito do Ceará) um treinamento especial sobre como atender as pessoas, além de regras de etiqueta e maquiagem para as fotos que seriam estampadas em tais folders.

FIGURA 1 – Aparato tecnológico interno da viatura do Ronda do Quarteirão



Fonte: Jornal O Povo

O projeto Ronda do Quarteirão e essa nova proposta para a segurança pública contou com um investimento de R\$ 44 milhões do estado, sendo R\$ 30 milhões destinados somente à compra de viaturas importadas modelo Toyota Hilux SW4 (figura 2) que constituem, aliás, uma questão a parte na medida em que desencadeou, juntamente com outros aspectos que veremos adiante, inúmeras críticas ao programa antes mesmo de ter sido implantado oficialmente.

FIGURA 2 – Modelo da viatura do Ronda do Quarteirão



Fonte: Blog Eu Podia Tá Matando

O processo licitatório das viaturas foi a primeira delas. A empresa Nissan do Brasil Automóveis Ltda questionou judicialmente um possível “privilégio” concedido a uma grande marca de carro em detrimento de outras empresas, não abrindo concorrência para que estas participassem desse processo. A justificativa dada era a de que o único carro do mercado que atendia as exigências do edital do governo do estado era a Toyota. O processo de licitação chegou a ser suspenso pelo Tribunal de Contas do Ceará (TCE) que alegou que a descrição dos carros explicitadas nesse edital limitava a participação de empresas concorrentes¹⁰ e exigiu um prazo para que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Comissão Licitante prestassem esclarecimentos. O processo logo foi reaberto e as 300 Hilux Toyota foram as vencedoras da licitação.

Ainda em relação à aquisição das novas viaturas do Ronda, foi comum também na época ouvir em conversas corriqueiras entre a população comentários relacionados àquilo que foi considerado uma ostentação: “*não precisava ser uma Hilux*”, “*isso é uma exagero caro*” ou “*a manutenção de um carro desse é caríssima*”. O Deputado Estadual Heitor Ferrer, opositor do governo na Assembléia Legislativa,

¹⁰ SUSPENSA licitação para a compra de viaturas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 23 mai. 2007. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=435892>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

também se manifestou a respeito: *"Eu não vou me quedar com os argumentos da base do governo na Assembléia, quando um carro vai custar ao Estado R\$ 150 mil, e uma moto vai sair a R\$ 18.750,00"*¹¹, disse um deles.

O Governador do estado no evento de lançamento do programa não deixou de pronunciar-se diante das críticas. Seu discurso girou em torno da importância de modernização da polícia cearense que, segundo ele, encontrava-se *"na Idade da Pedra Lascada"*:

Os carros comprados pela polícia há menos de dois anos estão liquidados. A polícia tem que estar bem equipada para intimidar os bandidos. Vou continuar investindo para enfrentar em pé de igualdade a criminalidade organizada que usa tecnologia há muito tempo¹².

No mesmo dia, o então Secretário de Segurança Pública também se pronunciou anunciando um *"dia de glória"* para a segurança pública cearense: *"Não estamos dando à população um carro blindado, feio, pintado de preto (provavelmente fazendo referência ao conhecido 'Caveirão' do BOPE no Rio de Janeiro), mas um carro novo, bonito, com profissionais capacitados"*.

A capacitação desses novos policiais que atuariam no programa, inclusive, foi motivo de críticas ao programa. Os novos policiais recrutados passaram pelo que a imprensa nesse período chamou *"treinamento relâmpago"* de apenas três meses¹³, na época a menor carga horária entre os estados do Nordeste, o que despertou a crítica não apenas da mídia, mas também de setores da população em geral e da comunidade acadêmica formada por estudiosos e pesquisadores da área da segurança pública e violência¹⁴. Essa polêmica em torno da importância da formação e o despreparo dos policiais do Ronda do Quarteirão voltou à tona em 2010, quando em uma abordagem policial um jovem de 14 anos foi confundido com um assaltante e alvejado por disparos fatais enquanto trafegava a bordo de uma

¹¹ RONDA do Quarteirão: juiz manda suspender a licitação dos carros. **Direito 2**. 8 jun. 2007. Disponível em: <<http://direito2.com/tjce/2007/jun/8/ronda-de-quarteirao-juiz-manda-suspender-a-licitacao-dos>>. Acesso em: 16 jul.2012.

¹² Ver SEGURANÇA recebe 286milhões. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 22 nov. 2007. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489461>>. Acesso em: 29 mai.2009.

¹³ Posteriormente o período do curso de formação de soldados do Ronda do Quarteirão teve duração de seis meses.

¹⁴ Ver: ESPECIALISTAS alertam para formação policial. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 8 nov. 2007. Disponível em: <www.diariodonordeste.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2009.

motocicleta conduzida por seu pai¹⁵, caso que gerou intensa comoção social e repercussão midiática.

Junto a estas questões está a polêmica em torno do novo fardamento – exclusivo para os policiais que atuariam no programa e que os diferenciaria dos demais da corporação – que foi escolhido a partir da realização de um concurso entre estilistas que premiou com 15 mil reais o vencedor. O famoso estilista Lino Villaventura venceu após criar uma farda considerada “menos agressiva”, com um tom de cor mais claro para romper com o “peso” da farda cor de caqui, mais escura, típico de uma instituição militarizada como a polícia. Características estas materiais, mas com o interesse simbólico de despertar no imaginário da população uma legitimação desta “nova polícia”, o que evidencia a preocupação com a imagem do Ronda do Quarteirão. (figuras 3 e 4).

FIGURA 3 – Montagem satirizando a contratação do estilista Lino Villaventura e o carro de luxo escolhido como viatura do programa



Fonte: Blog do Guilhon. 7 jun. 2007

¹⁵ Ver: GAROTO morto com tiro de PM. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 26 jul. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=821318>>. Acesso em: 20 set. 2010.

FIGURA 4 – Ronda do Quarteirão: novos fardamentos e viaturas



Foto: Cícero Oliveira

Dentro de todo o contexto de *frisson* que se criou em torno do programa Ronda do Quarteirão desde a sua implantação, a questão das viaturas e do fardamento nos faz pensar exatamente no significado da estética como forma de construção de uma visibilidade política. Para Jacques Rancière (2005), a política possui um caráter estético que lhe é inerente e que, através da inserção de sujeitos e objetos inéditos, confere visibilidade ao que até então não despertava atenção.

No caso do Ronda do Quarteirão, percebeu-se a intenção do Governo do Estado em torno do marketing político e estético interessado em proporcionar uma “nova imagem” à Polícia Militar, de maneira que despertasse o interesse e a expectativa da população. Esta fora previamente informada, através da mídia e antes da implantação oficial do programa, a respeito dessa nova proposta para a segurança pública do estado e sua moderna infraestrutura. Jornalistas vasculhavam atrás das primeiras imagens das novas viaturas: “*As cinco primeiras caminhonetas Hilux, que fazem parte do projeto Ronda do Quarteirão, do Governo do Estado,*

*chegaram, ontem à noite, a Fortaleza*¹⁶. Os jornais anunciavam: *“Depois de onze meses de ‘suspense’, o governo vai lançar oficialmente, hoje, o Projeto ‘Ronda do Quarteirão’*¹⁷. No dia da solenidade oficial de lançamento do programa, viaturas saíram em desfile pelas ruas juntamente com os novos policiais já ostentando o novo fardamento e moradores “frustrados” no dia seguinte relatavam: *“Acordei cedo e me sentei na porta de casa só pra ver o ‘Ronda’ passar. Mas ele não passou por aqui*¹⁸”. Toda essa ostentação trazida pelo Ronda do Quarteirão refletiu nos próprios policiais do programa que, em sua maioria jovens, também chamavam a atenção das pessoas adquirindo, inclusive, a “fama” de “namoradores” e apelidados dentro e fora da corporação de “Ronda da Paquera”.

1.1. Resistências e divisões: a “polícia do luxo” e a “polícia do lixo”

Ao contextualizar o programa Ronda do Quarteirão merece destaque o fato de que sua implantação desencadeou conflitos e tensionou as relações de poder dentro da Polícia Militar do Ceará a partir de uma série de divergências que acarretaram uma tensão constante entre os “policiais antigos” – considerados mais experientes por estarem há mais tempo na corporação – e os “novos policiais”, os pejorativamente chamados “meninos do Ronda”, por serem em sua maioria jovens e iniciantes na carreira policial militar. Não é novidade que geralmente tudo aquilo que é novo de início causa estranhamento e sofre resistências. Quando se trata das forças policiais brasileiras, as resistências às inovações adquirem proporções maiores por conta de “uma mentalidade solidificada que tem dificuldades em aceitar que as estruturas das forças policiais precisam passar por renovações e críticas” (SOUSA, 2008, p. 87).

Para os policiais da “velha polícia”¹⁹, o Ronda do Quarteirão tornou-se o “queridinho do Governo”²⁰, a preferência do estado manifestada, segundo eles,

¹⁶ CHEGAM viaturas para o Ronda do Quarteirão. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 8 ago. 2007. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=459389>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

¹⁷ RONDA do Quarteirão entra em operação hoje. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 21 nov. 2007. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489129>>. Acesso em: 10 out 2009.

¹⁸ RONDA frustra moradores. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 23 nov. 2007. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489741>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

¹⁹ Denominada também “polícia tradicional” ou P.O.G (Pollciamento Ostensivo Geral).

desde o período da campanha eleitoral de 2006, na qual a proposta do programa foi o grande carro-chefe. A grande questão envolvendo a rivalidade entre esses policiais dizia respeito, sobretudo, às condições de trabalho. Enquanto o Ronda do Quarteirão (a “polícia do luxo”²¹) ostentava todo um aparato sofisticado para o desenvolvimento de suas atividades, a outra parcela da polícia (a “polícia do lixo”) continuava seus serviços em condições precárias²². Além disso, o pagamento de uma gratificação especial aos policiais do Ronda do Quarteirão, conhecida na época como “gratificação do Ronda”²³, foi decisivo para acirrar ainda mais as insatisfações dos demais policiais.

Ao invés de se equipar toda a polícia, dando fardamento novo, viaturas novas, se segregou, se convocou o concurso e se contratou novos policiais. Então se fez uma polícia dentro de outra polícia. Hoje em dia o policial do Ronda ele não diz que é da Polícia Militar, diz que é do Ronda. Você assiste um programa policial o cara diz: “As viaturas da Polícia Militar e do Ronda já chegaram ao local”. Ora, tudo é Polícia Militar! Mas, o Governador fez questão da propaganda, do marketing e de dizer que eram duas coisas distintas: a PM e o Ronda. (Policial militar em conversa registrada em diário de campo. 19 mai. 2009)

O fato é que apesar de todas as críticas feitas ao Ronda do Quarteirão, dividindo opiniões dentro e fora da instituição policial, o reconhecimento da população ao programa foi visível. Em uma pesquisa realizada pelo Jornal O POVO/ Datafolha em 2008 – dez meses após sua implantação – o Ronda do Quarteirão obteve um alto índice de aprovação (72%) entre os moradores de Fortaleza²⁴. De fato, percebeu-se o aumento da percepção de credibilidade da polícia e da “sensação de segurança” gerada pela presença constante de policiais e viaturas nas ruas, além do aumento das chamadas de registro de ocorrências e do número de

²⁰ Assim referiu-se um policial militar “antigo” em conversa informal ao afirmar que se sua filha entrasse para a Polícia Militar gostaria que ela fosse destacada para o Ronda do Quarteirão porque ele era o “queridinho do Governo”.

²¹ Os termos “polícia do luxo” e “polícia do lixo” foram mencionados em conversas informais com alguns policiais.

²² Atualmente todos os policiais militares do Ceará que atuam no P.O.G possuem fardamento novo e todas as viaturas da Polícia Militar e Civil são do modelo Hilux SW4. Outra discussão em torno dessa rivalidade diz respeito à entrada gradual de “policiais antigos” no Ronda do Quarteirão. Alguns foram transferidos para o programa sem direito de escolha e, por vezes, foram apontados dentro da corporação como aqueles que iriam “contaminar” os policiais mais novos do Ronda com seus “vícios e mazelas” – assim se referiram alguns policiais – adquiridas durante os anos de trabalho.

²³ O decreto nº 29.162, de 16 de janeiro de 2008, criou a chamada Gratificação Técnico Relevante para os policiais do Ronda do Quarteirão.

²⁴ RONDA é aprovado por 72% dos fortalezenses. **O Povo Online**. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/818827.html>>. Acesso em 21/11/2010.

prisões em flagrante²⁵. Nesse sentido seus efeitos iniciais foram positivos, tendo em vista que a aceitação da população é algo imprescindível para a legitimidade de uma proposta de governo.

1.2. O Ronda do Quarteirão e sua credibilidade em xeque

O Ronda do Quarteirão foi apresentado pelo governo do estado à população como a “Polícia da boa vizinhança”. O marketing político por trás das propagandas televisivas e radiofônicas enfatizavam as mudanças trazidas com a sofisticada infraestrutura de trabalho desta “nova polícia” e a população, como vimos, mostrou-se satisfeita com os resultados preliminares do programa.

A partir de 2008, todavia, a imprensa cearense começou a noticiar casos polêmicos envolvendo policiais que atuam no programa e que começaram a macular a imagem daquela considerada a maior aposta do governo do Ceará para a área da segurança pública. Ganharam repercussão na mídia os inúmeros acidentes de trânsito deflagrados pelo despreparo dos seus agentes na condução das modernas viaturas²⁶. Tamanha a reprovação ao que fora considerado “desperdício de dinheiro público” configurado nestes acidentes, além do prejuízo após 20% da frota de viaturas estar “baixada”²⁷ na época, as perseguições policiais chegaram a ser proibidas durante um tempo pelo próprio comando do Ronda sendo determinada também a velocidade máxima de 50 km/h para as viaturas: *“A determinação é essa. Essas perseguições são proibidas. A doutrina de hoje proíbe perseguições malucas,*

²⁵ Saliento que para uma análise dos resultados trazidos após a implantação do Programa Ronda do Quarteirão seria necessário uma pesquisa mais aprofundada. Porém, neste trabalho me aproprio da idéia de “sensação de segurança”, que não designa qualquer aspecto relacionado à eficiência do Ronda do Quarteirão.

²⁶ Durante a pesquisa, muitos policiais chegaram a criticar o Curso de Condutor de Veículo de Emergência, segundo eles, muito teórico e pouco prático. Além disso, no NPC era comum durante as rendições os fiscais orientarem os PMS em relação ao cuidado na velocidade das viaturas, já que qualquer uma delas baixada representa uma área “descoberta”, o que obriga a viatura da área mais próxima a patrulhá-la. Outra preocupação em relação a isso diz respeito também à burocracia para o conserto das viaturas. Em casos de batidas mais sérias, por exemplo, é preciso enviar um ofício ao BPCOM para se apurar o caso e fazer uma perícia, processo que pode demorar várias semanas.

²⁷ Termo utilizado pelos policiais para referir-se às viaturas que estão em conserto.

hollywoodianas. Hoje, é fazer o cerco inteligente. Não queremos que o policial saia feito maluco nas ruas. O bandido pode, mas o policial não²⁸. (Figura 5).

FIGURA 5 – Charges ironizando os acidentes e a limitação da velocidade das viaturas pelo comando do Ronda do Quarteirão



Fonte: Jangadeiro Online. 30 dez. 2010



Fonte: Jornal O Povo

Outra notícia que ganhou destaque na imprensa foi a expulsão de seis soldados do Ronda do Quarteirão acusados de realizarem “pega” em três viaturas do programa em plena luz do dia ao final do expediente de trabalho em um bairro de

²⁸ Ver: ACIDENTES destroem viaturas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 19 out. 2009. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=681608>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

Fortaleza no início de 2011²⁹. Durante as investigações, a indisciplina foi constatada pelo próprio sistema de monitoramento das viaturas que, dentre suas inúmeras formas de vigilância, repassa informações sobre a velocidade da viatura³⁰.

Também soou embaraçosa a veiculação de imagens e o áudio de um policial em contato erótico com uma jovem no interior de uma viatura na Região Metropolitana de Fortaleza, além dos inúmeros casos de policiais flagrados dormindo em viaturas durante o serviço, como veremos adiante.

Tais episódios divulgados pela imprensa cearense começaram a suscitar discussões sobre a viabilidade desta “nova polícia” e a formação do seu efetivo. Desde que o programa foi lançado, em novembro de 2007, até o ano de 2009 já havia 210 sindicâncias abertas pela então Corregedoria dos Órgãos de Segurança³¹ contra policiais que atuavam no Ronda do Quarteirão. Embora inicialmente bem avaliado pela população, a partir de tais acontecimentos o programa de polícia comunitária começou a ter, assim, sua aprovação e credibilidade colocadas em xeque, despertando a preocupação do comando da Polícia Militar do Ceará.

1.3. Polícia Comunitária? O Ronda do Quarteirão entre o discurso e a prática

Como foi dito, quando foi implantado o Ronda do Quarteirão surgiu em um contexto em que a credibilidade da polícia estava afetada. Com a proposta de uma polícia de proximidade e menos reativa esperava-se, dentre outras coisas, a diminuição na reprodução de um padrão violento de atuação dos agentes policiais.

Apesar de ter usufruído elevados índices de aceitação em seu início, no contexto de resistências enfrentadas nesse processo de reestruturação da política de segurança pública, o programa Ronda do Quarteirão acabou, por vezes, sendo

²⁹ Ver: PMS expulsos por praticar ‘pega’. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 24 fev. 2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1107963>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

RACHA com viaturas da PM causou prejuízo de R\$ 43 mi. **O Povo Online**. Fortaleza, 25 fev. 2012. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/02/25/noticiasjornalfortaleza,2790463/racha-com-viaturas-da-pm-causou-prejuizo-de-r-43-mil.shtml>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

³⁰ Veremos posteriormente o funcionamento do sistema de vigilância no Ronda do Quarteirão.

³¹ Atualmente Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública.

percebido como uma proposta “leve” no combate à violência por conta exatamente da reformulação de suas práticas que vai de encontro a uma “cultura” ainda fortemente arraigada, dentro e fora da polícia, de que a essência da atividade policial é a repressão, uma das dificuldades para a sua execução. Esta opinião é ainda hoje compartilhada entre os vários setores da população que apontam, por exemplo, que o Ronda do Quarteirão faz “corpo-mole” frente às ocorrências. Em entrevista, um policial militar falou sobre o assunto:

Eu já cheguei em ocorrência das pessoas dizerem: “Ah, eu chamei foi a polícia, não foi o Ronda não”. Como se a gente não resolvesse nada. Já cheguei em ocorrência perguntei ao cara o que tava acontecendo. Aí chega o cara, o cidadão lá de dentro: “Ah, é o Ronda? Pensei que fosse a polícia que resolve.” Entendeu? Ai eu olhei assim e disse: “O senhor quer a polícia que resolve, é? Então faz o seguinte, ligue pro CIOPS, 190, e diga: ‘Quero a polícia que resolve, eu não quero o Ronda não’. Eu vou botar no meu TMD exatamente isso que o senhor falou, me dá o seu nome”. Peguei o nome dele e fui embora. Ele não me queria lá. Botei o nome dele, ele disse que não queria o Ronda, queria a polícia que resolve, Pronto. (Policial 1)

Sobre este assunto, ouvi de alguns policiais o relato do que consideram as maiores dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de trabalho da “nova polícia” na tentativa de consolidação dessa nova política de segurança pública. Certa vez, conversávamos descontraidamente eu, alguns soldados, um dos fiscais de policiamento e um funcionário terceirizado na sala do comando do NPC. Ao meu lado estava sentado um jovem soldado que passou a maior parte da conversa calado, com semblante de raiva. Em um determinado momento, um dos policiais dirigiu-se ao soldado, brincando: *“Que cara é essa, brother? Você é do Ronda!”*. Nesse momento, o soldado mais inconformado do que propriamente irritado desabafou: *“Porra de Ronda! Eu vou é ‘abrir’ daqui, tô agüentando mais isso aqui não. Vou pra polícia de verdade, não é essa sem moral não!”*. Nesse momento, todos que estavam na sala ficaram calados diante do inesperado desabafo, e ele continuou: *“Hoje a gente fala mais alto, a pessoa diz logo: ‘Ei, você não pode falar assim não, você é comunitário’. Porra de comunitário! Bom era antigamente que a polícia passava e povo entrava era dentro de casa. Hoje a gente passa e leva é tapa na cara”*.

Foi então que os policiais lhe pediram calma argumentando o quanto antigamente na PM era pior em relação aos dias de hoje em vários aspectos: o

militarismo, por exemplo, era mais forte e o acesso aos superiores era mais difícil não havendo nenhum tipo de flexibilidade por partes destes, diziam. Um dos soldados na tentativa de incentivá-lo acrescentou: *“Você tem que ver que a gente não pode sozinho mudar esse sistema não. O melhor é investir em você, numa mudança sua, numa mudança de prioridade, de algo muito melhor que a polícia”*. Ele ouviu o conselho e disse que fazia uma faculdade, mas que por conta da escala de trabalho não encontrava tempo para estudar: *“Eu não tenho mais vida. Chego em casa e vou dormir. Acordo e venho pra cá”*.

Em alguns momentos os policiais, embora insatisfeitos, chegam a debochar dessa situação de não reconhecimento ou legitimação do Ronda do Quarteirão enquanto Polícia Militar. Lembro-me de quando conversando com um soldado formado na primeira turma do programa ele afirmou que *“o Ronda era bom antes”*. E ao perguntar o porquê, ele respondeu:

Ah, era bom demais. A gente com viatura nova, o povo saía era na rua pra ver a gente passando. Hoje nós somos os ‘come-pão’, porque o povo diz que a gente vive nas padarias. Tem até música: *Homem de azul / Qual é sua missão? / Entrar na padaria pra poder pegar o pão!*³²

Outra vez, um soldado brincou apontando as principais críticas e a “fama” que adquiriram entre a população:

Rapaz, é tão engraçado a nossa situação que até tem uma piadinha, que a gente conta muito. A gente tá aqui, você tá aqui patrulhando, você passa, para numa sombra, quando o cidadão olha assim: “Olha ai ó, passa o dia parado na sombra, vocês não fazem é nada. Ar condicionado, moleza.” Aí quando você passa, para num canto pra comer: “Olhai ai ó, passa o dia comendo, e aposto que é de graça, que não pagou.” Passa de novo, agora você vai ficar só andando, ai para para conversar com alguém, se for uma mulher diz: “Olha aí, passa o dia namorando, só na moleza.” Ai quando só passa, você não tá fazendo nadinha, não tá parado na sombra, não tá comendo, não tá falando com ninguém: “Olha ai ó, passa o dia passeando de Hilux, no ar condicionado.” É difícil.

Segundo alguns policiais, essas mudanças ocorridas e as resistências que se criaram ao reconhecimento do Ronda do Quarteirão enquanto polícia existem também diante daqueles que consideram “meliantes”:

A farda azul, que é conhecida como a polícia comunitária, não tem moral diante dos meliantes não. Ela é desmoralizada. Eles não respondem a voz

³² A paródia faz alusão à cantoria entoada pelos policiais do BOPE no filme Tropa de Elite: “Homem de preto / Qual é sua missão? / Entrar pela favela e deixar corpos no chão”.

de comando não, são teimosos. [...] Aí tem que falar mais alto mesmo, você é autoridade, né? Se falar baixo ninguém respeita você não. Ai tem que apelar pro uso proporcional da força que em dias que de tanto estresse, tanta arrogância muitas vezes não é proporcional. [...] Não sei se é legítimo, mas é necessário porque também pra população se não bater a gente é ineficiente. [...] Aquela fardinha azul não vale nada, eu já falei, ninguém respeita não.

Percebe-se que em todos essas situações narradas o que mais incomoda esses policiais é o não reconhecimento de sua autoridade policial, do “poder de polícia”³³ que lhes é conferido pelo estado. Vemos que no contexto do trabalho de policiamento ostensivo qualquer conduta ou comportamento que os policiais interpretem como desconsideração ou desrespeito, configurando-se o que Cardoso de Oliveira (2002) chama de *insulto moral*³⁴, o desfecho de uma simples abordagem policial, por exemplo, pode terminar em abusos. Isso porque os policiais acionam, muitas vezes, o recurso à violência e à truculência como forma demonstrar poder e autoridade para “legitimar” essa “nova polícia”. Tudo isso revela também que para que um projeto como o Ronda se efetivasse seria importante um período de amadurecimento, aceitação e adaptação dentro e fora da polícia. Isso constitui um desafio, sobretudo porque, como aponta Bretas (1997a) e Rolim (2006), a consolidação dos sistemas policiais modernos tendeu, durante muito tempo, a afastar as instituições policiais da comunidade. Dessa forma, apesar de a polícia constituir um órgão voltado para a defesa, sua dinâmica ainda mantém fronteiras simbólicas em relação à população instituindo uma hierarquia em relação a ela.

Os rumos do programa Ronda do Quarteirão começaram a mudar, sobretudo, durante a segunda gestão do Governador Cid Gomes, após a saída do delegado aposentado da Polícia Federal, Roberto Monteiro, primeiro Secretário de Segurança civil do estado e que ocupava o cargo desde o primeiro mandato do governador Cid

³³Diga-se um “poder de polícia” que por ser muito pouco discutido e questionado acaba apropriado em “poder da polícia”, manifestado em casos freqüentes de abuso de autoridade e uso ilegal da força em ações policiais. Discutir esse “poder de polícia” implicaria em conhecer antes os conteúdos do mandato policial para assim poder questioná-lo, validá-lo e, assim, estabelecer o que é desejável e tolerável nas ações policiais. Mas, segundo Muniz e Proença Jr (2009), não há no Brasil clareza em relação aos limites desse mandato policial: “O poder de polícia ‘acontece’ nas ruas. [...] [E] Como a demanda pública por segurança é inadiável e diuturna, polícias e policiais seguem construindo o seu fazer a partir de referências legais frágeis” (p.162).

³⁴ Segundo o autor, o insulto moral caracteriza-se de duas formas: trata-se de uma agressão que não pode ser traduzida materialmente; e implica sempre na negação ou desvalorização da identidade do outro.

Gomes. No período em que ocupou o cargo, mostrou-se em algumas ocasiões defensor dos direitos humanos e aberto a parcerias e diálogos com a universidade. Em 2010, foi substituído pelo Coronel PM Francisco José Bezerra Rodrigues, até então chefe da Casa Militar, pessoa de confiança do governador e (re)conhecido dentro da PMCE por sua trajetória operacional de trabalho.

Percebe-se que o Ronda do Quarteirão começou a “perder de vista” os objetivos iniciais de um polícia menos reativa. Na prática, houve um afastamento, um deslocamento daquilo a que se propunha seu projeto inicial e evidenciou-se que apesar de se tratar de um novo modelo de policiamento ostensivo e preventivo, a recorrência a práticas arbitrárias antigas por parte de seus agentes de segurança continuou a ser o *modus operandi* da segurança pública em seu conjunto.

Pude constatar esse “afastamento” durante a pesquisa de campo no NPC. Apesar de todo o discurso que ouvi no início de minha pesquisa em torno de uma “polícia comunitária” – com agentes que conhecem os moradores da área em que atuam e que realizam visitas comunitárias em residências, escolas e praças – observei alguns aspectos que contradizem. A começar exatamente por estas visitas comunitárias, uma das chamadas “atividades comunitárias” que consta no projeto original do programa através de rondas itinerantes e preventivas e o contato com a comunidade.

No projeto original do Ronda do Quarteirão consta que *“A despeito do Programa Ronda sinalizar prioritariamente para a atividade preventiva, existe a necessidade de agir com rigor no combate ao crime e ao uso da violência sempre que houver ruptura da paz social”* (CEARÁ, 2007, p. 66). No entanto, na prática houve na verdade uma inversão de prioridades: de uma polícia prioritariamente preventiva e interativa, temos uma polícia que executa essencialmente atividades repressivas.

Depois de um tempo freqüentando o NPC ouvi diversas vezes, inclusive dos próprios comandantes que o Ronda hoje realiza predominantemente a função de policiamento ostensivo, apesar de vez ou outra eles pedirem durante as rendições para que os policiais procurem realizar essas visitas comunitárias. Segundo

determinações do comando do Ronda, eles deveriam realizar quatro destas visitas por dia³⁵, mas, o próprio comandante do NPC questionou,

Hoje qual dos núcleos tem efetivamente uma polícia comunitária? Nenhum. Hoje a gente é ostensivo e preventivo”. Os policiais também confirmaram essa questão: “o programa se desvirtuou tanto que nem é mais tão obrigatório fazer visita. O Ronda agora é só pra atender ocorrência. O Ronda virou polícia normal.

Pude constatar durante a maioria das rendições que acompanhei os indícios operacionais que caracterizam esta fala, no sentido de que as instruções dadas aos policiais giravam sempre em torno da apreensão de armas e intensificação das abordagens e do patrulhamento dos pontos mais críticos de cada área.

A escala de trabalho atual³⁶ é outro elemento que contradiz o discurso de uma “polícia comunitária”. Isso porque os policiais não trabalham mais em um turno fixo e, pelo que verifiquei durante a pesquisa, muitas vezes nem na mesma área, dependendo da necessidade de remanejamento de policiais por conta de licenças, férias e atestados médicos³⁷. Essa questão prejudica, portanto, a proposta de uma polícia que estaria no seio da comunidade em que atuaria. A proximidade e os vínculos entre elas acabam sendo comprometidos, como afirma um policial: *“Ultimamente não dá tempo você manter uma amizade com a população, entendeu? Trocando os horários direto se você trabalhar a noite um dia, não vai ser a mesma pessoa que eu vou encontrar no outro dia de manhã, por exemplo”*.

De maneira geral, os resultados de um programa como o Ronda do Quarteirão possivelmente só apareceriam a longo prazo, como foi dito, com um amadurecimento dos setores internos e externos à polícia, o que se torna importante, a meu ver, a continuidade e o aperfeiçoamento de programas dessa natureza. Mas sabe-se que muitas vezes por questões de ordem política acaba-se

³⁵ Informação adquirida em campo.

³⁶ Durante minha estadia no NPC a escala de trabalho dos policiais do Ronda do Quarteirão foi mudada duas vezes. Atualmente ela é dividida em três ciclos que se alternam: No primeiro ciclo trabalham no turno A quatro dias consecutivos e folgam um (4X1), depois trabalham quatro dias e folgam dois (4x2); no segundo, trabalham no turno B quatro dias e folgam um (4X1), depois trabalham quatro dias e folgam dois (4x2); e no terceiro, trabalham no turno C três dias e folgam um (3X1), depois três dias e folgam dois (3X2).

³⁷ Algumas vezes ouvi policiais se queixando de terem que trabalhar na viatura de outras áreas, pois não as conheciam bem, e, portanto, não mantinham vínculos com seus moradores, ao contrário dos bairros que sempre haviam trabalhado até então.

por procurar atender a curto prazo à cobrança de enfrentamento à criminalidade. Como afirma Rolim (2006, p, 94),

Normalmente, os gestores motivados por objetivos de ordem político-eleitoral preferem apostar em abordagens que ofereçam perspectivas de êxito a curto prazo, o que, evidentemente, nunca funciona, mas pode parecer que sim, pelo menos até as eleições seguintes.

CAPÍTULO 2 – PERCURSOS METODOLÓGICOS

Quando nós, cientistas sociais, nos propomos a realizar um trabalho de campo sabemos desde o início que este não segue uma linha reta, nem tampouco possui um manual consistente e rigoroso a ser seguido pelo pesquisador. Não se ensina a fazer campo, mas se aprende fazendo-o. Ele constitui, antes de tudo, uma teia, uma rede que envolve e perpassa os mais diversos aspectos do fazer antropológico dependendo também “das peculiaridades das próprias trajetórias dos pesquisadores, [...] [que devem] buscar suas trilhas próprias a partir do repertório de mapas possíveis” (VELHO, 2003, p. 18). Não faz sentido, portanto, imaginá-lo como um processo simples, bem arrumado e devidamente ajustado. Como afirmam Bonetti e Fleischer (2006, p.20), “a riqueza da Antropologia parece ser justamente o seu caráter experimental e artesanal”.

Para nós pesquisadores, falar do nosso trabalho de campo sugere necessariamente refletir e escrever sobre o “estar em campo” e todas as suas implicações para o processo de produção do conhecimento: desde a maneira como registramos nossos dados, passando pelas negociações para circularmos naquele espaço, as dificuldades, as relações com nossos interlocutores, a maneira como foi construído nosso lugar de pesquisador junto ao grupo pesquisado, até a forma como o campo nos afeta enquanto cientistas sociais e nos forja como tais. Em outras palavras, de que maneira fomos recebidos, definidos e manipulados por ele e os conseqüentes impactos subjetivos enfrentados pelo pesquisador nesse processo, fatores estes determinantes no rumo de nossa pesquisa.

2.1. Dificuldades para uma aproximação etnográfica

Ao tratar aqui dos percursos metodológicos deste estudo, se faz necessário apresentar algumas questões decisivas que permearam e antecederam todo o processo de inserção no campo, a começar pela etapa de negociação da pesquisa junto ao comando da Polícia Militar do Ceará.

Nesta etapa, busquei cumprir a parte burocrática que se fazia necessária nesse primeiro contato dirigindo-me ao prédio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado (SSPDS), onde também funciona o Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCOM), com o objetivo de entregar o ofício no qual solicitava a autorização para que pudesse realizar visitas periódicas ao batalhão para a posterior elaboração de minha dissertação de mestrado. Nesse primeiro momento, fui tomada por uma ansiedade que, acredito, tenha sido consequência de dois aspectos: primeiramente, esta ida ao batalhão representou meu retorno a campo depois de seis meses afastada – desde a defesa do meu trabalho de conclusão do curso de graduação, no final de 2010³⁸. Segundo, porque o motivo da visita representava a peça-chave para a continuidade e aprofundamento do meu trabalho de campo junto aos policiais militares do estado do Ceará. Confesso que o receio do ofício ser negado era grande, pois, como se sabe, as instituições militares de maneira geral ainda permanece muito “fechada” em relação aos “de fora” e permeada de burocracias e desconfianças.

Prova disso é que dias após a entrega do ofício, me pediram que anexasse ao mesmo uma carta explicando “*com mais detalhes*” os objetivos de minha pesquisa. Assim o fiz e novamente dirigi-me ao BPCOM para entregar o que havia sido solicitado. Neste dia, por intermédio de meu interlocutor-chave na época, que na ocasião estava trabalhando lá, tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o então subcomandante do Ronda do Quarteirão a fim de reforçar meu pedido. Fui bem recebida e ao me apresentar falei um pouco da minha trajetória de pesquisa com o programa Ronda e meus objetivos.

Ao ler o ofício que eu havia entregue, o subcomandante logo disse que o BPCOM não seria o *locus* empírico ideal, pois ali funcionavam apenas atividades administrativas e, para o que eu buscava – um estudo do cotidiano e das práticas policiais, como assim foi apresentado no documento – uma empreitada ali poderia não ser tão produtiva. Em outras palavras, para ele eu deveria na verdade buscar outra estratégia para a realização da minha pesquisa. E, de fato, reconheço que naquele momento ele tinha razão. Certamente não tiraria bons frutos a partir da observação de um ambiente essencialmente administrativo, já que para esta

³⁸ Esta visita ao BPCOM ocorreu em agosto de 2011.

pesquisa pretendia trabalhar exatamente com os praças, os policiais operacionais, “de rua”, que realizam o trabalho de policiamento ostensivo.

O BPCOM era o local que inicialmente acreditava ser o mais adequado para a realização de meu estudo, mas como toda pesquisa está sempre em constante processo de construção e faz parte dela mudar de estratégia quantas vezes for necessário, percebi, após esta conversa, que precisaria pensar em outra proposta. Foi nesta mesma conversa que o próprio subcomandante sugeriu que eu visitasse algum dos Núcleos de Policiamento Comunitário (NPC's) de Fortaleza. De maneira geral, explicou que cada núcleo abrange um determinado conjunto de bairros da cidade, sendo o espaço no qual os policiais operacionais saem e retornam do trabalho de policiamento de rua, havendo a troca de turnos entre eles. Percebi então que esta sugestão me aproximaria um pouco mais dos objetivos do meu trabalho.

O subcomandante sugeriu que eu elaborasse questionários que, após analisados pelo comando, seriam entregues aos oficiais responsáveis pelos NPC's para que distribuíssem entre os praças e, em seguida, eu os “pegaria de volta”. Pareceu que para ele a aparente praticidade de um questionário contemplando questões relacionadas à minha pesquisa e aplicado com inúmeros policiais de uma só vez solucionaria tudo. Compreendo que para muitos falar em pesquisa é, por vezes, sinônimo de associá-la a métodos quantitativos de obtenção de dados. Obviamente esta poderia também ser uma estratégia do comando para, de certa forma, controlar o andamento da pesquisa a fim de se evitar algo que, para ele, pudesse “comprometer” o programa Ronda do Quarteirão. Mas logo tratei de reforçar que minha pretensão principal era realizar visitas periódicas ao NPC, algo que não foi contestado.

2.1.1. O Ronda e a paralisação dos militares estaduais do Ceará: “A criação indo de encontro ao criador”

Este último contato oficial se deu muito próximo ao final de 2011, coincidindo com o movimento de paralisação dos policiais e bombeiros militares no estado que eclodiu às vésperas do Reveillon (dia 29 de dezembro) e durou seis dias³⁹. Durante esse período, apontava-se um suposto caos que se instalara inicialmente em

³⁹ Os grevistas reivindicavam reajuste salarial, redução da jornada de trabalho, auxílio-alimentação de R\$ 10 por dia e anistia a todos os participantes do movimento.

Fortaleza e que se espalhou para o interior do estado por conta da ausência das atividades de patrulhamento da Polícia Militar. O Governo do Estado chegou a decretar estado de emergência pela paralisação sendo acionados, inclusive, o Exército e a Força Nacional de Segurança Pública para garantir a segurança do estado durante a greve.

As redes sociais (*Facebook* e *Twitter*) foram importantes ferramentas de informação e tornaram-se as grandes protagonistas deste acontecimento na medida em que potencializaram e espalharam rapidamente boatos e notícias de supostos assaltos, arrastões e outros crimes que trouxeram um verdadeiro “clima de pânico” para a população do estado ⁴⁰. Esse clímax de “terror” foi criado, sobretudo, entre os dias 2 e 3 de janeiro de 2012, quando inúmeros setores começaram a ser afetados pelas greve, alguns suspendendo suas atividades: comércios foram fechados, transporte coletivo ameaçava parar, escolas com aulas suspensas, hospitais recebendo mais pacientes vítimas de arma de fogo e turistas assustados foram alguns exemplos.

Enfatizo aqui que fazer referência a este episódio da greve é imprescindível para compreender a redefinição dos rumos de minha pesquisa. Isso porque suas conseqüências refletiram no meu processo de inserção em campo de três formas. Primeiramente porque ela eclodiu antes que eu iniciasse minhas visitas já autorizadas ao NPC que havia escolhido. E o que eu temia desde o período da greve ocorreu: após seu término iniciou-se, como era de se esperar, a “dança das cadeiras”, a troca de comando de alguns setores da Polícia Militar, dentre eles, o do

⁴⁰ Sobre este assunto ver: COMO as redes sociais criam o #caos. **O povo online**. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/01/13/noticiasfortaleza,2469894/como-as-redes-sociais-criam-o-caos.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

HISTERIA coletiva e boatos causam sensação de medo nos cearenses. **Diário do Nordeste Online**. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1089906>>. Acesso em: 4 jan.2012.

CLIMA de medo pela paralisação também atinge interior do Ceará. **Diário do Nordeste Online**. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1089866>> Acesso em: 4 jan. 2012.

SEM polícia na rua, fortalezense fica em casa, e comércio fecha as portas. **Diário do Nordeste Online**. Disponível em: < <http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1089860>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

IJF recebe 15 pessoas baleadas. **Diário do Nordeste Online**. Disponível em: < <http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1089900>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

Ronda do Quarteirão ⁴¹. Nesse contexto, eu teria que “começar do zero” todo o processo de negociação da minha pesquisa, agora com o novo comando.

O segundo aspecto de interferência da greve em minha pesquisa diz respeito exatamente ao receio de iniciar novamente tal processo, sobretudo diante da grande repercussão que o movimento tomou propagando-se para a Polícia Militar de outros estados ⁴² – como foi o caso do Rio de Janeiro e da Bahia. Dentro desse novo contexto, achei que encontraria resistências ao meu estudo já que, de certa forma, a instituição encontrava-se fragilizada e eu não sabia como estavam os ânimos dentro da corporação após a greve. Além disso, um terceiro aspecto que me preocupou, e que acreditava ser um agravante, foi que apesar da adesão gradual dos diversos destacamentos da PMCE à greve, os principais protagonistas foram justamente os policiais do Ronda do Quarteirão. Como afirmou um interlocutor sobre isso, *“Foi a própria criação indo de encontro ao criador”*.

Neste contexto, com cautela, considerei importante esperar cerca de um mês após o término da greve até que entregasse novamente o ofício ao BPCOM. Assim o fiz e, como anteriormente, achei pertinente falar pessoalmente com o novo comandante do Ronda do Quarteirão. Para a minha sorte, e segundo informações que obtive previamente, soube que ele tinha um perfil e postura mais acadêmica, sendo, portanto, mais flexível quanto ao fortalecimento da parceria entre polícia e universidade. Afirmou, inclusive, conhecer o trabalho de alguns pesquisadores do Laboratório de Estudos da Violência (LEV). Em nossa conversa, expliquei que já havia conseguido a autorização, mas que pelas circunstâncias de mudança de comando tive que novamente solicitá-la. Ele se mostrou muito solícito, mas logo deixou claro que cumpriria todas as etapas burocráticas para ser dada a autorização oficial ⁴³, pois como o Ronda do Quarteirão era um programa de governo ele não tinha autonomia plena para decidir sozinho sobre determinados assuntos ligados a

⁴¹ Sobre este assunto ver: DIA de ‘caos’ completa um mês; PM trocou 10 comandantes. **O Povo Online**. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/02/03/noticiasjornalfortaleza,2778065/dia-de-caos-completa-um-mes-pm-trocou-10-comandantes.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

⁴² Sobre este assunto ver: A segurança pública em crise no nordeste. **O Povo Online**. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2012/02/24/noticiasjornalopiniao,2789817/a-seguranca-publica-em-crise-no-nordeste.shtml>>. Acesso em: 29 abr, 2012.

⁴³ O subcomandante que havia autorizado minha pesquisa anteriormente o fez de maneira mais informal. Segundo informações que obtive na época, ele tinha “carta branca” nas questões envolvendo o Ronda do Quarteirão, pois estava no programa desde a sua implantação.

ele, questão que evidencia claramente o peso político e institucional que recai sobre o programa.

Em nossa conversa, acrescentou que se encontraria com o Comandante Geral da PMCE naquele mesmo dia e entregaria pessoalmente o ofício a ele. Após alguns dias e inúmeras ligações a fim de agilizar o processo de autorização finalmente pude iniciar minhas visitas ao NPC que havia escolhido para ser o *locus* empírico desta pesquisa.

2.2. Sobre o Núcleo de Policiamento Comunitário (NPC)

A partir da publicação da lei nº 14.685, de 30/04/2010 que criou o Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCOM), extinguiu-se a nomenclatura antes denominada Área Operacional Integrada (AOPI) que passou agora a chamar-se Núcleo de Policiamento Comunitário (NPC). Os NPC's são subdivisões, desdobramentos do BPCOM e representam as unidades administrativas responsáveis por gerenciar cada área de atuação do efetivo policial do Ronda do Quarteirão ⁴⁴. Segundo informações obtidas em campo, no estado do Ceará existem 28 NPC's, sendo 11 deles em Fortaleza.

Escolhi para a realização desta pesquisa etnográfica apenas um dos NPC's localizados em Fortaleza – que, por questões éticas e para a garantia da preservação da identidade de meus interlocutores, não identificarei aqui. Nem o simples motivo da escolha deste NPC será revelado, visto que daria pistas que poderiam identificá-lo. Da mesma forma que não descreverei com riqueza de detalhes o ambiente onde ele funciona, pois, além das questões de identificação, mais importante que a descrição do espaço físico do NPC são as interações que aí se dão. Posso informar apenas que ele utiliza uma das inúmeras, e quase sempre precárias, instalações do P.O.G (Policiamento Ostensivo Geral), com duas salas administrativas, uma sala da reserva de armamento e um banheiro .

O NPC possui o número de viaturas correspondente à quantidade de bairros que assiste, contando com um efetivo de aproximadamente 200 policiais. Além das viaturas há também um carro para as funções administrativas e de fiscalização do policiamento e um microônibus utilizado para transportar à delegacia as vítimas e

⁴⁴ Cada área abrange um determinado conjunto de bairros.

acusados envolvidos em alguma ocorrência a fim de que a viatura não se ausente de sua área para realizar esse traslado. No setor administrativo do NPC trabalha um número reduzido de policiais (incluindo o comandante e o subcomandante) e dois auxiliares administrativos terceirizados ⁴⁵.

As atividades de policiamento no NPC funcionam em três turnos, cada um deles de oito horas: turno A (6h às 14h), turno B (14h às 22h) e turno C (22h às 6h). Em cada turno existe um fiscal de policiamento (geralmente outro praça, mas de patente superior a de um soldado ⁴⁶) responsável por fiscalizar o trabalho das viaturas, pelo auxílio aos soldados durante o serviço e pelo comando das chamadas rendições.

Antes de iniciar minha pesquisa no NPC busquei algumas informações junto a alguns amigos policiais⁴⁷ a respeito da dinâmica dessas rendições para que no primeiro contato com o ambiente não chegasse tão “alheia” às suas atividades. Além disso, a rendição seria a peça-chave neste campo empírico, pois é o momento em que há a troca de turno entre os policiais que saem e chegam do serviço, ocorrendo sempre no horário das 6h, 14h e 22h. Por questões de viabilidade optei por não acompanhar as rendições dos três turnos alternadamente. Decidi, dessa forma, fazer as visitas apenas no horário da rendição do turno B, o que facilitaria também a minha aproximação com os policiais que trabalham sempre neste horário, já que os veria com maior frequência.

Durante a rendição, os policiais que estão entrando no serviço recebem as instruções – geralmente dos fiscais de policiamento, mas algumas vezes também dos oficiais comandantes do NPC – para as atividades de policiamento ostensivo. Também é realizado o controle de frequência dos policiais, a verificação dos

⁴⁵ No decorrer da pesquisa, além destes funcionários, alguns policiais afastados do policiamento ostensivo por motivos de saúde passaram a trabalhar temporariamente nos serviços administrativos. São os chamados “serviços leves”, indicados aos policiais que estão diagnosticados como física e/ou psicologicamente inaptos a trabalharem na rua.

⁴⁶ “Os policiais militares [...] estão [...] divididos em duas categorias sociais distintas uma da outra, apesar de interdependentes: oficiais e praças. Ambas as categorias são organizadas em forma de ‘carreira’, com planos e previsões de ascensão, com prêmios e castigos sustentando um sistema constante de avaliação. Oficiais e praças são princípios de divisão que produzem visões específicas no interior da organização: de um lado, estão os comandantes e, de outro, os subordinados respectivamente, as ‘cabeças pensantes’ da corporação e a tropa, a elite dirigente e o conjunto dos subalternos” (SÁ, 2002, p. 30).

⁴⁷ Amizades que surgiram na época em realizei minha pesquisa da graduação junto a policiais do Ronda do Quarteirão.

uniformes, do material de trabalho e das viaturas. Já os policiais que estão saindo do serviço devem deixar o material de trabalho – tonfa (espécie de cassetete), algema e arma – na reserva de armamento do NPC e preencher o relatório de alterações⁴⁸.

Antes do início de cada rendição sempre há um movimento maior de policiais no NPC, momento em que normalmente conversam informalmente entre si sobre diversos assuntos. A partir da observação e registro desses momentos, além de entrevistas individuais e conversas informais, foram retirados os relatos e informações que conduzem este trabalho e nos aproximam de alguns aspectos ligados ao cotidiano de trabalho desses policiais. Foram realizadas, portanto, visitas periódicas – quatro dias por semana – totalizando um período de seis meses de pesquisa⁴⁹.

2.3. Primeiras aproximações, primeiras impressões

Em minha primeira visita ao NPC, com o intuito de me apresentar e conhecer o ambiente e as pessoas que ali trabalhavam, não consegui conversar com o comandante, que, segundo um dos funcionários, fora para uma reunião sem horário para voltar. O policial da portaria que havia me dirigido ao NPC falou com o fiscal de policiamento do turno, que, muito solícito, me conduziu à sala do comando para conversarmos. Neste momento, reconheci o ambiente ao lembrar que na ocasião de minha pesquisa de monografia entrevistei ali um oficial do Ronda do Quarteirão – que, posteriormente, soube ser o comandante deste NPC na época.

Apresentei-me como pesquisadora do LEV e estudante de mestrado em Sociologia da UFC e falei um pouco da minha pesquisa. Ao dizer que já acompanhava o Ronda do Quarteirão desde a época de graduação, o fiscal, lisonjeado, comentou com um dos policiais administrativos: *“Olha, que coisa boa. É bom saber que o Ronda é fonte de estudo”*. E perguntou: *“Mas você não teve nenhum problema com seu professor por querer pesquisar o Ronda, a polícia? Ele*

⁴⁸ Os policiais relatam por escrito para o fiscal de policiamento as principais informações sobre as ocorrências durante o serviço (local, número da viatura, horário, etc.) que são repassadas para o Livro de Registro de Ocorrência do NPC para que o comandante e o subcomandante do núcleo verifiquem e deem os encaminhamentos necessários. Esse relatório feito em detalhes serve também como forma de elogiar o policial em suas bem-sucedidas ações, algo positivo para os que almejam uma futura promoção.

⁴⁹ Esse período que passei no NPC não foi ininterrupto. Houve pausa de dois meses para a escrita do texto de qualificação do mestrado, quando, somente após o seu término, a pesquisa de campo pôde ser retomada.

não foi contra?” Um pouco surpresa com a pergunta, respondi que, pelo contrário, na universidade os estudos sobre polícia são cada vez mais comuns. No LEV, por exemplo, atualmente a maioria das pesquisas estava ligada às temáticas de segurança pública e polícia. Ele me pareceu satisfeito com a resposta e enfatizei a importância das visitas frequentes ao NPC para me aproximar um pouco mais das atividades dos policiais.

Nesse momento, ele diz em tom de brincadeira: *“entrar na viatura, né? Ir junto com a gente acompanhar as ocorrências”*. Aproveitei a oportunidade e comentei que seria ótimo poder acompanhar o trabalho nas viaturas e que já havia, inclusive, conversado com o comandante do Ronda sobre isso, mas que ele aprovava apenas a ideia de acompanhar as visitas comunitárias ⁵⁰, já que as ocorrências, por se tratarem de atuações policiais muitas vezes “perigosas”, poderiam representar risco à minha integridade física. É importante ressaltar que em várias situações durante a pesquisa, policiais me perguntavam da possibilidade de eu conseguir autorização do comandante do NPC para acompanhar o trabalho nas viaturas. Em nenhum momento fiz qualquer tipo de menção ou pedido a esse respeito. O próprio subcomandante do NPC se ofereceu, certa vez, para conversar com o comandante sobre esta possibilidade, o que acabou não ocorrendo. Alguns fiscais de policiamento chegavam a comentar próximo ao comandante, obviamente em tom de brincadeira para disfarçar a “indireta”, que eu os acompanharia no carro-comando (carro de apoio descaracterizado utilizado por eles para fiscalizar as viaturas do turno), mas ele sempre desconversava usando como justificativa o risco à minha vida. Cheguei a andar algumas vezes apenas no microônibus do NPC quando me ofereciam carona ou quando o fiscal me chamava para buscar, juntamente com outros policiais, uma viatura que se encontrava em conserto na concessionária autorizada – mas nenhuma grande “aventura” ocorreu durante a pesquisa de campo.

De fato, seria interessante poder entrar na viatura, ver de perto algumas situações que perpassam o dia-a-dia de trabalho policial – embora com todas as limitações e a possibilidade de eventuais contestações a respeito dos dados coletados nesta situação de pesquisa –, mas não alimentei a ideia de que isso seria

⁵⁰ Tratarei das visitas comunitárias mais adiante.

possível, nem tornei este o meu objetivo. Observar os policiais, conversar com eles, ouvir suas histórias e brincadeiras durante o momento de troca de turno, mesmo naquele ambiente administrativo, foi bastante rico e proveitoso para meu trabalho.

No dia seguinte à minha primeira visita, ao chegar ao NPC o comandante estava a minha espera. Apresentei-me e, muito solícito, ele expôs pacientemente todas as informações básicas a respeito do NPC, me esclarecendo algumas dúvidas iniciais a respeito de suas atividades. Acertamos como seriam as minhas visitas e propus acompanhar o dia-a-dia daquele espaço, a fim de familiarizar-me com ele e as pessoas que ali passavam. Nesta primeira etapa do processo de negociação e construção do meu lugar de pesquisadora junto a este universo e na expectativa de que minha inserção fosse bem aceita, coloquei-me, também, à disposição para colaborar em alguma atividade que fosse de importância para o NPC e que eu pudesse de alguma forma ajudar. O interessante é que depois de algum tempo conversando percebi que a tarefa que ele esperava de mim era enquanto socióloga. Empolgado, ele disse: *“Ah, achei ótimo. Você poderia dar algumas palestras. É bom fazer algo de diferente de vez em quando, né?”*. Respondi que faria com prazer, apesar de esperar que ele me “cobrasse” serviços mais práticos, pois, segundo ele, sempre aparecia algo para fazer: *“A gente está planejando fazer tipo um mural com fotos, um quadro, colar umas coisas. Quando começar, qualquer coisa a gente te chama e tu ajuda. A gente vê isso”*. Achei engraçada essa situação de prestar esse serviço “tão importante” ao NPC, mas coloquei-me a disposição. Quanto às palestras, no decorrer da pesquisa e pelos contornos que ela adquiriu, elas nunca ocorreram.

Ao final de nossa conversa, ele me acompanhou até a saída do NPC e apresentou-me a um soldado que acabava de chegar, falou da minha pesquisa e disse que eu freqüentaria o NPC por um tempo. O soldado então falou: *“Vixe, Letícia, você vai escutar cada história aqui!”*. Respondi que era exatamente o que eu queria, ouvir histórias.

Na primeira rendição que acompanhei, percebi que antes de seu início sempre há um certo tumulto na entrada do NPC, até porque elas ocorrem ali próximo, do lado de fora da sala. Minha apresentação logo foi realizada. No

momento da rendição das 14h eu me encontrava próxima à tropa, em forma, e o comandante apresentou-me aos policiais do turno:

Essa é a Letícia, ela é socióloga e está fazendo a pesquisa de mestrado dela aqui com a gente. Ela tem autorização e vai passar aí um tempo conosco, acompanhando aqui a nossa rotina, conversando com os senhores, e quero que vocês a recebam muito bem e ajudem no que for preciso.

Em seguida, ao passar-me a palavra, falei da minha pesquisa, agradei a acolhida no NPC, disse que esperava contar com o apoio dos policiais e que, da mesma forma, eles também poderiam contar comigo.

Após a apresentação, o comandante prosseguiu com as instruções aos policiais que estavam indo para o serviço e em um determinado momento um fato curioso aconteceu. Ele começou a falar sobre as visitas comunitárias, um dos principais objetivos do programa Ronda logo quando foi implantado. Na ocasião em que fomos apresentados, ao perguntar sobre o assunto ele havia comentado que no momento elas praticamente não estavam mais sendo realizadas, pois, ele mesmo reconheceu, o Ronda tornou-se mais operacional e ostensivo por conta da grande demanda de ocorrências. Porém no momento da rendição começou um longo discurso sobre a importância das visitas comunitárias, instruindo os policiais que as retomassem. Pela conversa que já havíamos tido, ficou evidente que o fato de eu estar ali presente o levou a tocar no assunto.

Essa situação remeteu-me a Goffman (1975) quando trata da interação face a face, na qual os indivíduos se encontram em uma situação de co-presença. Em outras palavras, aquela em que há “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata” (p. 23). Na perspectiva de analisar os indivíduos em momentos de interação, o autor busca as situações que podem interferir de alguma forma na imagem que as pessoas desejam passar umas para as outras. Goffman se utiliza de metáforas da “representação teatral”, considerada a maneira pela qual o indivíduo apresenta diante de si e dos outros “os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas” (GOFFMAN, 1975, p. 9). Na situação de pesquisa narrada, ficou clara a “representação” ou “performatização” do comportamento do comandante do NPC, na medida em que naquela situação de interação ele se encontrava diante de mim,

observadora, alguém “de fora”, até então desconhecida, e sob a qual buscaria exercer determinada influência a partir da impressão que pretendia causar.

É importante se dizer, ainda, que ao analisarmos as relações de interação e os sujeitos envolvidos no diálogo precisamos fazê-lo de maneira socialmente contextualizada. Em outras palavras, devemos lembrar que tais relações ocorrem “entre sujeitos sociais condicionados (e não determinados) pelas formas como foram socializados, ainda que este condicionamento esteja longe de significar determinação ou reducionismo” (TORNQUIST, 2007, p.37). Por conta disso, diante da atitude e da fala do comandante em minha presença a respeito das visitas comunitárias, optei, na ocasião, por não manifestar qualquer tipo de crítica ou opinião a respeito delas, mesmo estando ciente do diminuto lugar que elas ocupam hoje dentro do programa Ronda. Isso porque não é novidade e deve ser levado em conta o fato de que, via de regra, um comandante (sobretudo um oficial) – por questões envolvendo todo o seu processo de pertencimento e “adestramento” dentro da instituição militar pautado na sustentação a uma “cadeia de comando e obediência” (Sá, 2002) – tem a tendência a reproduzir com mais força e buscar sustentar o discurso institucional ou oficial. Portanto,

Se o discurso oficial é a fala que se vale de modelos pré-existentes e tem apoio institucional que define quem pode e deve falar (e *como* deve falar), sendo portanto mais afeito às análises estruturais formais, a fala é eminentemente situacional e não pode ser divorciada do contexto da ação em que ocorreu. (ZALUAR, 2004, p.119).

Sua atitude foi, portanto, condicionada pela socialização recebida no universo militar que prevê sempre a defesa da instituição e suas normas. Obviamente, mesmo que na prática o que previa o projeto original não estivesse ocorrendo – no caso as visitas comunitárias – em meu primeiro dia de pesquisa ele não falaria nada que pudesse comprometer a imagem de um programa de grande visibilidade como o Ronda do Quarteirão.

O fato é que nesse primeiro momento ele passou um bom tempo discursando sobre a importância de o policial estar próximo à comunidade e notei que os policiais ali presentes começaram a ficar inquietos: mostraram-se impacientes, balançavam a perna e olhavam-se discretamente entre si. Ficou evidente que aquele longo

discurso não era algo comum e eu logo comecei também a me incomodar por imaginar que eles pensavam que por minha causa estavam ali escutando aquela longa conversa.

Minutos após essa rendição iniciou-se outra do mesmo turno, com os policiais de viaturas que chegaram depois. E foi durante ela que me deparei pela primeira vez com uma das principais questões discutidas neste trabalho: as transgressões cometidas por policiais e o sistema de vigilância das viaturas ⁵¹. Nesta ocasião, o fiscal se encontrava com um ofício em mãos e falava aos policiais sobre uma denúncia advinda do setor de vídeo-monitoramento que constatou dois policiais cochilando dentro da viatura. Nesse momento, ele voltou-se para a tropa e relembrou: *“você sabem que são monitorados, então tudo está gravado. Se policial for pegue dormindo, com ‘gaiatisse’, fazendo coisa errada já sabe que a gente tá vendo tudo”*. Após a “dura”, seguiu com as instruções e reforçou que eu poderia ficar à vontade para perguntar-lhe sobre dúvidas referentes a qualquer procedimento.

2.4. O desafio de conquistar “confiança” em um ambiente de “desconfiança”

Como havia mencionado anteriormente, com a greve dos militares estaduais cheguei a acreditar que não conseguiria a autorização para a minha pesquisa. Há que se mencionar também o quanto o peso político e institucional que recai sobre o programa Ronda do Quarteirão foi determinante neste processo de inserção em campo.

Em um determinado momento da minha conversa com o comandante do NPC na ocasião de nossa apresentação, comentei a respeito dos problemas burocráticos que acabaram retardando o início de minha pesquisa. Ao falar dessa demora em relação à autorização ele reconheceu que, de fato, há certa desconfiança e cuidado do alto comando da Polícia Militar em relação a algumas pesquisas acadêmicas, sobretudo, pelo fato de o Ronda ser um programa de governo. De fato, era uma desconfiança já esperada, principalmente porque desde os meus primeiros contatos com o comando ela ficou bastante clara, afinal era de se esperar que fosse

⁵¹ Ver capítulo 3.

ponderado o “grau de perigo” ou, nesse contexto, o “grau de ameaça” que minha pesquisa poderia representar (AQUINO, 2010) – quando, por exemplo, me foi pedido o anexo da carta explicando mais detalhes da pesquisa, além de minha conversa com o comandante do BPCOM que me fez várias perguntas e pediu alguns esclarecimentos.

A respeito disso, é importante relatar aqui o dia em que o comandante do NPC revelou em uma conversa comigo – já depois de eu estar há um certo tempo freqüentando o núcleo – que recebeu uma ligação do assessor direto do comandante do BPCOM perguntando se eu já havia iniciado minha pesquisa e o alertando para que “*tomasse cuidado*” comigo. Sobre esta mesma ocasião, um soldado do NPC, em uma carta que me fora enviada posteriormente por e-mail ⁵², me confidenciou:

[...] Um dia, ouvi o comandante do núcleo numa ligação que provavelmente a pessoa perguntava sobre como estava indo sua pesquisa. Como resposta ouvi que estava correndo tudo tranquilo e que ele lhe acompanhava sempre para que você mantivesse uma certa distância da tropa. [...] Disse também que qualquer interferência sua iria “puxar sua orelha” (isso em tom de brincadeira, claro).

Na verdade, o que mais me incomodou nesta situação não foi a desconfiança, o “*cuidado com ela!*” dito pelo assessor do BPCOM ao comandante do NPC, pois, como disse, já era algo esperado. O meu maior receio sempre foi o de prejudicar de alguma forma meus interlocutores e, conseqüentemente, minha relação com eles. Ao me contar dessa ligação, e analisando também o trecho da carta, o comandante do NPC talvez pretendesse sutilmente me cobrar certa cautela, lembrando sobre a quem recairia a responsabilidade a respeito do que eu viesse a escrever. Dessa forma, não posso ignorar o fato de que para além de ser um comandante, um oficial, um superior, ele também tem superiores aos quais é apenas um subordinado que deve obedecer a ordens. Por isso, busquei na medida do possível “tranqüilizá-lo” reiterando que minha pesquisa não tem nenhum objetivo de caráter denunciativo ou depreciativo do que lá observo, pois, como afirma Aquino (2010), em minhas considerações deve prevalecer o papel social de pesquisadora, condição que “me impõe a obrigação de não revelar informações capazes de prejudicá-los ou colocar

⁵² Sobre este episódio falarei posteriormente.

em risco o anonimato de suas identidades” (p.91). Diante disso, como pesquisadora estou ciente também de que não poderei me omitir diante de determinados assuntos que venham a ser abordados e que, provavelmente, para o alto comando da PMCE devam ser comprometedores. É exatamente por conta de todas estas questões que priorizarei, sobretudo, o anonimato do NPC e de meus interlocutores.

Para que se dê o nosso envolvimento com o grupo pesquisado, sabemos que é necessário tempo e paciência. Embora meu contato com policiais militares e as informações que obtive sobre seu universo de trabalho não fossem recentes, enquanto cientista social vivenciei todo o processo de estranhamento que qualquer pessoa passaria ao adentrar em um universo que não faz parte do seu cotidiano. Eu estava ciente das limitações às quais estaria submetida até a conquista do meu lugar de pesquisadora. Enquanto isso, a posição que ocupava continuaria sendo a de “estranha” num espaço que eu desconhecia e onde desconheciam a mim. Foi exatamente o processo de “duplo estranhamento” (BONETTI e FLEISCHER, 2007) – meu em relação ao grupo e do grupo em relação a mim – que condicionou a nossa dinâmica de interação.

Como eram muitos policiais e não cheguei a me apresentar a todos, percebi que vários que ali passavam e me cumprimentavam não entendiam quem eu era e o que fazia ali sentada na cadeira da recepção. Era esse o lugar em que ficava todos os dias fazendo minhas observações. Por conta disso, com o tempo os policiais brincavam afirmando que aquele lugar específico já me pertencia: *“Esse cantinho aí é a sua cara!”*, diziam. Ao contrário do que eu imaginava, no começo eram eles que vinham conversar comigo. Eu também despertava a curiosidade dos meus interlocutores. Queriam saber quem eu era e o que estava fazendo ali: *“Afiml, você é psicóloga ou estagiária?”*. Quando dizia que era socióloga, ouvia: *“Ah, que legal. Acho muito bonito esse trabalho de vocês”*. Nos primeiros dias, ouvi de um policial que só saberia sobre seu cotidiano de trabalho se eu vestisse a farda da polícia e que aquilo que eu via ali *“não era nada”*: *“Se você tirasse serviço na viatura um dia, bastava um dia, você teria material até pro seu pós-doutorado”*, me disse. Outro policial, demonstrando certo pessimismo não compreendia o porquê de meu interesse por estudar a polícia: *“Se eu fosse você não pesquisava polícia não porque isso aqui é uma bosta!”*.

Outras vezes faziam perguntas, para mim, arriscadas de responder: “*O que você acha do Ronda?*” ou “*E aí, já chegou a alguma conclusão?*”. Sempre que me deparava com esse tipo de questionamento via nele o risco de ser rejeitada naquele espaço, caso expusesse alguma opinião que não os “agradasse”. Por diversas vezes, preferi me calar para evitar qualquer tipo de tensão desta natureza. Nesse contexto inicial da pesquisa, tal situação demonstra exatamente o que Silva (2007) chamou de “o poder do campo” quando nos sugere refletir a respeito dos limites a que nós pesquisadores estamos submetidos “quando fazemos uma antropologia daqueles que detêm poder e estamos, nós, antropólogos, numa condição de relativa subalternidade diante deles (p.179)”.

Logo nos primeiros dias, pude quebrar a visão preconcebida que tinha a respeito daquele ambiente de trabalho. Notei que para além de um espaço institucional militar permeado por hierarquias, ele consegue ser, ao mesmo tempo, um local repleto de informalidades. Lá, os policiais (praças e oficiais), além dos demais funcionários, conversam abertamente sobre assuntos cotidianos e se divertem entre si. Ao tratar dessa questão, não poderia deixar de mencionar o conhecido comércio informal de cosméticos que funciona dentro do NPC. Um dos soldados administrativos – figura bastante folgaz e comunicativa – expõe quase todos os dias sobre a mesa da recepção vários produtos de beleza e os vende para os outros policiais, que fazem também suas encomendas: são hidratantes, sabonetes, perfumes, cremes e esfoliantes que compram para uso pessoal ou para presentear suas companheiras. Por vezes, rendi-me à afiada lábia do vendedor e cheguei a comprar alguns produtos.

Embora o NPC seja este ambiente também descontraído – um dos fatores que de certa forma facilitou a minha interação com aquelas pessoas – é importante enfatizar que neste processo de conquista de confiança e de aceitação da minha presença ali enfrentei algumas dificuldades iniciais.

Em outra ocasião, estava sentada próxima a mesa da recepção e havia um soldado preenchendo o livro de registro de ocorrências. Ele se encontrava com uma atadura enrolada em sua mão e outro policial perguntou o que havia acontecido. Ele explicou que se tratava de uma ocorrência que atendeu, na qual havia prendido um rapaz e acabou ferindo sua mão nos inúmeros cordões que havia no pescoço do

acusado, que esboçou reação à prisão. O outro PM então comentou: *“Se fosse eu tinha metido a “pêia” nele!”*. O policial que preenchia o livro ao perceber que eu havia escutado a conversa olhou para o colega e, rindo, disse: *“Olha, cuidado. Ela é socióloga, viu. Tá gravando tudo que você tá dizendo”*. O soldado olhou desconfiado para o colega, que o tranqüilizou: *“É não, cara, tô brincando”*.

Obviamente, os exemplos desse receio dos policiais sobre o que eu registrasse ali, como este último, foram comuns. Até que se acostumassem com minha presença, sempre ao final de várias conversas comigo ou com os colegas sobre diversos assuntos, mesmo aqueles que em nada os pudesse “comprometer”, alguns perguntavam: *“Você não está anotando o que eu disse não, né?”*. Ao perceber este incômodo e para não prejudicar minhas tentativas de aproximação, sempre tive o cuidado de fazer as anotações de minhas observações depois, quando a maioria já havia saído para o serviço, ou mesmo em casa.

Por outro lado, durante esse processo de aproximação também me deparei com policiais bastante solícitos ao meu estudo. Como disse, inúmeras vezes eram eles que chegavam até mim para conversar, se ofereciam para dar entrevistas caso eu precisasse e me passavam seus contatos. Aos poucos, a convivência durante o desenvolvimento da pesquisa amenizou os estranhamentos iniciais, propiciando gradualmente longas e produtivas conversas e o fortalecimento de nossas relações, que começaram a transcender também o ambiente do NPC e a estabelecer simpatias e vínculos afetivos que contribuíram de maneira significativa para este trabalho.

2.4.1. “É tudo teatro!”: o desabafo de um soldado e os dilemas de uma pesquisa

Cerca de uma semana após o início de minhas visitas ao NPC, um soldado me procurou ⁵³ após o término da rendição que eu havia acompanhado dizendo que precisava falar comigo. Pela forma como se dirigiu a mim, misterioso e discreto, fiquei um pouco assustada, sobretudo quando ele revelou se tratar de um assunto sério. Fiquei bastante preocupada, pois acreditava que o assunto poderia ser sobre algo de errado que eu tivesse feito, ou alguma atitude inadequada minha naquele

⁵³ Coincidentemente, aquele primeiro soldado que fui apresentada e havia dito que eu ouviria “muitas histórias”. Foi, inclusive, o primeiro a me conceder uma entrevista gravada.

ambiente, afinal de contas eu ainda não estava familiarizada com ele e pouco sabia sobre sua dinâmica. Perguntei quando poderíamos conversar e como ele estava saindo para o serviço me deu rapidamente seu telefone dizendo que eu poderia ligar ainda naquele dia.

Curiosa, liguei assim que cheguei em casa. Ele ainda estava trabalhando, mas adiantou o assunto. Perguntou do que se tratava a minha pesquisa e expliquei que, dentre outras coisas, ela buscava abordar um pouco o cotidiano de trabalho dos policiais. Nesse momento, ele disparou: *“Olha, tudo que você tá vendo ali é teatro. É só porque você está ali. Não é tudo bonitinho daquele jeito não. Se te interessar os ‘podres’ também eu conto”*. Como ele estava no serviço e não é aconselhável um policial conversar sobre esse assunto por telefone, ele pediu meu e-mail dizendo que entraria em contato. Esta ligação era o “empurrão” que eu precisava para fortalecer os ânimos de minha pesquisa, já que, estando esse processo em seu início, eu mal chegava a conversar com aquelas pessoas.

Dois dias após a ligação, recebi do policial um arquivo por e-mail contendo uma carta de quatro páginas escritas por ele constando um verdadeiro desabafo acerca de algumas questões ligadas à sua profissão, dentre elas a conflituosa relação com os superiores, o forte sistema de controle ao qual estão submetidos, as transferências como suposta forma de retaliação ou perseguição e, sobretudo, o militarismo. Segue os principais trechos:

Olá Letícia! A fim de colaborar com sua pesquisa acadêmica e alargar sua visão diante das suas observações resolvi expor facetas desta Polícia Militar do Ceará que são encobertas ainda pelo manto negro do militarismo. Estudar essa instituição não é uma tarefa fácil, imagine agora trabalhar nela e vivenciar diferentes experiências de total falta de compaixão dos comandantes com seus subordinados. [...] Antigamente a Polícia Militar Estadual era formada por pessoas recrutadas que não tinham opção de entrar ou muito menos de sair, hoje, somos voluntários, consciente das regras diferenciadas, e fizemos um juramento de defender a sociedade com o risco da própria vida. Sabe-se que muitos se submetem a essas regras desumanas devido à penosa mobilidade social que dificulta o indivíduo buscar suas reais vocações no mundo civil. Trabalho há mais de três anos na PM e já testemunhei e vivi casos de violência moral dos superiores para com seus subordinados. São tantos os casos de humilhação que passamos a aceitar como normal ser tratado dessa forma. Naquele Núcleo de Policiamento que você está realizando a pesquisa estão modificando um pouco a triste realidade do policial militar para que você pense que os superiores são todos bons e que é tudo lindo. [...] Na PM existem regras que são totalmente absurdas, mas que devido ao estatuto têm que ser cumpridas. Posso citar algumas, como: pedir permissão ao seu comandante para viajar durante suas folgas ou férias, para realizar uma prova de

concurso, para doar sangue, para falar com seu superior, para entrar ou sair do local onde estiver algum superior e etc. Nas viaturas do Ronda do Quarteirão somos monitorados on-line pelo sistema de vídeo e áudio 3G da viatura. São 04 câmeras acompanhando 24h por dia nossas falas e ações e qualquer deslize (como estar sem a boina, com mochila no banco de trás, com falta de postura, sem nome no colete e etc) somos imediatamente chamados atenção ou punidos. Não existe privacidade, ficamos o tempo todo tensos com receio de cometer ou falar algo que julguem incorreto. Até de adoecer somos de certa forma proibidos. Quando alguém adoecer e é obrigado a pôr atestado, algum superior vai até sua casa constatar o laudo médico. E quem acumula mais dias doente corre o risco de ser transferido para algum interior longe de sua casa e família como forma de punição. Tudo isso nos intimida e nos obriga a trabalhar doentes e até mesmo quando estamos totalmente incapazes. [...] Por mais que seja equivocada, injusta e incoerente a decisão do seu superior você deverá cumprir sem contestar. É “Sim Senhor” e pronto. [...] Muito me entristece a pobreza de espírito dos meus comandantes numa instituição que deveria ser a mais coesa e exemplar de todas as instituições. O dia-a-dia de um policial não é fácil, nos deparamos diariamente com todos os tipos de mazelas humanas e temos que estar sempre a postos tamanho o risco a que somos submetidos. Já não basta tudo isso, ainda temos que lidar com a cobrança constante dos superiores que assistem do sofá de casa as ocorrências que atendemos. Quando me refiro aos superiores não generalizo, mas a grande maioria é ou aprende a ser indiferente com a vida dos seus comandados. Tudo isso gera uma insatisfação na tropa, que resvala na sociedade. Muitos agem com violência nas ruas, ou na própria família que também acaba sendo vítima desse sistema desumano que pouco se importa com as necessidades básicas de cada um e se baseia na lei do SE VIRA! [...] Temos, portanto, policiais trabalhando estressados, doentes, preocupados e desmotivados. Em outras corporações ou empresas o investimento no setor pessoal é uma das principais estratégias para o crescimento, na Polícia é diferente, apenas sugam, sugam e sugam. Apesar de tudo ainda nos esforçamos para proteger a sociedade e manter a ordem, mesmo sem os devidos reconhecimentos. [...] Gostaria que fosse mantido em sigilo meu nome para não me prejudicar porque a gente tem que ficar calado. Eu abri a boca até demais. Todo mundo tem medo de ser transferido, ir para lugares ruins e longes e se você não tiver “peixe” você não volta. As transferências são utilizadas como forma de punição e retaliação e feita por critérios pessoais e às vezes medíocres, o que é incorreto. Mas o incorreto na PM é o certo. Qualquer dúvida estarei disponível. Não pude falar essas coisas pelo celular porque a perseguição aqui é grande! Ainda mais depois da greve. Mas apesar de tudo isso, aqui é bom de trabalhar, é só não perder o bom humor e ficar calado. Conto com sua compreensão. Abraços.

De início, vi naquela ligação e neste e-mail uma boa oportunidade de me aproximar de meus interlocutores. Mas e esse policial? O que ele esperava de mim quando me procurou? Acredito que um dos maiores dilemas de um pesquisador ao estudar um grupo específico diz respeito exatamente ao que os nossos interlocutores esperam de nós e de nosso estudo. Barreira (1998) ao falar, por exemplo, da técnica da entrevista, afirma que “o entrevistado vê o entrevistador como alguém que vai escutar e divulgar a versão que ele gostaria que se tornasse pública”. Trazendo para o contexto em questão, podemos dizer que muitos interlocutores veem em nosso trabalho um mecanismo para exteriorizarem suas

experiências, dificuldades e apelos sociais podendo ou não criar expectativas em relação aos possíveis impactos e mudanças que ele venha a proporcionar. É como se em um determinado momento deixássemos de assumir o papel de pesquisadores, que, como foi dito, em algumas situações poderia representar uma ameaça, para sermos enxergados como seus “aliados”, aqueles com os quais poderão compartilhar suas aflições cotidianas, pessoais e profissionais. Essa questão nos faz refletir também a respeito da maneira como o pesquisador deve lidar com a sua simpatia às causas do grupo pesquisado e com o que Bonetti e Fleischer (2007) chamam de “limites do engajamento solicitados aos pesquisadores”. Zaluar (2004) afirma que a pesquisa pode ser política, não no sentido de ser datada e se incluir em movimentos políticos nacionais e internacionais ou em lutas políticas mais amplas, mas

O texto final do antropólogo pode vir a fornecer manancial teórico e prático para as lutas específicas que os grupos estudados travam na sociedade, sem que o antropólogo seja o porta-voz ou o líder, muito menos o representante do grupo que estuda. Quando muito, um aliado. (p.16).

Deparar-se com estes dilemas é algo absolutamente comum. Este exemplo de meu interlocutor não foi o único. Por diversas vezes ao conversarem comigo sobre suas insatisfações, alguns policiais pediam que eu anotasse o que estava sendo dito e colocasse em meu trabalho. A escala de trabalho, por exemplo, era uma das principais reclamações na medida em que os policiais passaram a não ter um turno fixo de trabalho, impedindo ou dificultando, dessa forma, que realizassem outras atividades complementares, sobretudo, freqüentar a faculdade. A respeito disso, certa vez enquanto um soldado me explicava e eu anotava a nova escala de trabalho, outro que estava na sala interrompeu: “*É, e você pode dizer também que nessa escala a gente se fode, porque ninguém mais pode estudar nem fazer porra nenhuma*”. E o outro soldado complementou: “*É, Letícia, nesse sentido você pode ‘botar pra lascar’ mesmo porque realmente é muito difícil*”⁵⁴.

É importante enfatizar que inúmeras vezes esta condição de “aliada” me proporcionou subsídios importantes às minhas reflexões na medida em que os

⁵⁴ Esta questão da escala nos revela, dentre outras coisas, a falta de interesse em se ter uma polícia mais instruída. É como se a profissão policial não pudesse ser também reflexiva, mas essencialmente executante, e seus policiais incapazes de desenvolver diversas potencialidades.

policiais confienciavam em conversas informais diversos aspectos de interesse desse estudo, mesmo ciente de que embora tenha conseguido romper algumas barreiras que são impostas a um “desconhecido” e me tornado próxima a eles, eu não faço parte deste grupo e continuarei – agora de uma forma mais sutil devido a amizade construída durante a pesquisa – sendo identificada por minha condição de “estrangeira”, civil, não-fardada pesquisadora, mulher. As entrevistas em profundidade, por exemplo, só foram realizadas após o término de minha pesquisa de campo, com aqueles policiais que eu adquiri maior contato e enxerguei maior abertura durante o tempo de estadia no NPC.

2.4.2. Amizades e afetos em campo

Em nosso universo de pesquisa, nós cientistas sociais passamos a ocupar diferentes posições, sobretudo, aquelas que somos levados a assumir em campo. Nas diferentes etapas desse processo me foram atribuídos os papéis de socióloga, psicóloga, estagiária, aliada, dentre outros. Mas devo dizer que foi no momento em que me foi confiada a posição de amiga – sempre que me colocava disposta a ouvir e compreender seus medos, ansiedades, prazeres e ressentimentos – que pude adquirir um acesso mais íntimo ao ponto de vista de meus interlocutores de pesquisa.

Tornquist (2007) ao tratar das “vicissitudes da subjetividade” retoma a importância dos trabalhos de Malinowski no que tange à maneira como devemos apresentar os resultados de nossa pesquisa etnográfica, à luz do que ele chamou “farol da sinceridade metodológica”. É o que desde então muitos trabalhos antropológicos têm feito ao exporem os diferentes aspectos que permearam suas pesquisas de campo, tais como as dificuldades de interação com seus interlocutores, os dilemas éticos, as questões envolvendo compreensão linguística, dentre outros. Para a autora, tal recomendação de Malinowski, que sugere que o antropólogo exponha de forma clara e honesta a maneira como foi realizado seu trabalho de campo, “segue sendo a principal luz da antropologia que leva a sério sua tradição empírica” (p.47). Mas, segundo ela, com a complexificação das exigências científicas trazidas por uma consciência hermenêutica que se impôs nas últimas décadas, tal concepção deve incorporar nos debates contemporâneos novas problematizações que têm assumido grande importância em todas as etapas da

pesquisa – tais como componentes afetivos, subjetivos e existenciais envolvidos na relação entre o pesquisador e seus interlocutores, que, nos debates atuais, não precisam ser vistos como “incômodo intruso”, mas como “convidadas” a serem analisadas.

Durante minha pesquisa de campo, tais componentes começaram a se fazer presentes estreitando e intensificando gradualmente os laços de interação. Na medida em que o tempo passava, fui nutrindo vínculos afetivos cada vez mais fortes com meus interlocutores, o que, de fato, me permitiu o acesso a dados e informações que, em uma situação diferente, jamais conseguiria obtê-los. Isso só foi possível porque dediquei grande parte do meu tempo em sustentar uma rede de amizades e a participar ativamente da vida social de meus interlocutores. Em campo, foram inúmeros aniversários, confraternizações, festinhas de despedida, almoços, chás de bebê e festas. Ajudei, inclusive, a organizar muitas delas. Sempre que havia algum tipo de comemoração eu era imediatamente comunicada, mesmo após o término de minha pesquisa de campo: *“Leticia, você faz parte do NPC, não precisa nem convidar!”*. Não lembro de ter recusado nenhum de seus convites, nem mesmo quando não podia comparecer. Buscava uma maneira de não me ausentar, primeiro porque sempre me ligavam e insistiam até que eu confirmasse minha presença e não queria, portanto, fazer uma “desfeita”; segundo, porque esses eventos informais representavam boas oportunidades de conseguir informações e dados importantes longe daquele ambiente institucional.

Dentro dele, no entanto, também consegui aos poucos estreitar laços na medida em que, com o tempo e a convivência, consegui transitar mais à vontade por aquele espaço e comecei a colaborar de alguma forma com suas atividades. Afinal, não queria apenas “sugar” o meu campo. Cheguei, por exemplo, a auxiliar em algumas atividades de digitação e cedi meu celular inúmeras vezes para que os policiais administrativos pudessem fazer ligações e resolverem problemas burocráticos, já que o NPC não conta com um telefone fixo⁵⁵. Muitas vezes, eu permanecia lá além do meu horário de costume para que eles utilizassem o celular –

⁵⁵ O comandante do NPC possui um aparelho de celular fornecido pelo BPCOM para o uso em serviço, mas nem sempre ele se encontrava no NPC no momento em que os policiais administrativos precisavam.

que por conta do uso administrativo que faziam dele, apelidaram de “celular funcional” – até que as pendências fossem solucionadas.

2.4.3. Prestígio e poder em campo: os usos do pesquisador por seus interlocutores

Neste processo de conquista de confiança e espaço junto ao meu universo de pesquisa, minha condição de socióloga se destacou em algumas situações na medida em que meus interlocutores associaram a mim uma idéia de prestígio, eu era muitas vezes apresentada como a “doutora Letícia”. Zaluar (2000), por exemplo, enfatiza essa questão em sua pesquisa de doutorado na Cidade de Deus quando nos ilustra o poder e a influência que inúmeras vezes o pesquisador adquire em campo, mostrando os usos que os moradores desta comunidade faziam da sua presença e de sua condição de professora universitária:

Virei também parte de um espetáculo montado para as visitas importantes ao local. Eu era bem vestida, bem falante e amiga deles. Como iriam deixar de me exibir às “autoridades” que apareceram em número cada vez maior à proporção que nos aproximávamos das eleições de 1982? Os políticos vinham buscar seus votos. Eles [os moradores da Cidade de Deus] queriam receber a ajuda material dos políticos e na barganha pelo custo do voto eu entrava como demonstração do prestígio e da importância deles no local. Deixei-me, sem opor nenhuma resistência, usar desse modo. (ZALUAR, 2000, p. 19).

Se no início, como disse antes, nós pesquisadores nos encontramos em uma real condição de subalternidade frente aos nossos interlocutores – os primeiros detentores de poder nesta relação, afinal são eles que possuem as informações que desejamos e as fornecem, muitas vezes, quando lhes é conveniente – na medida em que esta relação se intensifica percebemos que nós também somos detentores de poder em campo através de um suposto prestígio que possui um pesquisador acadêmico e que possa, aparentemente, nos sugerir uma autoridade científica.

Percebi essa questão quando em campo passei por uma situação que demonstrou, ao mesmo tempo, os usos que nossos interlocutores fazem de nosso “prestígio acadêmico” e também a forma como uma atitude minha no desenrolar desta situação condicionou e foi determinante nos rumos de minha pesquisa.

Eu havia terminado a primeira etapa de minha pesquisa junto ao NPC e havia me afastado durante dois meses. No dia anterior ao que iria entrar em contato com o comandante do NPC para avisar que retomaria a pesquisa pelos próximos dias o encontrei, coincidentemente, dando entrevista a uma emissora de televisão local em uma praça onde eu estava fazendo caminhada. Aguardei a gravação acabar para lhe falar pessoalmente. Quando o abordei, ele foi bastante receptivo e logo me incluiu na conversa com o jornalista. Sem que eu soubesse o motivo da entrevista, o capitão sugeriu que ele conversasse comigo: *“Taí, essa moça aqui pode falar melhor. É a Letícia, nossa socióloga, faz mestrado em sociologia”*. É como se o fato de eu ser socióloga e fizesse um mestrado me desse propriedade para falar sobre o assunto em questão conferindo maior credibilidade. Imediatamente o repórter me perguntou se eu achava aquela praça violenta e eu respondi que não. Pouco tempo depois descobri que o motivo de sua pergunta foi por conta de um tiroteio no dia anterior naquelas proximidades e, como é de praxe, em casos que adquirem certa repercussão na mídia o comandante do policiamento da área sempre é solicitado a conceder entrevista prestando esclarecimentos sobre o caso. O repórter continuou insistindo: *“Você não acha essa praça violenta?”*. Respondi novamente que não, pois, de fato, na praça em questão não são comuns situações que a caracterizem como violenta. O repórter insistiu: *“Você vê policiamento aqui próximo?”*. Com essas perguntas, percebi qual a resposta que ele queria a qualquer custo “arrancar” de mim. Diante de sua insistência resolvi então encerrar o assunto reiterando que não considerava a praça violenta, não tinha medo de andar por aquelas ruas e que sempre via policiais e viaturas nas proximidades, pelo menos nos horários em que eu freqüentava a praça. Depois disso, conversei com o capitão e acertei minha volta a campo na semana seguinte.

Em meu retorno ao NPC, fiquei um pouco receosa com a receptividade que teria por conta desse tempo que passei afastada, afinal, em dois meses muitas coisas mudam. E, de fato, mudaram. Não me refiro apenas às mudanças físicas e estruturais daquele ambiente (nova escala de trabalho dos policiais, saída da funcionária terceirizada e substituição por outra, nova distribuição dos móveis), mas também à maneira como fui recepcionada em minha volta. Assim que entrei no NPC, um policial me recepcionou com as seguintes palavras: *“Olha aí, rapaz, a nossa porta-voz do NPC!”*. Fiquei sem entender o porquê de suas palavras, até que nesse

momento o capitão entrou na sala e continuou: *“É sim, rapaz. Você precisava ver, ela enquadrô o jornalista lá na praça. O jornalista insistindo e ela lá “bateu o pé” dizendo que lá era tranqüilo e que ela sempre via polícia por lá”*. Foi somente nesse momento então que atentei para as conseqüências e a importância para os meus interlocutores de minha atitude naquela situação de impasse. A imprensa estava ali pronta para divulgar a violência naquela área, cujo policiamento é de responsabilidade do NPC e eu coloquei involuntariamente a situação a meu favor e do NPC.

Este episódio lembrou-me Geertz (2012) em sua incursão junto aos balineses quando relata a indiferença com que estes tratavam a ele e sua esposa durante a pesquisa até o dia em que esta relação mudou drasticamente após chegar ao conhecimento de toda a aldeia de que em uma invasão da polícia a uma rinha de galo eles fugiram “como todo mundo” em vez de simplesmente se apresentarem como professores norte-americanos na condição de “Visitantes Distintos”:

[...] Todos eles estavam muito satisfeitos e até mesmo surpresos porque nós simplesmente não ‘apresentamos nossos papéis’ [...] e preferimos demonstrar nossa solidariedade para com os que eram agora nossos coaldeões. (Na verdade, o que exibimos foi nossa covardia, mas parece que também há uma certa camaradagem nisso.). [...] Foi justamente o ponto da reviravolta no que concerne ao nosso relacionamento com a comunidade. [...] Toda a aldeia se abriu para nós, provavelmente mais do que o faria em qualquer outra ocasião. (GEERTZ, 2012, p. 187).

Em minha situação de pesquisa não era ignorada, não me encontrava no “estágio de sopro de vento” tal como no caso de Geertz e sua esposa entre os balineses, mas, da mesma maneira, após minha atitude desinteressada ter sido avaliada de forma positiva ocupei um lugar de destaque entre meus interlocutores e a nossa relação passou a ser mais gentil, cordial e afetuosa. Esse episódio foi, inclusive, lembrado por eles em vários momentos da pesquisa. Em um deles, o capitão em um discurso na ocasião de seu aniversário dirigiu-me palavras de afeto e gratidão, enfatizando sua admiração por esta atitude.

Retomando a questão do prestígio conferido a um pesquisador acadêmico e dos usos que nossos interlocutores fazem desta nossa condição ressalto o auxílio que alguns deles com curso superior completo chegaram a me pedir no que diz

respeito às seleções de mestrado que estavam concorrendo. Cheguei a corrigir seus projetos, um deles concorrendo ao mestrado em Linguística Aplicada e o outro de Políticas Públicas e Sociedade. O autor do primeiro acabou desistindo da seleção e mesmo me garantindo que o fez por conta do curto prazo para a entrega do projeto, fiquei com a impressão de que sua desistência está ligada às correções que eu havia feito, o que me deixou bastante desconfortável. Já o autor do segundo me pediu um auxílio maior nas etapas da avaliação escrita e da entrevista. Cheguei a fornecer material de estudo (livros, textos e resumos), tirar suas dúvidas sobre alguns conteúdos e a nos encontramos para que eu comentasse o seu projeto e, a partir dele, fizesse considerações que possivelmente seriam cobradas no momento da entrevista.

Foi a minha relação com este policial que, pela primeira vez, mostrou questões ligadas à troca em meu contexto de pesquisa. A partir do momento em que me dispus a ajudá-lo com seu projeto, imediatamente ele se ofereceu para me conceder uma entrevista em profundidade: *“Você pode me perguntar o que você quiser”*, disse-me. E assim fizemos. É importante enfatizar que a interação com tal policial não teve seu início com essa proposta, afinal nosso contato já vinha há algum tempo sendo fortalecido por meio de conversas informais e, talvez por isso, portanto, ela tenha sido feita. Situações deste tipo reforçam a “via de mão dupla” do poder na relação entre pesquisador/pesquisado na medida em que ele pode ser acionado tanto por um quanto pelo outro, neste caso, “dado o fato de os ‘nativos’ também fazerem uso do pesquisador enquanto instrumento de barganha” (NASCIMENTO, 2013, p.9).

O fato é que na busca por dados e informações durante a pesquisa de campo estamos constantemente trocando dádivas e contra-dádivas com nossos interlocutores. De fato, como afirma Tornquist (2007), “o trabalho de campo nos endivida”. E a gentileza com que os policiais me receberam no NPC tinha em contrapartida alguma contra-dádiva que em algum momento eu teria que honrar, embora não soubesse quando nem de que maneira o faria. Afinal, embora precisemos retribuir a dádiva, não somos nós necessariamente que possuímos o controle de sua temporalidade que não é, portanto, prevista ou explícita (Bourdieu, 1996). A contra-dádiva se insinua na relação por estamos cientes de nossa dívida e

nos sentirmos, portanto, obrigados a retribuí-la, embora não saibamos quando isto ocorrerá⁵⁶.

Para ele, o principal caráter da experiência do dom é a sua ambigüidade. Ao mesmo tempo em que há (ou pretende haver) a rejeição do interesse e do calculismo em detrimento de uma exaltação da generosidade e do dom gratuito, esta experiência, por outro lado, nunca exclui por inteiro a consciência da lógica da troca condicionada por uma disposição do *habitus*:

[...] Quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal (em vez de parecer uma ingenuidade ou um absurdo) e de obter o reconhecimento (sob forma de contradom ou de gratidão) de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade também esperam que assim seja. (BOURDIEU, 1996, p. 7).

De fato, embora de certa forma eu estivesse consciente de que minha “dívida” seria possivelmente cobrada um dia, não alimentei a expectativa ou preocupação de tal cobrança por parte de meus interlocutores. Pelo contrário, minha relação com eles havia se tornado tão sólida e, tantas vezes, afetuosa, que no exato momento em que a contra-dádiva me foi cobrada, obviamente sem que eu estivesse esperando, passei por uma grande “saia justa” que chegou, inclusive, a ameaçar nossos laços.

Na verdade, tratou-se de um mal-entendido que a muito custo consegui esclarecer. Durante minha pesquisa de campo junto ao NPC havia decidido não conceder nenhum tipo de entrevista à imprensa por receio de prejudicar de alguma forma seu andamento. E assim o fiz. Cerca de dois meses após o término da pesquisa escrevi um artigo de opinião para o jornal Diário do Nordeste que estava produzindo uma grande matéria sobre os cinco anos de implantação do programa Ronda do Quarteirão no Ceará⁵⁷. Nela, alguns estudiosos da segurança pública teceram suas críticas, apontando as fragilidades do programa. Em meu artigo de

⁵⁶ A respeito do dom, Bourdieu destaca três pontos importantes: [...] Leva em consideração o tempo — ou, mais exatamente, o intervalo entre o dom e o contradom — e a incerteza; introduz uma teoria do agente e da ação que considera, como princípio da prática, as disposições constitutivas do *habitus*, e não a consciência ou a intenção; e remete a troca de dons a uma lógica muito particular, a da economia dos bens simbólicos [...]. (BOURDIEU, 1996, p. 7)

⁵⁷ Ver: APÓS 5 anos, Ronda do Quarteirão frustra e não reduz os crimes. **Diário do Nordeste**. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1227963>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

opinião busquei focar na situação do próprio policial que atua no Ronda me baseando, sobretudo, e pela primeira vez, nas recentes informações que havia adquirido durante minha pesquisa de campo. E, por isso mesmo, fiquei surpresa e preocupada ao receber, após a publicação da matéria, inúmeras ligações de policiais mostrando-se insatisfeitos comigo e com o conteúdo da publicação. Um deles me disse: *“Égua, Leticia, você ‘tacou o pau’ na gente, né?”*. Outro me ligou dizendo: *“Leticia, o pessoal lá do NPC tá puto com você, dizendo que nós criamos uma cobra”*. De repente me vi em uma situação de grande constrangimento e, a meu ver, injusta. Por que estariam chateados se no artigo expus, sobretudo, as situações e dificuldades vividas em seu cotidiano de trabalho contadas por eles mesmos? Conversando com um policial ele me tranqüilizou ao afirmar que ele e outros policiais haviam compreendido o meu ponto de vista e que, na verdade, foi a má disposição do texto na internet que confundiu alguns leitores desatentos dando a impressão de que eu havia escrito e assinado toda a matéria e que, pelo contrário, fui muito feliz no que escrevi. Disse ainda que estava esclarecendo essa questão aos policiais que comentavam algo com ele. De fato, até então não havia lido a matéria e percebi que ele tinha razão. Prova disso é que alguns policiais após reconhecerem a interpretação equivocada que fizeram da matéria me pediram desculpas. Liguei, inclusive, para o comandante do NPC explicando a situação e o mesmo mostrou-se bastante compreensivo, apesar de informar que o comandante do Ronda, após a publicação da matéria, pediu-lhe que escrevesse um artigo contestando-a com o argumento de que “não se pode dizer que foram cinco anos em vão”. O fato é que tais cobranças causadas por este equívoco trouxeram um grande mal-estar temporário entre meus interlocutores e eu. Senti-me, assim, na obrigação de buscar a todo custo esclarecer para eles esse engano, afinal foi graças à sua solicitude que pude, com o tempo, amenizar a sensação de ser uma estranha naquele ambiente lhes sendo grata por possibilitarem a realização de minha pesquisa, compartilhando suas vidas, seu cotidiano e suas experiências mais íntimas.

2.5. Ser mulher em campo: etnografia e gênero

Algo imprescindível do fazer antropológico é a importância de se tratar a relação entre gênero e etnografia demarcando e dando visibilidade a especificidade da experiência vivida por mulheres em campo. Miriam Grossi (1992) afirma que na tradição antropológica durante muito tempo os pesquisadores do sexo masculino pouco relatavam a respeito de seus questionamentos subjetivos ligados às suas identidades de gênero. Na relação sujeito/objeto, suas análises quase sempre estavam ligadas à desmistificação do “antropólogo neutro”. De forma semelhante, a autora busca desconstruir o chamado “mito do antropólogo assexuado” tecendo críticas a alguns trabalhos de antropólogas que sugeriam na pesquisa de campo a existência de um “terceiro gênero”, o pesquisador não seria nem homem, nem mulher, mas um indivíduo assexuado e neutro:

Alguns relatos de mulheres em campo mostram como elas vivenciaram e refletiram sobre o deslocamento permanente entre a própria identidade, o “eu” e a identidade dos “outros” (homens e mulheres), redefinindo sua própria identidade de mulher, pesquisadora, engajada e não apenas de “cientista neutro e assexuado”. (GROSSI, 1992, p.12).

A tradição antropológica durante muito tempo assinalou a Antropologia como uma ciência predominantemente masculina e, apesar de antropólogos vivenciarem de forma semelhante situações de dificuldade ou poder em campo, há diferenças quanto àquelas experimentadas por mulheres no contexto de suas pesquisas empíricas. Os debates contemporâneos nos têm levado a refletir acerca disso.

De fato, minha posição de mulher em um ambiente de pesquisa predominantemente masculino e, por vezes, machista, como é o caso da instituição militar, não é irrelevante e condicionou o desenvolvimento de minha pesquisa na medida em que em muitas situações me permitiu o acesso a dados privilegiados junto à teia de relações na qual estava envolvida. Como afirma Zaluar (2004) sobre sua pesquisa na Cidade de Deus, “[...] Essas marcas [do sexo feminino] interferiram no meu trabalho de pesquisa porque as respostas que obtive para muitas das perguntas eram dadas a uma mulher” (p. 157). E eu estava ciente de que esse traço da identidade de um pesquisador ligado à sua posição de gênero poderia ser vantajoso ou não em algum momento da pesquisa. O gênero dos pesquisadores,

portanto, “junto com as condições específicas de realização de seus trabalhos de campo e os contextos históricos, sociais e políticos, entre outros fatores, interfere nas representações etnográficas elaboradas”. (AQUINO, 2010, p. 72).

De certa forma, pelos contatos que já havia tido com policiais militares anteriores à realização desta pesquisa, eu estava ciente do estereótipo de “mulherengos” que era atribuído a eles. Em campo, eles mesmos assumiam abertamente essa “fama”⁵⁸: “*Cuidado, Leticia, que guarda é bicho ‘gaiato’*”, diziam. Chegaram a me apresentar também o que apelidaram de “Kit guarda”, que, segundo eles, “*todo policial deveria ter*”: Seria “*um Ray-ban, uma rapariga e um iphone*”. Em outra situação um policial relatou: “*São três coisas que quando você para a viatura sempre tem um por perto: ou é bêbado, ou cachorro ou mulher*”.

Não consegui identificar, tal como o fez Aquino (2010), “as preferências estéticas predominante[s] entre os meus interlocutores para o sexo feminino”, mas, ciente desta situação, tomei o cuidado de em campo me vestir de maneira discreta, porém formal, visto que aquele era um ambiente institucional que também exigia de mim uma “boa aparência”. Ainda assim, foram inevitáveis as sucessivas gentilezas e galanteios, que, na verdade, em raras vezes chegaram a me constranger, pois me eram dirigidos de uma maneira muito sutil e nunca ofensiva.

Em apenas uma situação específica passei por um constrangimento desta natureza que poderia ter adquirido proporções maiores, não fosse a relação de proximidade que já havia adquirido em campo junto a meus interlocutores, o que me ajudou a contornar e encarar de maneira muito natural a situação.

Ocorreu quando um dia, ao chegar ao NPC, a funcionária terceirizada, que já havia se tornado minha amiga, me recepcionou com a notícia de que um policial estaria apaixonado por mim. Surpresa, lhe pedi que explicasse com mais clareza o que acabara de me dizer. Foi então que me revelou quem seria o policial e avisou que o NPC todo já estava sabendo, pois o mesmo havia pedido meu telefone para várias pessoas. Tudo isso me foi dito acompanhado de brincadeiras e risos. De fato,

⁵⁸ Independentemente de serem ou não comprometidos. Durante as festas e confraternizações que participei cheguei inclusive a presenciar situações de traição que protagonizavam em relação às suas companheiras, quando estas não estavam presentes.

eu era a única que até então não tinha conhecimento disso. Nesse dia, vários policiais se dirigiram a mim fazendo chacota da situação. A cada instante entrava um relatando que o policial havia ligado pedindo meu telefone. Um deles contou o que havia dito a ele por telefone: *“Macho, você tem certeza? A Leticia é legal com todo mundo, você não ta confundindo as coisas não?”*. Encarei a situação com naturalidade até saber da imprudência do policial, que havia ligado, inclusive, para o comandante do NPC e, por conta disso, havia sido chamado à atenção. Por sorte nesse caso não havia pedido o meu número, mas o da funcionária terceirizada que, por ser minha amiga, acreditava que ela forneceria.

Eu sabia quem era o policial e já havíamos conversado várias vezes, já que ele era um dos que trabalhava na reserva de armamento ao lado da sala do NPC. Obviamente parte de toda essa repercussão entre os policiais envolvendo piadas e brincadeiras se deu por conta da falta de discrição do próprio soldado, mas também por ele ser uma figura muito querida e engraçada do NPC com um perfil um pouco “infantilizado”. Há que se dizer também que no meio policial a fofoca é algo bastante corriqueiro e se espalha com muita facilidade dada a integração entre seus membros⁵⁹.

Pouco tempo depois de todo esse burburinho, lá mesmo no NPC o policial chamou-me para conversar. Para mim, isso não representou uma situação de tensão, mas ele, muito nervoso, (chegava a suar) contou-me que estava apaixonado e que não entendia como isso fora acontecer porque sempre conversávamos e nunca havia despertado tal interesse em mim. Muito serenamente expliquei-lhe que não havia qualquer possibilidade de haver “algo a mais” entre nós além da amizade, que ele poderia contar em qualquer momento. Além disso, falei que era comprometida (criei um namorado fictício), reforcei que ele também estava na mesma situação (ele era casado) e ele não insistiu. Nesta situação, tive todo o cuidado de tranquilizá-lo, deixando claro que de minha parte esse fato em nada prejudicaria a nossa relação, e ele disse o mesmo. E assim aconteceu: relacionamos-nos normalmente até que o assunto foi sendo esquecido.

⁵⁹ Tal como afirma Elias (2000), “O grupo mais bem integrado tende a fofocar mais livremente do que o menos integrado” (p. 129).

Esta condição feminina de forma alguma chegou a prejudicar minha pesquisa, mas não posso negar o fato de que em alguns momentos ela barrou investidas que até então acreditava serem importantes nesse processo quando no início, por exemplo, cogitei a possibilidade de acompanhar o trabalho policial dentro da viatura e o comandante do NPC não autorizou justificando a proteção à minha vida e a sempre recorrente preocupação com minha suposta “fragilidade feminina”.

Apesar de ter vivenciado poucas situações destas que narrei acima, posso afirmar que na grande maioria delas me foi oportuno ser mulher, cabendo a mim direcionar os interesses e contatos de meus interlocutores para os objetivos da pesquisa, e estou certa de que se não me encontrasse em tal posição, essa rede de relações que estabeleci em campo não teria fluído de maneira tão positiva e satisfatória para meu estudo.

2.6. Saída do campo: uma difícil decisão

Quando nós pesquisadores estamos envolvidos com nosso campo de pesquisa – seja por uma proximidade política, afetiva ou simbólica – precisamos em um determinado momento abandoná-lo mesmo que este, “feito de pessoas de carne, osso, idiosincrasias, hormônios e expectativas”, como sugere Tornquist (2007), não nos abandone.

No decorrer da pesquisa, nós pesquisadores estamos cientes de que chegará o momento em que será preciso nos afastar de nosso universo de pesquisa e a nos despedirmos daquelas pessoas e daquela rotina. Apesar disso, decidir o “quando” sair foi uma das etapas mais difíceis para mim. Em uma carta de despedida que escrevi em meu último dia de pesquisa a todos do NPC relatei exatamente essa dificuldade em sair do campo, algo que disse ser infinitamente mais complicado que a própria chegada a ele, mesmo que na condição de “desconhecida” e permeada de desconfianças. Isso porque a pesquisa é, antes de tudo, uma relação social onde afetos, empatias, paciência e responsabilidades são construídas e alimentadas ao longo da pesquisa.

E foi exatamente por conta desse fortalecimento de nossas relações na tentativa de compreender parte desse universo que percebi que em alguns momentos comecei a perder o meu distanciamento de pesquisadora. Passei a me

sentir tão à vontade com aquelas pessoas que fiquei receosa de não conseguir mais “estranhar” suas atitudes e práticas. Mais do que observar, comecei também a sentir as crises e anseios que me relatavam, provocados, dentre outras coisas, pelos desgastes físicos, psicológicos e morais aos quais estavam submetidos naquele contexto de trabalho.

Meu último dia de campo foi especialmente importante, porque percebi o quanto também nutriam afeto e respeito por mim manifestados em suas lamentações pela minha saída: *“E agora, quem é que a gente vai ver sentada ali naquela cadeira todo dia?”*, *“Quem é que vai embelezar esse NPC agora?”*, diziam. Pude também agradecer a alguns policiais durante a rendição a receptividade que tiveram comigo e o meu trabalho. Os policiais administrativos me fizeram permanecer lá até o fim de seu expediente, quando um deles leu em voz alta a carta que eu havia escrito, pois, emocionada, assim como eles estavam, não consegui ler. Soube depois que a carta havia sido fixada no flanelógrafo do NPC para que todos os policiais a pudessem ler. Ouvi ali muitas palavras de agradecimento e carinho. Disse que esperava retribuir com meu trabalho toda a confiança e acolhida que me foram dados, pedindo desde já, desculpas caso não conseguisse.

Enfatizo que desde então o “sair do campo” implicou apenas em um afastamento físico, mas não afetivo. Mesmo com minhas tentativas de “exílio temporário” para escrever este trabalho não foi possível “abandonar” o grupo, pois eu sempre cedia aos seus convites e convocações, mesmo que de última hora, para festas e participações que eu não poderia “ficar de fora”, como me diziam. Estou constantemente em contato com eles, inclusive quando estão de serviço nas viaturas da área em que resido. Os laços de reciprocidade e afetividade permanecem firmes até hoje e uma das situações mais prazerosas e gratificantes pela qual passei foi poder voltar pela primeira vez ao NPC após o término de minha pesquisa e ver inúmeras fotos minhas e de meus interlocutores nesses momentos de descontração e lazer fixadas em um grande mural na recepção.

CAPÍTULO 3 – TRABALHO POLICIAL SOB VIGILÂNCIA: O SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DO RONDA DO QUARTEIRÃO

3.1. Disciplina, poder e controle: pensando o sistema de videomonitoramento do Ronda do Quarteirão

Parece unânime atualmente a opinião a respeito do aumento do controle sobre a vida privada e também pública dos indivíduos através da conseqüente e cada vez mais comum instalação de sistemas de videomonitoramento. A indústria da segurança, condicionada pelo crescente discurso da “sensação de insegurança”, tem cada vez mais investido em aparatos tecnológicos colocando à disposição no mercado sistemas de segurança sofisticados. E os consumidores, por sua vez, continuam dispostos a investir na própria segurança. Nesse contexto de revolução tecnológica, insegurança e crença no alcance e poder da visão e das imagens que começaram a surgir as primeiras apropriações oficiais da videovigilância no Brasil, como afirma (CARDOSO, 2010).

Para este autor, a crescente possibilidade da instalação de câmeras em qualquer lugar atualmente associa-se ao seu poder técnico de desempenhar inúmeras funções, sobretudo, aquelas relacionadas ao controle e à segurança. Os consumidores deste mercado da videovigilância podem, assim, serem privados ou públicos. Um exemplo destes últimos tem sido a apropriação de tais mecanismos pelas polícias no Brasil tanto no que tange ao controle externo – como no caso de câmeras de segurança instaladas em locais públicos e monitoradas pela Polícia Militar como parte de uma política de segurança pública⁶⁰ – como ao interno, no que diz respeito à vigilância de sua própria atuação.

Sabemos que o estado detém o monopólio legítimo da violência (WEBER, 1991) e que nas sociedades contemporâneas as forças policiais têm sido as principais representantes para seu exercício e, por isso mesmo, suas funções de manutenção da lei e da ordem pública devem ser pautadas na preservação dos direitos humanos e das liberdades individuais. Porém não é novidade os inúmeros exemplos de abuso de poder, excessos quanto ao uso da força física e outras tipos

⁶⁰ Ver o trabalho de Cardoso (2010) no Rio de Janeiro: **Todos os olhos**: videovigilâncias, *videovoyeurismos* e (re)produção imagética na tecnologia digital.

de ilegalidades cometidas por policiais no exercício de suas atividades. Estes têm sido alguns dos argumentos mais comuns para se justificar o controle cada vez mais rígido sobre os órgãos de segurança pública em detrimento de outras instituições públicas, materializado em instrumentos de vigilância cada vez mais sofisticados.

Ao tratarmos, de maneira geral, a respeito das questões envolvendo os sistemas de vigilância e de controle modernos aos quais estamos cotidianamente submetidos atualmente, é importante remetermos primeiramente ao aparato científico e teórico em torno desta questão.

Um dos principais teóricos a tratar dos mecanismos de vigilância foi Michel Foucault (2008) ao remeter à invenção arquitetônica de Jeremy Bentham, conhecida como Panóptico⁶¹, do final do século XVIII buscando, a partir dele, ilustrar o modelo de vigilância como um dispositivo disciplinar. Para ele, a disciplina constituiria um mecanismo de poder, uma modalidade para exercê-lo que asseguraria a sujeição constante das forças dos indivíduos a uma relação docilidade-utilidade. E o modelo Panóptico, graças a sua capacidade de ampliar o poder de vigilância pela multiplicação do olhar do observador, constituiria o principal símbolo da tão desejada e radical disciplinarização dos comportamentos, sendo responsável, assim, por evitar possíveis crimes, desvios e comportamentos considerados indesejáveis. Pautado pelo princípio do “*ver sem ser visto*”, o principal efeito do Panóptico é

Induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 166).

Este poder seria, portanto, “onipresente e onisciente” e se exerceria agora sem a necessidade de se recorrer à ameaça de uso da força contra os indivíduos para obter deles um bom comportamento, tornando-os, dessa forma, menos suscetíveis à transgressão. Seria, assim, o poder da mente sobre a mente em substituição ao poder do corpo sobre o corpo (BENTHAM, 2000, apud CARDOSO, 2010, p. 57) representando a transição do domínio punitivo, onde o poder era

⁶¹De forma sucinta, o Panóptico constitui-se como “um projeto de construção com uma torre central que vigia toda uma série de celas, dispostas circularmente, em direção oposta à luz, nas quais se encarceram indivíduos. Do centro, controla-se qualquer coisa e todo movimento sem ser visto” (FOUCAULT, 2010, p. 155).

pautado na figura de um monarca ou rei, para o domínio disciplinar, no qual o poder não pode ser identificado com pessoas ou aparelhos. Para Foucault, o Panóptico e seus mecanismos de observação bem como o princípio de que a disciplina possibilita a sujeição e o planejamento do comportamento dos indivíduos, teve papel fundamental na formação do indivíduo moderno.

De fato, é inegável a importância da obra de Foucault no que diz respeito à compreensão dos atuais discursos sobre as novas formas de videovigilância. Estas por disponibilizarem o acesso às imagens em tempo real e também através de seu armazenamento constituem um fator importante no processo de disciplinarização e fabricação dos sujeitos sugerido e teorizado por Foucault. Suas análises, portanto, ainda hoje podem ser apropriadas no que diz respeito, por exemplo, ao auxílio e diagnósticos de estratégias de segurança tanto de órgãos privados quanto públicos.

Reconhecida a contribuição do pensamento de Foucault para pensar as questões relativas ao controle e à disciplina, é necessário também apontar suas limitações. Para Cardoso (2010), por mais que as ideias de normalização e docilização dos corpos sejam constructo do processo de produção do indivíduo moderno, elas não constituem “leis da sociedade ou regras inerentes à vida social”, mas antes “processos ocorridos ao longo e em decorrência da modernização, e [...] características de um determinado diagrama” (p.53). Dessa forma, a autor aponta que as teorias pós-foucaultianas – tais como as de Gary Marx (2004), Clive Norris (2002) e Lianos (2003) – têm antes tentado estabelecer uma reflexão a partir das idéias do autor e também das mudanças sociais posteriores àquelas que Foucault se debruçara, do que mesmo o objetivo de invalidar sua teoria.

Com o advento das transformações sociais e históricas, após a Segunda Guerra Mundial o modelo da sociedade disciplinar descrita por Foucault nos séculos XVIII e XIX, tal como um dia suplantou o domínio punitivo, começa a ser substituído pelo modelo de uma sociedade de controle (DELEUZE, 1992):

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. [...] Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. [...] Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante [...] (p. 220-221).

A partir dessas novas mudanças, algumas críticas feitas ao modelo panoptista defendido por Foucault no contexto contemporâneo giram em torno da defesa de uma descentralização do poder e do controle visto que a vigilância eletrônica de câmeras não seria capaz de estabelecer um controle totalitário e dominador, como no caso do Panóptico. Isso porque na contemporaneidade, a vigilância pode ser efetuada por vários observadores e através das “múltiplas e descentralizadas videovigilâncias pode ser exercido um poder de alcance muito maior do que o centralizado” (CARDOSO, 2010).

Ainda assim, o princípio de disciplinarização dos corpos ilustrado pelo panóptico, como foi dito, não merece ser de todo descartado, permanecendo, obviamente dentro de suas limitações e adaptações ao contexto contemporâneo, um importante instrumento para se pensar o poder e o controle. Ele ainda continua válido no que tange a sua onipresença, mesmo que mediada pelas novas tecnologias, a sua capacidade de vigilância permanente e por funcionar como instrumento de normalização e sanção (ZIMMER, 2009), tal como se mantém no caso das instituições militares e ilustrado, por exemplo, a partir do sistema de videomonitoramento ao qual estão submetidos os policiais militares que atuam no programa Ronda do Quarteirão.

Como foi dito, esse sistema faz parte do processo de “modernização” na área da segurança pública do estado. As viaturas do programa estão equipadas com sistema de vídeo e áudio e são controladas em tempo real por uma central de videomonitoramento. Os agentes de segurança encontram-se, assim, sob observação contínua, constante e permanente e estão cientes dessa vigilância e da possibilidade de sanção caso não cumpram as instruções normativas que lhes são exigidas. Dentro desse contexto, veremos, assim, de que maneira tal sistema condiciona os modos de agir dos policiais instigando comportamentos e emoções em seu cotidiano de trabalho.

3.2. O sistema de videomonitoramento: ver, ouvir, ser ouvido

Como foi dito, a tecnologia tem criado instrumentos cada vez mais sofisticados de vigilância. A adoção ao uso de câmeras em viaturas da polícia tem se tornado comum e funcionado como um novo mecanismo de controle disciplinar sobre a atividade policial e o comportamento de seus agentes, possibilitando, assim, a coordenação, o acompanhamento e a fiscalização de seu trabalho.

Para compreender o funcionamento efetivo do sistema de videomonitoramento do Ronda do Quarteirão é necessário apresentar antes de tudo a disposição física do ambiente em que funciona.

Em uma visita feita ao Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCOM) em 2011 para negociar a autorização para a realização da pesquisa de campo tive a oportunidade de conhecer, a convite do então subcomandante do programa, a área de videomonitoramento das viaturas do Ronda do Quarteirão. A sala é um ambiente amplo e nela se dividem várias estações de trabalho (agrupamentos de quatro mesas), cada uma possuindo quatro computadores operados por funcionários terceirizados. Cada agrupamento desses é responsável pelo monitoramento das viaturas de várias áreas.

O responsável pela sala de monitoramento chegou a fazer um teste de comunicação com uma viatura e através dessa demonstração pude, pela primeira vez, visualizar o funcionamento das câmeras de vigilância. Para mostrar como funcionava o sistema de câmera e áudio ele dirigiu-se a um dos computadores, escolheu aleatoriamente uma viatura, ligou para o número de telefone da mesma e falou com os policiais. Perguntou a um deles como estava o serviço e, ao ouvir do mesmo uma resposta positiva, encerrou o contato dizendo que estava apenas fazendo um teste. Tudo isso com áudio e imagem em perfeitas condições⁶².

⁶² Nesta ocasião, um amigo oficial da PM que me acompanhava na visita relatou o dia em que o Subcomandante apresentou o sistema de videomonitoramento ao delegado da DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) e ao exibir o áudio de uma viatura os policiais estavam conversando sobre mulheres e se referindo a elas de maneira pejorativa causando uma situação de constrangimento ao subcomandante, que pediu desculpas pelos policiais.

Em seguida, mostrou-me um outro tipo de monitoramento das viaturas. Trata-se de um sistema de georreferenciamento⁶³ que é retroprojetado em um painel da sala através do qual é possível saber a localização da viatura e se esta se encontra, por exemplo, dentro ou fora da sua área de atuação. Estando fora, o monitoramento envia imediatamente uma mensagem ao TMD (Terminal Móvel de Dados) da viatura comunicando aos policiais que retornem à sua área. Além disso, o sistema também identifica se a viatura está parada, há quanto tempo ela está parada, e até mesmo se ela está ligada ou não. No caso, quando extrapola o tempo permitido, o monitoramento envia uma mensagem para que ela volte a circular, exceto nos casos em que esteja havendo atendimento de alguma ocorrência. Enquanto me explicava, o policial responsável fez a demonstração com uma viatura que estava parada há mais de meia hora – coincidentemente era a que atendia a minha rua. Ele enviou a mensagem até constatar que ela estava parada por conta de uma ocorrência.

Exemplos práticos do funcionamento desse sistema acontecem quando ele é acionado para verificar a localização da viatura no momento de uma ocorrência de grande complexidade na área pela qual ela policia. Certa vez, o comandante no NPC recebeu a informação de que cinco homicídios haviam sido cometidos em uma das áreas sob tutela do NPC e que, segundo o monitoramento, no momento em que ocorreram, a viatura estava fora da área de atuação. Por conta disso, os policiais teriam que “prestar explicações” ao comando. Ele chamou, então, à atenção da tropa para que informassem em qualquer situação ao CIOPS⁶⁴ ou ao monitoramento quando precisassem sair da área, pois eles têm como verificar horário e localização da viatura: *“Saiu pra cobrir a área de outra viatura? Saiu pra dar reforço? Comunique!”*.

Tive uma segunda oportunidade de estar próxima ao sistema de videomonitoramento. Dessa vez, não mais observando através das câmeras, mas sendo observada de dentro da viatura. Em meus primeiros dias de pesquisa no NPC, um fiscal de policiamento me convidou para conhecer a viatura por dentro. Ela se encontrava estacionada no pátio do NPC. Adentramos no carro – o fiscal no

⁶³ Este sistema permite obter as coordenadas de locais geograficamente identificáveis. No caso, essas coordenadas são obtidas a partir do aparelho de GPS instalados na viatura.

⁶⁴ Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS). Este órgão é responsável pelos serviços de atendimento à população, através do número 190, e também por toda a comunicação via rádio (trucking) e rastreamento das viaturas operacionais (GPRS – Serviço Geral de Pacotes por Rádio e GPS- Global Position System) de todo o Estado do Ceará. (Fonte: SSPDS)

banco do motorista e eu no do passageiro – e ele me explicou o funcionamento dos equipamentos, quando, de repente, uma pessoa do monitoramento ligou para a viatura questionando o fiscal sobre a minha presença ali, “*uma civil*”, como se referiu a mim. Ele esclareceu a situação falando de minha pesquisa, que havia inclusive sido autorizada pelo Comando Geral, e encerrou o contato. Ali tive a certeza da vigilância e controle contínuos aos quais estão submetidos os policiais do Ronda do Quarteirão.

3.3. O “Big Brother Brasil” da Polícia Militar cearense

Imagine como se estivesse assim, as pessoas exatamente atrás de você. Você trabalhando e uma pessoa atrás de você, olhando o que você está fazendo. E te perguntando toda hora: “Por que você tá fazendo isso? O que você tá fazendo? Por que você fez isso primeiro?” É essa sensação que a gente tem, de estar alguém direto olhando pra cara da gente e avaliando as nossas decisões, lá sentado no ar condicionado nas unidades, e a gente na pêia, do lado de fora. É chato. Você se sente coagido o tempo inteiro. (Policial 1)

O relato acima foi dado em resposta a pergunta que eu havia feito a respeito de como se sente um policial do Ronda do Quarteirão ao entrar em uma viatura monitorada e sair para o serviço de policiamento. Ele evidencia logo em um primeiro momento a tentativa da instituição policial de produzir poder a partir de um moderno sistema de vigilância que, à primeira vista, tem por objetivo crucial produzir sujeitos disciplinados, menos suscetíveis, portanto, de adotar comportamentos desviantes, já que se encontram cientes de que são permanentemente vigiados.

Este seria o poder disciplinar sugerido por Foucault (2008) e internalizado pelo indivíduo através do processo de normalização. O processo de internalização estaria ligada à ideia do autocontrole na medida em que cientes das normas que devem ser seguidas e, no caso do Ronda do Quarteirão, da existência de um dispositivo tecnológico que monitora seu comportamento, os policiais se sintam inibidos a cometerem transgressões sob o temor de que a infração resulte em algum tipo de sanção. Neste processo de internalização, portanto, cada um observaria a si mesmo e exerceria esta vigilância “sobre e contra si mesmo”.

De fato, os relatos de alguns policiais apontam para esse processo de internalização do poder produzido por esta certeza de estarem sendo monitorados durante o turno de trabalho, o que resultaria em um autocontrole, uma autovigilância que, pelo menos nos primeiros meses de trabalho, condicionavam seus comportamentos e determinavam o que poderia ou não ser dito e feito dentro da viatura.

Logo que você entra, quando você não é acostumado, você às vezes tinha o cuidado de não comentar ou falar determinadas coisas, mas aquilo se torna tão normal assim pra você, pra você entrar que às vezes num momento de raiva ou de emoção maior, você acaba falando as coisas sem nem ter noção. (Policial 2)

Apesar disso, percebe-se que com o tempo e no exercício contínuo de suas atividades, o policial vigiado, mesmo ciente desse mecanismo de controle que perpassa seu cotidiano de trabalho e da possibilidade de sofrer punição, tem cada vez menos dado importância e cuidado ao autocontrole no que tange aos seus comportamentos dentro da viatura. Se o processo de internalização chegou a surtir efeito nos primeiros meses de trabalho sob vigilância, como nos mostrou o relato anterior, posteriormente ele acabou perdendo força. Prova disso, é a própria intervenção corriqueira e quase imediata do monitoramento ao constatar alguma atitude policial considerada indevida.

Em relação ao comportamento e tudo, as pessoas têm algumas atitudes na viatura que eu olho assim, rapaz, se realmente fosse seguir ao pé da letra já teria sido expulso. Não de tá espancando alguém, mas pelo fato de tá brincando com o companheiro. Pra eles lá a gente tem que ser como robôs: eu dirigindo aqui, o outro ali observando, num fala nada. Determinado tipo de brincadeira, falar determinados tipos de nomes feios. Porque num universo onde só tem homens praticamente, sempre acontece e às vezes a gente acaba falando e esquece. Aqui e acolá ligam pra gente ter um pouquinho mais de pudor na situação. (Policial 2)

Você acaba esquecendo, porque já é tão corriqueiro que você acaba soltando alguma coisa. E acaba vindo alguma punição. O mais comum que a gente vê é de postura e compostura dentro da viatura. Por exemplo, teve um caso de dois colegas meus que estavam na viatura patrulhando e falando de causalidades da vida deles, achando graça, se divertindo, falando pro outro de um caso engraçado que um tinha passado, dando gargalhada. Daqui a pouco toca o telefone e ele atende. É um superior perguntando por que eles estão rindo tanto e do que tanto eles achavam graça dentro daquela viatura. Ele explicou: “É que o colega aqui tava contando que passou por uma situação engraçada, tava rindo aqui...”. Aí o superior falou: “Pois pode parar de rir que o trabalho de polícia é sério”. Essa é uma das ridicularidades que a gente já pegou. O cara não poder

nem ter um momento de descontração dentro do trabalho, tem que tá todo tempo sério, cara fechada porque tem uma câmera te vigiando. (Policial 1)

A gente não come na frente das câmeras, não pode. Se a gente virar um pouquinho, recebe uma mensagem: “mantenha a postura”. Se tiver sem a boina: “Bote a boina”. Se tiver com a mochila aqui no banco de trás: “Tire a mochila do banco de trás”. Se você tá aqui, o patrulheiro sentado lá atrás, a câmera não tá pegando direito e tal: “Tire o fio da frente da câmera pra que a gente possa lhe ver”. “Volte ao patrulhamento”. É desse jeito. (Policial 3)

Ainda em relação a essa questão, certa vez após uma rendição e conversando com alguns policiais sobre transgressões flagradas pelo monitoramento questionávamos os possíveis motivos da grande incidência desses casos, mesmo com toda a vigilância das câmeras. O comandante do NPC logo se manifestou: *“Rapaz, eu não sei o que se passa na cabeça desses caras, não. Acho que fazem pra testar mesmo esse monitoramento, ou eles acham que não funciona”*. Foi quando um soldado entrevistado confirmou: *“É porque a gente pensa que nunca vai acontecer com a gente: ‘Não, eles não devem tá olhando não, não deve tá filmando agora’. Nesses buracos que a gente pensa que existe, tudo é gravado*. Essa hipótese de teste do sistema colocada pelo comandante e confirmada pelo soldado pode ser levada em conta se pensarmos na grande quantidade de imagens que os operadores responsáveis pelo monitoramento do Ronda têm que dar conta, afinal, muitas imagens devem passar despercebidas e as câmeras por si só seriam incapazes de realizar qualquer monitoramento ou intervenção.

Sobre as transgressões cometidas a partir desse “descuido” com o comportamento e a privacidade diante das câmeras, os policiais também criaram representações em torno dessa vigilância a partir de elementos e características dos famosos *reality shows*, em especial o *Big Brother*⁶⁵. Nesta mesma ocasião, um soldado opinou a respeito do assunto fazendo uma analogia ao programa: *“Ah, é uma falta de privacidade total. É igual ao Big Brother: com o tempo você se acostuma com as câmeras e esquece que elas estão lá. Aí acaba fazendo merda!”*.

Vemos nesse primeiro momento que o sistema de videomonitoramento do Ronda do Quarteirão poderia ser caracterizado como “olhos e ouvidos com efeitos

⁶⁵ Programa no qual pessoas inicialmente não famosas – e logo transformadas em grandes celebridades nacionais - são confinadas por longos períodos em uma casa e têm seu cotidiano inteiramente filmado por dezenas de câmeras, que podem ser acessadas 24 horas ao dia por assinantes. (CARDOSO, 2010, p. 293).

potencializados pela tecnologia”⁶⁶. A partir dos relatos mostrados percebemos que a ideia de automação dos comportamentos a partir da internalização do poder disciplinar vai perdendo sua força com a rotina de trabalho policial, sendo necessária a intervenção constante do monitoramento, seja para lembrar ou para punir. Percebemos, assim, que mais do que o poder da mente sobre a mente, sugerido pelo modelo panoptista, o que ocorre no plano prático, segundo Cardoso (2010), é o controle dos corpos pelo Olho.

3.4. O “Ronda da Paquera” em ação: da discrição à exposição

Noite em Caucaia. Turno C [...] de um plantão policial. Uma Hilux do Ronda do Quarteirão está parada em local ermo. Não há casas nas proximidades, a iluminação do lugar é precária e nenhum carro vem ou vai. Dentro da viatura refrigerada, um soldado troca carícias, beijos e gemidos com uma garota. De repente, o toque do telefone os interrompe. É o celular da moça. Depois de algumas desculpas e respostas monossilábicas e após desligar o telefone ela se aperreia: “É meu marido!”. Incontinentemente, o idílio se desfaz e rapidamente a viatura retorna para um dos bairros de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. A garota desce em um local que não dá na vista alheia e em seguida um outro militar, deixado em um bar para não atrapalhar o *affair*, reembarca na Hilux: “Tu num tem medo de morrer não, macho?”. Escutam-se risos e os dois retornam o patrulhamento da área. (Jornal O POVO, 13 de julho de 2009)

O diálogo acima foi registrado pelo sistema de câmeras de uma viatura do Ronda do Quarteirão. Este caso da “viatura motel”, como ficou conhecido na época, foi um dos primeiros envolvendo o programa – com apenas dois anos de implantação – e adquiriu grande repercussão midiática evidenciando a estreita relação entre as transgressões policiais e forte aparato de vigilância ao qual estão submetidos os agentes que atuam no Ronda. Esse caso ainda hoje é considerado emblemático entre os próprios PMS que, como vimos, apesar de também adotarem condutas consideradas “inapropriadas” mesmo sob a vigilância das câmeras, não compreendem a atitude considerada extrema desse policial.

Eu não sei, deve ter merda na cabeça. Porque o cara tá vendo a câmera, sabe que filma, sabe que é em tempo real e mesmo assim tem a cara de pau de fazer isso. Eu não consigo imaginar não. Já vi cara de pau beijando gente estando fardado. Saiu da viatura com a menina no cantinho, deu uns

⁶⁶ (CARDOSO, 2010, p. 47).

amassos nela ali mesmo, já vi. Já vi encostar numa casa, subir, demorar uma meia hora, sabe lá Deus fazendo o quê, já vi, mas cara de pau de botar na viatura e fazer é demais, sem mentir. (Policial 1)

Nesse relato podemos perceber que a “paquera” também constitui uma atividade que perpassa o cotidiano de trabalho policial. Como foi dito anteriormente, os policiais do Ronda do Quarteirão, em sua maioria jovens, acabaram fazendo parte também de toda essa reestruturação estética da imagem da Polícia Militar trazida pelo programa, desconstruindo, assim, aqueles estereótipos físicos geralmente atribuídos à figura do policial militar “antigo” e adquirindo um certo status, sobretudo, entre as mulheres. Por conta disso, foram apelidados e reconhecidos dentro e fora da PM como o “Ronda da Paquera”.

A respeito desse assunto, durante uma rendição que acompanhei, o comandante do NPC conversou com os policiais a respeito de uma ligação que havia recebido do comandante de uma das companhias da Polícia Militar em Fortaleza afirmando ter visto policiais de uma das viaturas que cobrem a área namorando do lado de fora da viatura. Ao falar à tropa, ele chamou à atenção dos soldados para a questão do monitoramento:

Olha, aqui não é ‘Ronda do Garotão’, não. Você que é bonitão e tudo anote o telefone da menina, quando tiver de folga você liga e se encontra com ela, mas durante o serviço não. Se é verdade essa história eu não sei, vamos ter que apurar. É só ‘puxar’ as imagens e o horário e se ficar comprovado pode ter certeza que mais cedo ou mais tarde o responsável vai arcar com as conseqüências dos seus atos.

Sobre casos como este, um policial aponta o que pode ser considerado suas “estratégias de paquera” durante o policiamento de maneira que, mesmo diante das câmeras, sua atitude não chame à atenção do monitoramento. Ao responder como funciona o “Ronda da Paquera” ele descreve:

Telefone. Você pára, digamos que eu olhei pra você, fiquei afim de você, encosto, paro a viatura, “Oi, tudo bem, boa noite, você pode me deixar seu telefone pra eu poder conversar com você mais tarde? Bater um papinho quando eu puder sair do serviço?” Ela dá o telefone, depois a gente sai e conversa. Isso descendo da viatura, às vezes na porta, coisinha rápida pra gente não perder muito tempo. A gente tenta não chamar atenção do fiscal do monitoramento. Cada qual tem a sua tática de caça, vamos dizer assim. A minha, geralmente eu deixo a mão do lado de fora, dou tchauzinho. Só faço gestos com a mão e pronto. Ai quando eu tô dando um tchauzinho pra uma menina que o pessoal olha demais, eu dou pra um velho mais na frente. Ai pronto. Mas muitas vezes pra gente tirar algum tipo de liberdade a gente vê também se a menina deu algum cabimento. Eu que não vou

arriscar perder meu emprego por causa de uma meninazinha bonitinha.
(Policial 1)

3.5. “Tirar um QRX”⁶⁷: o caso de policiais dormindo durante o serviço

Outro caso envolvendo policiais e o sistema de vigilância do Ronda do Quarteirão que teve forte repercussão na imprensa foram os vários flagrantes de PMS dormindo em viaturas durante o serviço⁶⁸:

Na madrugada do dia 11 de agosto de 2010, os três policiais foram presos, em flagrante, acusados de dormir na viatura, durante o horário de serviço. A Hilux estava estacionada dentro de um colégio no bairro Vila Velha, em Fortaleza. Um dos fiscais do Ronda foi até o local e fez o flagrante (Jornal O POVO, 31 de março de 2011)

Nesta situação, segundo apuração da Polícia Militar, os soldados pediram autorização ao vigia da escola para entrar com a viatura. Ao adentrarem, apagaram as luzes do carro, ligaram o ar-condicionado e dormiram. Segundo informações, o fiscal de policiamento do turno percebeu a ausência da viatura rondando na área, recorreu ao sistema de monitoramento das viaturas e, através de imagens via satélite, descobriu a exata localização do veículo dirigindo-se até o colégio e fazendo o flagrante por volta das quatro horas da madrugada. Como punição pela transgressão, os policiais cumpriram processo administrativo e acabaram expulsos da Polícia Militar “*por comprometerem a segurança da sociedade*”, nas palavras do Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará.

Diferentemente do caso anterior da “viatura motel” – no qual as imagens do sistema de câmeras funcionaram como evidência material e elemento de investigação importante sobre a transgressão cometida pelos policiais e que resultou em punição – neste, foi a ação do sistema de monitoramento que conseguiu captar a exata localização da viatura e permitir, assim, que o flagrante fosse feito pelo fiscal de policiamento.

⁶⁷ A sigla QRX significa “sono” ou “cochilo” e faz parte do código internacional do “Q”, universal, e muito utilizado entre as polícias no mundo.

⁶⁸ Ver: SOBE para 9 o número de PMS presos por dormirem em serviço. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 12 out. 2010. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=302615&modulo=183>>. Acesso em: 1 mai.2012.

Uma situação contrária a esta também já ocorreu. Um dos casos mais recentes de policial do Ronda do Quarteirão flagrado dormindo em serviço poderia ter sido semelhante a este, não fosse por um detalhe curioso: desta vez, quem estava dormindo era exatamente um fiscal de policiamento e o flagrante não foi feito através do sistema de câmeras da viatura. Foram os próprios soldados que estavam de serviço junto com ele que gravaram pelo celular as imagens, que rapidamente foram divulgadas na internet e compartilhadas entre vários policiais.

Através da confirmação de um dos meus interlocutores, constatei que o fiscal e os policiais que gravaram o vídeo trabalhavam no NPC onde realizei a pesquisa. Segundo alguns relatos e comentários, este episódio ocorreu porque este fiscal não agradava os subalternos⁶⁹: *“Ele mexia com todo mundo”*, disse um policial. E completou: *“Ele ainda tem resquícios da PM antiga, autoritária. Do mesmo jeito que os soldados cruzetaram⁷⁰ ele, um oficial também pode armar pra cruzetar o soldado. Infelizmente na polícia é assim”*. Comentários do tipo *“Aqui se faz, aqui se paga”*, ou *“ele colheu o que plantou”*, foram comuns.

Segundo um soldado, ainda, era corriqueiro por parte desse policial dormir na viatura durante o serviço enquanto os outros da composição⁷¹ dirigiam e faziam o patrulhamento, o que teria facilitado o flagrante:

Ele tinha a cara-de-pau mesmo. Por exemplo, a posição dos homens na viatura são; o motorista, no banco do passageiro o comandante da viatura, e o patrulheiro fica atrás do motorista. Quando era este dito policial, ele mandava o patrulheiro ficar do lado do comandante, por quê? Porque ele deitava o banco e dormia. O cara deitava o banco, literalmente, botava uma toalha na cabeça e dormia. Eu não sei no que ele se confiava pra fazer isso. Mas acontecia na cara de pau medonha. (Policial 1)

A partir do relato acima surgem também dúvidas em relação ao sistema de videomonitoramento. Ao afirmar que não sabia *“No que ele se confiava pra fazer*

⁶⁹ Pelo que pude observar, uma das grandes queixas dos policiais diz respeito ao trato dos superiores com os subalternos. Conseguir o respeito e a “consideração” destes muitas vezes estava ligado à valorização da cooperação e da compreensão entre os colegas de corporação. Em relação aos fiscais de policiamento esperava-se destes uma maior “flexibilidade” diante de determinadas situações. Por exemplo, percebi a amistosa relação entre os policiais do NPC e um dos fiscais de policiamento bastante respeitado por eles. Certa vez, dois policiais chegaram atrasados e o fiscal, que tem por obrigação anotar o nome deles para o registro de alterações do NPC, não o fez. Ele comentou: *“Pra que eu vou fazer isso? Só pra ganhar inimizade? Não precisa disso. Não custa nada você chegar e conversar com o cara, só você e ele”*.

⁷⁰ Na linguagem policial “cruzeta” significa armação, mentira, traição.

⁷¹ Composição é a equipe de policiais de uma viatura durante o serviço.

isso” podemos pensar em algumas hipóteses sobre a não intervenção do monitoramento neste caso, já que dormir durante o serviço não é algo permitido. A primeira delas pode ser aquela já discutida anteriormente sobre as “brechas do monitoramento” e possibilidade de no momento da ação não haver ninguém observando, afinal são muitas viaturas monitoradas ao mesmo tempo. Não pode ser descartada também a hipótese de uma possível conivência ou omissão por parte do monitoramento em relação à atitude do fiscal por algum motivo desconhecido.

A repercussão deste caso ainda rendeu por vários dias. Conversando com um interlocutor através de uma rede social ele enviou, inclusive, uma paródia que os soldados haviam criado em referência a esses vídeos, a partir de uma música de forró ⁷²:

Quem nunca cochilou, quem nunca roncou / no trabalho, no trabalho / Fez um 'PB' e tirou um QRX / na hilux, na hilux / Hilux parada com vidro embaçado / Cuidado, cuidado, é o cabo deitado / Roncando e babando tem gente filmando / Bancos reclinados / y⁷³ deitado / Cruzeteiro do cabo / do cabo do cabo.

Todos esses acontecimentos, bem como a paródia, evidenciam, além das tensas relações de poder dentro da Polícia Militar, uma questão importante constatada também no relato de um policial sobre este caso: *“Cara, tirar um cochilo no serviço todo mundo tira: fiscal, soldado... É a coisa que mais acontece. Agora o cara era foda, aí a galera gravou e entregou o cara mesmo”*.

Esta fala revela exatamente que, para além de uma proibição, “tirar um cochilo” durante o serviço é para o policial, em seu cotidiano de trabalho, algo tão corriqueiro quanto legítimo, embora apenas em casos extremos como o relatado seja feito diante das câmeras da viatura. Geralmente eles usam os quinze minutos de parada no PB⁷⁴ para descansarem:

O pessoal geralmente desce da viatura, sai do foco do monitoramento e senta numa cadeira no posto de gasolina. Um fica ali cochilando e o outro fica vigiando. (Policial 3)

⁷² Música “Motel disfarçado”, da banda Aviões do Forró: Carro parado com vidro embaçado / Cuidado, cuidado, é motel disfarçado / Carro parado, carro balançando / Subindo e descendo, tem gente ficando / Quem nunca namorou, quem nunca fez amor / No carro, no carro / Tomou umas e outras e deu uma fugidinha / No carro, no carro / Bancos reclinados / Corpos abraçados / Corações acelerados / Apaixonado, apaixonado.

⁷³ Não identificarei aqui o nome do policial.

⁷⁴ PB significa “Ponto-Base”. Local estratégico dentro da área de atuação onde normalmente os policiais desembarcam da viatura por um determinado tempo durante o serviço.

Sempre acontece, mas geralmente a gente tem as nossas perspicácias em relação à câmera, ou sai fora da viatura, tenta descansar um pouco na cadeira enquanto o outro fica alerta. Porque não pode ficar todo mundo ao mesmo tempo pela nossa própria segurança, pode vir um cara e atirar, enfim... Mas realmente quando o motorista tá cansado a gente pede pra ele descansar em determinado local, pega uma cadeira e descansa. Não tem como ser dentro da viatura. (Policial 1)

Os policiais revelaram ainda que em muitas situações, por conta do cansaço e do sono, quase chegaram a causar acidentes de trânsito. Nessa situação, além de procurarem descansar por um tempo, como foi dito, já chegaram a recorrer ao próprio monitoramento para que autorizassem a parada da viatura por um tempo até que o motorista esteja em condições de dirigir⁷⁵:

Uma vez eu “apaguei”. Quase que eu subo a calçada. Tive que parar, lavar meu rosto. Sentei numa cadeirinha no posto, dei uma relaxada de quinze minutos enquanto o pessoal ficava de olho na viatura, pra ver se eu tinha condições de continuar dirigindo. (Policial 1)

Eles [monitoramento] vêm aqui e acolá a nossa situação, da gente entrar em contato e dizer: “*Olha, não tem condições, o meu motorista aqui tá muito cansado, ele vai bater a viatura.*” Porque eu prefiro ser chamado à atenção de uma situação dessa do que o cara vir e bater a viatura. E aí? Eu vou morrer? Então tem esse tipo de perigo que a gente sofre. Então geralmente quando o motorista tá muito cansado a gente deixa uns 15 minutos ali, vai, dá uma volta e descansa mais 15 minutos. (Policial 2)

Segundo os policiais, essa situação ocorre, sobretudo, durante o turno C que por ser mais tranquilo facilita o cochilo e é, portanto, considerado o pior turno para se trabalhar: “*O problema é exatamente esse, é tranquilo demais, dá sono. Você olha pro lado e não tem ninguém. Olha pro outro e não tem ninguém.*”

3.6. O Ponto-Base (PB) e o “acocho” do monitoramento⁷⁶

Como foi dito, o PB constitui um local específico de parada da viatura do Ronda do Quarteirão dentro da sua área de atuação. Cada área possui seus PB's previamente estabelecidos pelo comando do NPC – geralmente locais públicos,

⁷⁵ Quando os policiais saem para o serviço já é especificado quem será o motorista da viatura, e durante o patrulhamento a determinação não pode ser mudada, mesmo que o outro colega possa dirigir a viatura.

⁷⁶ Na linguagem policial, “acocho” é a expressão utilizada para designar pressão, bronca.

como praças ou com grande fluxo de pessoas – e têm um horário estipulado para serem realizados. Até este meu retorno ao NPC eles eram feitos nesses locais fixos, onde os policiais deveriam desembarcar da viatura durante quinze minutos.

Ao retomar minhas visitas ao NPC após dois meses afastada percebi que as queixas dos policiais em relação ao monitoramento haviam se intensificado, algo que não foi comum nos primeiros meses de pesquisa. Constatei que as reclamações foram desencadeadas pela cobrança recente, considerada por eles excessiva, em relação à realização do PB que, apesar de constituir uma determinação do comando, antes a exigência para o seu cumprimento era menor⁷⁷.

Certa vez, alguns policiais conversando comentaram que o sistema de videomonitoramento não estava “dando tolerância” na hora dos PB e que os quinze minutos estavam sendo “cobrados à risca”: *“Uma vez passaram só dois minutos porque eu me distraí conversando depois do PB e o videomonitoramento me advertiu. Só passou dois minutos!”*, disse um deles. Em outra ocasião um ex-fiscal de policiamento também se queixou do “acocho”: *“Eu estava há 33 minutos parado e o monitoramento veio me perguntar o que estava ocorrendo. Deu vontade de dizer que eu tava cagando”*.

Durante uma rendição que acompanhei o subcomandante do NPC falou à tropa cobrando a realização dos PB's, pois o monitoramento havia lhe comunicado que há dois dias os policiais não os realizavam. Pediu que, embora muitas vezes não consigam, por conta de outras ocorrências, procurassem seguir a determinação para evitar problemas. Uma das reclamações dos policiais diz respeito exatamente à cobrança irredutível para a realização dos PB's sem serem levadas em conta as ocorrências que surgem durante o policiamento. Segundo os policiais, o monitoramento estaria enviando notificações para o NPC sem checar com os policiais se naquele horário estabelecido para a realização do PB aconteceu algo que impediu sua realização:

Eles esquecem que a viatura atende ocorrências do CIOPS também. Em vez do monitoramento entrar em contato com a viatura perguntando por que

⁷⁷ Além disso policiais reclamaram que o monitoramento estaria “Controlando até o S49” (S49 é uma sigla utilizada pelos policiais para se referirem à comida): *“Querem determinar até a hora de comer. E se eu não tiver com fome naquela hora? Eles não sabem de nada”*.

não tá no PB, ficam mandando papel pra cá (NPC) pro cara ir se justificar depois.

O “papel” a que o policial se refere diz respeito às notificações enviadas ao comando do NPC pelo setor de monitoramento a respeito do não cumprimento do PB ou do tempo excedido na realização do mesmo por parte dos policiais. Presenciei, inclusive, a entrega de várias delas advindas do monitoramento aos policiais no NPC. Ao receber o ofício, eles devem então apresentar ao comandante sua justificativa que, caso não seja considerada “convincente”, pode acarretar em punição. Um policial relatou a tensão a respeito do cumprimento do PB:

Aí eles [monitoramento] dizem o seguinte: “A prioridade é a ocorrência.” Mas não conclua o seu PB pra você ver. Tem que informar a Deus e o mundo. Você trabalha em clima de tensão o tempo todo. Você tem que tá se preocupando todo tempo se você vai ser punido ou não, se você pode receber uma notificação ou não, tem que tá se justificando a todo tempo, tem se que respaldar todo tempo pra evitar uma infração disciplinar. (Policial 1)

A partir de tais situações é importante pensar sobre qual seria, de fato, a função do PB na atividade policial ou, pelo menos, a respeito dos contornos que ele acabou adquirindo dentro do programa Ronda do Quarteirão interferindo diretamente no trabalho dos policiais. Isso porque percebi algumas mudanças relativas ao PB, além dessa maior cobrança por parte do monitoramento, quando voltei a campo. A começar pela mudança de seus locais de realização, até então fixos⁷⁸, e, como foi dito, em locais considerados estratégicos: próximo a escolas, praças, locais no bairro com maior incidência de crimes, ou em locais onde os próprios policiais considerassem pertinentes. O tempo de duração do PB também mudou, passou de 15 para 30 minutos. Quando pedi a um policial que me descrevesse como funcionava o PB atualmente ele foi categórico:

Você parar onde o povo está lhe vendo, pra todo mundo ver o Ronda bonitinho, fardadinho, lá você fica mesmo. É só isso. Agora embarcado na viatura. A viatura parecendo uma árvore de natal no meio do cruzamento, onde você praticamente não tem onde parar.

Percebi que essa crítica à determinação dos novos locais para a realização dos PB's recorrente entre os policiais estava ligada, além da cobrança do sistema de

⁷⁸ Cheguei a ver a lista de PB's dos bairros que o NPC abrange.

vigilância e a perda de sua autonomia, ao “direcionamento político e pessoal” que a atividade adquiriu, quem sabe a possível explicação para a própria pressão do monitoramento:

O PB é muito válido. Eu acho até louvável a ideia, mas eu acho que valeria mais a discricionariedade do policial. Porque ele conhece a área, ele ouve as reclamações da população. Antes era assim, cobravam, mas a gente tinha mais liberdade. A coisa tinha um sentido. A praça tinha o pessoal fazendo sua caminhada naquele horário, fazia um PB ali. Próximo a parada de ônibus, na avenida tal, porque o fluxo é grande naquele horário. Ótimo. Comunidades onde a violência é grande, tá ali pertinho, tá certo. Agora a gente vê que o PB tá muito mais como se fosse a privatização do governo. Se você ver as paradas, ou eram locais próximos a grandes locais visuais, ou próximos a grandes comércios, a emissoras de TV, em enviados do governo. (Policial 3)

Essa não foi a primeira vez que policiais relataram situações de interferência política e pessoal de setores do comando da Polícia Militar no trabalho policial. Certa vez um policial contou-me que havia apreendido um rapaz em flagrante que estava vendendo cocaína num bairro da periferia, mas que ele havia sido solto rapidamente por conta da intervenção de um coronel da PM: *“Aí eu vou fazer o que? Tem horas que não dá pra fazer nada mesmo não”*. Outro contou que quando trabalhava em uma área nobre da cidade precisava, muitas vezes, ter “jogo de cintura” para lidar com as pessoas que ali residiam *“porque às vezes quem ligava para a viatura era o próprio Secretário de Segurança, já que os moradores por conhecerem ele ligavam direto quando precisam de alguma coisa”*. Essa manipulação política da instituição policial, ou, em outras palavras, essa “politização da polícia”, me parece ser hoje uma das principais responsáveis pelo seu atraso organizacional, juntamente com a sua militarização, que representa uma grande contradição diante da tentativa de construção de uma “Polícia Cidadã”, como seria o caso do Ronda do Quarteirão.

3.7. “É por causa desse excesso de controle!”: resistências ao videomonitoramento

Apesar de os policiais, como vimos, estarem submetidos a um sistema de vigilância que os lembra repetidamente que estão sendo observados para que, dessa forma, permaneçam atentos ao rígido cumprimento de normas, os comportamentos desviantes permanecem um fator intrínseco à atividade policial. Em

outras palavras, tal controle sobre a atividade policial pode, até certo ponto, inibir a prática de tais comportamentos, mas nunca os eliminará.

Porém este poder, no caso o controle, não se exerce sem que custe alguma coisa, podendo ter como consequência fenômenos de resistência e desobediência (FOUCAULT, 1979). Nesse contexto, é importante, assim, destacar os mecanismos (ou as estratégias de resistência) que tais agentes de segurança muitas vezes se apropriam diante dessa fiscalização a qual estão submetidos em seu cotidiano de trabalho, chegando a ocultar ou forjar comportamentos e situações que poderiam ser consideradas transgressoras, até mesmo ilegais, e que resultariam em punições futuras.

No caso do Ronda do Quarteirão, dentre os mecanismos de resistência ao monitoramento houve aqueles que ganharam repercussão na mídia por terem sido considerados radicais como maneira de fugir do olhar potencialmente fiscalizador das câmeras, como os casos comprovados de destruição pelos próprios policiais dos equipamentos de vigilância instalados dentro da viatura. Em 2009, por exemplo, havia doze casos apurados de destruição de HDs com áudios e imagens da viatura por policiais militares⁷⁹. Porém, como veremos, as estratégias que prevalecem são aquelas consideradas mais sutis e realizadas com certa cautela pelos policiais militares durante seu cotidiano de trabalho.

Certa vez na recepção do NPC, policiais conversavam sobre a saída de um dos fiscais de policiamento do núcleo⁸⁰, não muito “querido” pela tropa, segundo eles, por seu trato arrogante com os subalternos: “*É verdade que ele está no monitoramento?*”, perguntou, aflito, um deles. Outro policial confirmou a informação. Nesse momento perguntei: “*Pra vocês é melhor ele aqui ou lá?*”. Um deles disse: “*Eu não sei o que é pior!*”. Outro opinou, arrancando risos dos colegas: “*É melhor ele*

⁷⁹ Ver: RONDA do Quarteirão sob investigação sigilosa. **O Povo Online**. Fortaleza, 13 jul. 2009. Disponível em <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/ronda-do-quarteirao-sob-investigacao-sigilosa/>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

⁸⁰ Segundo as informações que obtive, sua saída está ligada à queixa e reclamações contra ele de alguns policiais deste NPC junto ao BPCOM. Em meu caso, a relação com este fiscal era tranqüila. Por inúmeras vezes ele mostrou-se solícito ao meu trabalho, colocando-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida. Por conta disso, certa vez um soldado comentou comigo a seu respeito: “*Cadê teu peixe?* (na gíria policial ‘peixe’ é uma expressão utilizada para designar uma pessoa que tem privilégios com outra por manter uma boa relação com ela). *Esse teu peixe aí, sei não viu* (nesse momento, fez um sinal negativo com os dedos)”. Já sabendo da “fama” do “meu peixe”, brinquei: “*Por quê? Ele é tão legal.*” O policial brincou de volta: “*Porque tu não é policial, se fosse tu ia ver.*”

lá [no monitoramento], porque aqui ele só perturbava a gente. Lá, ele tem o Ronda todinho pra encher o saco!'. Nesse momento, outro policial dirigiu-se ao que chegou aflito pela notícia dizendo: *“Relaxa, é só quando tu quiser falar alguma coisa que não pode, tu vai pra fora da viatura e pronto! Se afasta um pouquinho que não tem como ele ver”*.

Desembarcar da viatura quando têm a necessidade de conversar sobre algo que não pode ser ouvido ou constatado pelo monitoramento, constitui uma das atitudes mais corriqueiras dos policiais: *“A gente sai da frente do monitoramento. Encosto a viatura e paro num canto pra conversar”*. Perguntei então o que eles justificavam caso o monitoramento os chamasse à atenção por terem desembarcado na viatura, e ele respondeu: *“Ah, a gente cria uma ocorrência”*. Criar uma ocorrência significa forjar ou inventar uma situação de ocorrência. Por exemplo, uma vez o policial que eu havia emprestado o material de estudo para a seleção de mestrado, citado anteriormente, veio devolvê-lo durante seu turno de trabalho⁸¹. Ele desceu da viatura, me entregou o material e ficamos conversando cerca de quinze minutos sobre seu projeto. Foi quando, preocupada, perguntei se não teria problemas com o monitoramento por estar ali durante aquele tempo. Ele disse que o mesmo já estava enviando mensagem ao TMD, mas que eu ficasse tranqüila porque ele criaria uma ocorrência de “indivíduo em atitude suspeita”⁸² para justificar o tempo em que ficou parado.

Outra estratégia muito comum para fugir da fiscalização do monitoramento ocorre durante as abordagens policiais. Os policiais disseram que em algumas situações costumam realizar a abordagem buscando uma posição que saia do raio de visão da câmera externa da viatura. Neste caso se o monitoramento questioná-los eles também forjam uma justificativa:

A gente tem essa perspicácia pra colocar um ângulo mais diferenciado. A gente até brinca, né, as aulas de geometria e tal, 25 graus, 30, 60... Coloca a uns 3, 4 metros de distância, coloca a viatura de um lado da rua e aborda do outro. Quando entram em contato conosco nos questionando sobre isso

⁸¹ Vários policiais do NPC sabem onde eu moro, pois além de ter dito em conversas informais, muitos durante o serviço me encontravam pelas ruas e sempre falavam comigo.

⁸² Na linguagem policial, a atitude suspeita está ligada a um comportamento que não se ajusta às circunstâncias determinadas pelo horário e o local, por exemplo. O indivíduo em atitude suspeita infunde dúvidas a cerca de seu comportamento, que não inspira confiança. Disponível em: <<http://solatellie.com/cfap/html18/abordagem-de-pessoas.pdf>>.

a gente diz que não deu, que não dava pra estacionar direito a viatura.
(Policial 2)

O intuito dos policiais em fugir do monitoramento durante as abordagens é ocultar possíveis situações de violência que venham a praticar contra os sujeitos abordados, já que no contexto de vigilância das câmeras da viatura as imagens gravadas atuam como testemunho e evidência material de eventuais comportamentos excessivos por parte dos agentes de segurança e certamente lhes custariam medidas punitivas: *“Sem as câmeras fica minha palavra contra a dele”*, disse-me um policial. A ausência do elemento testemunhal das imagens torna-se, portanto, algo conveniente durante a ação policial seja para ocultar excessos policiais ou para inibir as práticas de “formatização” por parte do sujeito abordado diante das câmeras em uma atitude interpretada pelos policiais como forma de provocação:

Por exemplo, acontece em muitos casos a situação do cara ficar peitando, lhe ofendendo e você vai ter que usar de força e tudo, e tu sabe que se o monitoramento ver vai gerar um processo, você tira de frente e vai... Quebra o cara de pêia, bota dentro da viatura, depois leva. Ai ele vai dizer *“Ah, se machucou...”* E eu digo, *“Não, na hora da algemação ele ficou se batendo, debatendo e se arranhou todo”*. (Policial 1)

Às vezes o cidadão pelo fato de ver que ele está sendo filmado, ele se sente o dono da situação e a gente não pode deixar transparecer isso pra ele, que a câmera tá gravando. Porque qualquer coisa que a gente venha a utilizar de maior força ele pode utilizar contra o policiamento naquele momento, então como ele num tá sendo filmado ele acaba colaborando. É um tipo de técnica que a gente tem que a gente aprende na rua, que a gente num vai aprender em canto nenhum. (Policial 2)

Outro dia a gente abordou um determinado cidadão e ele foi algemado e tudo, realmente tinha sido flagrante. Nós colocamos dentro do camburão da viatura, e ele ameaçou: *“Cê pode atirar. Atira, atira se tu tem coragem, vai eu tô algemado, tá filmando aqui, eu vou morrer mesmo”*, aí pra tu ver a situação de constrangimento naquele momento, que a gente tem que ver emoção com ação, com a lei, o que é certo pra lei, o que não é certo pra lei. Pelo fato dele ver que tá sendo realmente monitorado ele se sente dono da situação. Eles fazem de tudo pra poder mexer com o emocional do profissional do policial pra ver até onde realmente ele consegue ir naquela situação, pelo fato dele tá sendo monitorado, dele tá tendo uma prova concreta contra aquele profissional. (Policial 3)

A respeito das câmeras instaladas nas viaturas, obtive o relato curioso em conversa com um soldado. Na ocasião, havia um certo clima de tensão no NPC por

conta de ameaças que estavam sendo realizadas por traficantes aos policiais que atuavam em uma das áreas do núcleo considerada problemática em termos de violência. Sobre o assunto, o policial me confidenciou que o motivo das ameaças seria o de que nos últimos dias os policiais estariam *“acochando os traficantes da área”*. Quando perguntei qual seria o tipo de “acocho” (pressão), ele respondeu em tom de voz baixo: *“Tortura. Arrancando uma unhazinha o cara fala até o que não sabe”*. Revelou ainda que tais práticas estariam ocorrendo com as câmeras das viaturas desligadas, sugerindo que o intuito era não expor os policiais durante a “operação” e que tal fato não era de desconhecimento do comando. Porém não ficou claro para mim se, de fato, havia algum tipo de interferência por ordens superiores, instâncias maiores da fiscalização ou até mesmo dos próprios policiais quanto a esse possível desligamento do sistema de videomonitoramento das viaturas durante o policiamento.

Essa intervenção direta do comando, no entanto, pôde ser constatada em outras situações, como no caso dos PB’s direcionados citado anteriormente. Além disso, ela também está presente nas chamadas “operações de saturação”⁸³ que foram muito comuns durante minha estadia no NPC e eram realizadas, sobretudo, em comunidades de periferia. Certa vez perguntei a um soldado se havia algum motivo específico para uma saturação que iria ocorrer naquele dia em uma dessas comunidades, localizada próxima a uma área nobre da cidade. Discretamente ele respondeu: *“Menina, isso daí veio de cima. O pessoal lá amigo do comandante parece que tava reclamando dos assaltos naquela região ali. Foi um ‘peixe’ do comando que pediu que a operação fosse feita”*. Mais cedo o fiscal de policiamento havia se limitado em justificar a operação pelo fato desta área constituir rota de fuga para assaltos.

Retomando a questão das câmeras desligadas outro policial relatou as situações em que o sistema passa por uma pane que é facilmente percebida pelos policiais: *“Você olha pra frente e tem até três pontinhos vermelhos, tá em funcionamento a câmera. Se você vai, olha pra câmera, não tem o infravermelho funcionando, ela tá apagada”*. Segundo ele, esse é o momento de *“fazer a festa na*

⁸³ Essas operações funcionam como uma espécie de “mutirão” no qual os policiais são orientados a realizar inúmeras abordagens a pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas dentro de um determinado bairro visando à apreensão de armas de fogo, drogas e a prevenção de crimes.

área” ou, ainda em suas palavras, “fazer o que é pra fazer” se referindo à liberdade que adquirem sem a interferência das câmeras para realizarem o “acocho” materializado em casos de violência e tortura na ação policial.

Tem um caso, que às vezes, na viatura, as câmeras da pane e apaga. Ai você aproveita, você faz a festa na área, a gente vai atrás de fazer o que é pra fazer. Acocha em todo o tipo de boca de fumo. Vai atrás dos vagabundos que a gente já conhece na área, ai acocha mesmo, vai força o cara e acocha pra ter informações. Não dá pra fazer isso quando está com a câmera. Propriamente dito, seria a tortura psicológica. Você dizer, você acochar, você chegar perto dele “Ó cara, tô aqui todo dia...” Você leva ele prum cantinho, faz uma pressãozinha, que eles são atrevidos. Torce, faz ele sentir um pouquinho de dor, pra dar uma informação, porque a gente sabe que ele sabe, só que não tem como a gente fazer nada, por quê? Porque tá lá um monitoramento olhando pra sua cara, e se ele se sente coagido, ele liga, tem as câmeras lá, com as provas, pronto, você é punido. Eu perco o meu emprego. (Policial 2)

Diante de tais relatos, podemos identificar dois tipos de mecanismos de resistência por parte dos policiais frente ao sistema de videomonitoramento. O primeiro deles está ligado à insatisfação em se sentirem vigiados durante o trabalho e estarem, portanto, constantemente submetidos a punições por atitudes que não constituem propriamente um crime, como no caso do uso da boina, por exemplo. O segundo associa-se diretamente à necessidade de esconder comportamentos, de fato, desviantes ou ilegais, como no caso da tortura, evidenciando que para estes policiais esse dispositivo de controle trouxe consigo uma série de interferências que eles não querem ter no dia-a-dia de trabalho na medida em que antes, por exemplo, se trabalhava em determinadas áreas de uma “maneira mais livre”, liberdade que se tornou mais limitada com a presença das câmeras.

CAPÍTULO 4 – ENTRE INFORMALIDADES E ILEGALISMOS: O COTIDIANO DE TRABALHO POLICIAL NO RONDA DO QUARTEIRÃO

Nos últimos anos, os ilegalismos têm sido objeto de investigação de vários autores. Moisés Naim (2006) tratou do que chamou “as três ilusões” a respeito do comércio ilícito global. A primeira delas, seria a de que não há nada de novo no mercado ilícito global, ignorando as importantes transformações políticas e econômicas dos anos 90. A segunda “ilusão” é a de reduzir este tipo de mercado a uma questão meramente criminal, o que significaria “desconsiderar uma questão mais ampla e conseqüente”: o fato de que tais crimes modificam todo um conjunto de regras e as redes de distribuição do poder reconfigurando diversos aspectos da economia internacional. A terceira e última “ilusão” apontada pelo autor é pensar o comércio ilícito enquanto um “fenômeno subterrâneo”, ou seja, um mundo à parte dissociado do universo “lícito” com limites morais e econômicos estabelecidos entre eles. Pensar desta forma é, segundo o autor, “patrulhar fronteiras que, na prática, se confundem” já que tais redes ilícitas estão intimamente entrelaçadas com as atividades lícitas do setor público, privado e o sistema político.

Foucault (1979) já apontava para a desintegração da intolerância da população que a moral e a política do século XIX buscou sustentar no que diz respeito à figura do delinqüente. Segundo ele, uma certa margem de ilegalismo revelou-se, tanto no plano econômico como na consciência das pessoas, “não custosa e perfeitamente tolerável”. A aceitação de algumas formas de ilegalismos ou irregularidades, portanto, tornava-se cada vez mais comum.

Seguindo esta perspectiva, Hirata (2010), em sua etnografia realizada em um bairro da periferia de São Paulo, analisa as relações entre as formas de controle social e os ilegalismos populares a partir de três pontos de observação: uma birosca, o transporte coletivo e um ponto de venda de drogas. Na perspectiva apontada por Foucault o ilegalismo aqui não pressupõe um conjunto de práticas sob a ótica da transgressão de leis, mas uma “gestão diferencial destas práticas”. O que há na verdade é uma “gestão dos ilegalismos”, uma “gestão da desordem” que passa a instituir legalidades locais. Para além do estado e das leis, há um universo social com mecanismos próprios de sobrevivência e reprodução. De forma semelhante, Grillo (2008) ao tratar do mercado ilegal de drogas na classe média do Rio de

Janeiro e Niterói, busca pensá-lo não a partir de sua qualidade de crime comum, mas enquanto um “constructo social ordenado por um sistema de referência próprio” (p.2).

É partindo de tais perspectivas em comum que busco neste capítulo ilustrar de que forma para além do caráter normativo das regras, a vivência da prática da atividade policial e seus arranjos e agenciamentos próprios de sobrevivência e reprodução é que inúmeras vezes determinam as ações policiais no Ronda do Quarteirão. Vemos que é cada vez mais comum que a aplicação das regras seja modificada pela prática e que neste limiar entre “o permitido” e o “não permitido” existe um grau de tolerância moralmente legitimado entre os policiais. Os ilegalismos aqui não estão, portanto, relacionados apenas a “não aplicação” da regra, mas a uma gestão do que é definido pela lei e do que os aplicadores (no caso os policiais) o farão.

Muitos pesquisadores ao estudarem os aspectos do trabalho policial têm em suas análises sublinhado as incongruências entre a norma e a prática. Monjardet (2003) afirma que toda organização de trabalho possui duas faces: a formal, ligada à estrutura e regras sobre as quais a organização deve operar; e a informal, na qual o conjunto de regulamentos nem sempre é seguido “ao pé da letra” como o exigido. E no trabalho policial não seria diferente. Apesar de ser vinculado a uma organização complexa que exige forte observância a regras e regulamentos, o aspecto informal da atividade dos policiais desempenha um papel fundamental. Na profissão policial existe, portanto, um grau relativamente alto de autonomia que inúmeras vezes ultrapassa o controle hierárquico e os regulamentos. Ao tratar da noção de informalidade, o autor tem o cuidado de não caracterizá-la como um “desvio”, mas antes como uma forma de adaptação de tais normas ao cotidiano de trabalho, no qual as maneiras de se trabalhar adquirem, por vezes, uma nova roupagem.

Bretas (1997, p.35) afirma que “é na atividade cotidiana policial que se estruturam os significados que conformam a ação policial [e] [que] podemos buscar as origens de seu saber”. Um saber construído e apreendido pelo policial na rua e ajustado ao seu cotidiano de trabalho. É, portanto, na prática que cada policial procura a cada nova circunstância uma forma de equilíbrio e adaptação aos mais

diversos aspectos que atravessam o fazer policial: “*na rua ou você se molda ou você não ‘sobrevive’*”, disse certa vez um interlocutor.

No cotidiano de trabalho policial a lei só é cumprida até certo ponto. No universo organizacional da polícia, as “visões de mundo” construídas pelos policiais, ou seja, o sistema de representações sociais compartilhadas entre eles, expressa não apenas um sistema legal, mas também um conjunto de aspectos (crenças, preconceitos, estereótipos) da gramática da subjetividade policial produzidos a partir de experiências vividas e revividas em seu cotidiano de trabalho (BRETAS e PONCIONI, 1999).

4.1. O processo de interação durante o policiamento: construindo relações de reciprocidade

Na concepção do Ronda do Quarteirão enquanto proposta de uma polícia de proximidade que tem por objetivo o fortalecimento dos laços entre polícia e comunidade – embora atualmente tais laços encontrem-se frouxos, como foi dito anteriormente – facilitou, de certa forma, a construção de redes de sociabilidade, e por que não dizer, cumplicidade e proteção mútua durante a atividade policial. Em sua área de atuação o policial passa a conhecer e a se relacionar com as principais figuras que compõem agora seu cotidiano de trabalho: moradores, donos de comércios, transeuntes e infratores são algumas delas. A familiaridade do policial com seu local de trabalho “fornece aos atores novas formas de transformar, manipular e sujeitar as condições de trabalho ao seu favor” (BARROS, 2005, p.90).

A respeito disso, policiais relatam como se dá a construção de suas relações com alguns segmentos da comunidade em que atuam, e como lidam com estes vínculos durante o policiamento. Em alguns casos, tais vínculos estão pautados em relações de reciprocidade nas quais um favor ou agrado oferecido aos policiais por parte de algumas pessoas gera naqueles uma obrigação de retribuir. Este agrado funcionaria, portanto, como uma espécie de recompensa informal que tende, de certa forma, a criar um vínculo afetivo entre as partes envolvidas. O oferecimento de comida aos policiais do Ronda do Quarteirão tem sido a situação que melhor ilustra essa relações e a construção, apontada anteriormente, do estereótipo do policial do Ronda como o “*come-pão*”, aquele que recebe constantemente lanches de pessoas

e estabelecimentos comerciais. Certa vez, um soldado conversava comigo sobre o descuido dos policiais com o próprio corpo e indagou:

Mas sabe por que normalmente os policiais engordam, ficam barrigudos? Porque pense num bicho pra comer é policial. Quer matar um policial? Dê comida envenenada pra ele. O pessoal oferece comida demais. Sabe aquelas senhoras do bairro? Fazem bolo, café e ligam pra gente ir lá, e se a gente não for é uma desfeita enorme! Eu comia todo dia num canto diferente. (Trecho retirado de Diário de Campo)

No artigo 308 do código Penal Militar o ato de “Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” caracteriza tal prática como Corrupção Passiva com o risco de aumento da pena “se, em consequência da vantagem ou promessa, o agente retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional”.

Mas a partir das falas a seguir, é importante aqui diferenciar as práticas que para os policiais constituem vender ou negociar o trabalho policial, ou vender a força do estado, de aceitar um lanche de membros da área onde atuam, que, em muitos casos, para eles são constituintes do próprio processo de interação com a comunidade.

Grande parte lá são as senhoras, geralmente tem as pessoas oriundas do interior, que têm aquele gosto de receber visita, oferecer um café, um lanche, uma água, ou até mesmo uma conversa. Tem senhoras que ligam pelo fato de morarem sós Então essa interação não é só uma troca mútua, elas não estão cobrando atenção maior na rua delas por causa disso. É realmente o policiamento em si. Tem as pessoas que realmente gostam do Ronda, que se sentem mais seguras em ter a gente por perto. Tem uma senhora lá que mora sozinha é como se fosse uma obrigação pra ela nos ter lá todos os dias praticamente: *“Ah, cês tão aqui vamos tomar um café, comer um bolo”*. Não vou mentir, pra mim é como se fosse um presente. Se eu não estou em ocorrência, por que não? Eu não vejo mal nenhum nisso, não vejo crime nenhum contra o Estado em relação a isso. Então a gente se sente numa situação de conforto de poder ajudá-las no momento em que precisem. A gente não tem a obrigação em si, mas sempre vamos dar um apoio, uma orientação quando elas precisarem. (Policial 1)

Se for algo de bom grado, se oferecer água, suco ou qualquer coisa e você, for de bom grado e você aceitar, não é nada demais pra gente também não. Eu, na minha visão, vejo que não é nada de mais, se alguém *“Ah, eu tô aqui, tem um bolinho, vocês querem?”* Se eu tiver com fome, eu vou... Se eu quiser, eu digo que aceito e pronto. Agora, se o bolinho for condicionado o fato de alguma coisa pra ela, isso aí pra mim já é outra coisa. É como se ele quisesse me comprar. (Policial 3)

As casas, residências, imóvel residencial, pessoas que a gente já atendemos ocorrência e demonstram um certo nível de interesse, querem conversar com você, que tem uma certa afinidade com você, e você começa a conversar, então aquilo já se transforma em um vínculo, que você começa a parar lá, conversar, nem que seja quinze minutinhos do seu tempo pra parar lá um pouquinho e dar uma atenção, é bom, a gente faz sempre, tenta valorizar as pessoas que gostam da gente. (Policial 2)

Ao tratar da devolução da dádiva, Mauss (2003, p. 188) indaga qual seria a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, [faria com que] o presente recebido [fosse] obrigatoriamente retribuído [...]. Em outras palavras, “que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?”. Para o autor, as dádivas são sempre recíprocas, ou seja, são necessariamente devolvidas ou retribuídas. Essa obrigação de retribuir, portanto, vai de encontro à idéia de gratuidade da dádiva, que seria apenas aparente e ocultaria uma troca interessada. Essa força presente na coisa dada, o laço espiritual que permite a devolução da dádiva Mauss denominou *mana*.

Obviamente ao tratar da contribuição da obra de Mauss em relação à dádiva e suas implicações é necessário levar em conta o seu tempo e a sociedade na qual ela se situa. Porém é importante se dizer que a partir de sua etnografia sobre os sistemas de trocas em sociedades arcaicas, o autor acabou por estabelecer uma universalidade da reciprocidade – regulada a partir de três obrigações interligadas: “dar, retribuir e receber” – que atravessa também as sociedades modernas constituindo o princípio matriz das relações sociais. O próprio autor confirma tal concepção ao afirmar que “é possível estender essas observações à nossas sociedades” (MAUSS, 2003, p. 294).

Uma das mais importantes contribuições de Mauss foi sua crítica ao utilitarismo demonstrando que os bens que circulam nessas sociedades estudadas não são apenas materiais, mas, sobretudo, simbólicos na medida em que se diferenciam da troca mercantil e associa-se a eles uma moral, um valor ético – daí a sua expressão “moral da dádiva-troca”.

De forma semelhante, Caillé (1998) em sua análise aponta a dádiva e a confiança como os constructos que mantêm as redes sociais entre os indivíduos. A rede constituiria, portanto,

O conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo o caso (p. 18).

Vemos, assim, que muitas vezes os interesses se encontram implícitos nestas relações. Em uma conversa com um colega de turma ouvi dele que o Ronda do Quarteirão sempre passava no lava jato de seu pai, onde quase sempre fazia gratuitamente uma lavagem na viatura. Sobre esta relação, seu pai explicou:

O Ronda chegou uma vez e pediu se eu poderia jogar um aguazinha debaixo da viatura, porque tinham atolado e tava sujo. Eu mandei lavar, depois eles perguntaram quanto era e eu não cobreí. Enquanto eles esperavam o carro lavar, iam pra lanchonete. Quando era apenas um café, não cobrava. Tinham dias que eles vinham apenas almoçar, e pagavam. Mas, eu aproveitava e mandava dar uma lavagem simples na viatura e nisso eles se tornaram bem próximos. Eles costumavam passar umas duas vezes por semana, entravam no lava jato, passavam de 20 a 30 minutos. Eles pediam pra lavar e perguntavam quanto era, eu não cobrava porque eu reconhecia que eles estavam ali protegendo a gente. Apesar de saber que eles ganham bem, mas a gente como cidadão tem quase a obrigação de oferecer algo, e lavar a pintura de um carro era algo que num precisava cobrar.

Para Barros (2005), é cômodo para um estabelecimento comercial “fazer amizade” com policiais, o que não deixa de ser uma garantia de privilégios. Além disso, como vimos na fala, nessa relação de reciprocidade o proprietário sente-se de certa forma impelido a estabelecer uma “dádiva” com aqueles que “zelam” pela segurança da sua comunidade. Para os policiais, ao mesmo tempo, receber a gentileza de tais estabelecimentos, como no caso relatado, cria uma “obrigação” de retribuí-la nem que seja oferecendo uma “sensação de segurança” através de uma “atenção especial” durante o trabalho ostensivo, como foi dito.

Não tem como evitar a relação com comércio, porque você chega numa área pra ir ao banheiro, tomar água, se é necessário isso você precisa de algum lugar, onde tem é só comércio. Mas claro que você, a medida que você vai tendo uma relação, muitos deles oferecem refeições, muitos deles oferecem água, lanches, e a gente aceita de bom grado. Ninguém aqui é doido de tá lá um bolozão bem bonitinho pra você aqui, com coca-cola e você morrendo de fome “*Não, não posso não, obrigado.*” Você aceita. Não sou aquele cara de pau que vai lá pedir, mas se me oferecer eu aceito. E se uma pessoa dessa me pedir algum favor, alguma coisa, por exemplo, um dono de comércio que conversa muito com a gente, aí diz: “*Ah, a minha filha tá vindo, voltando da faculdade tarde, umas nove horas da noite ela chega na parada e é umas quatro quadras pra ela chegar aqui em casa. Vocês podem dar uma atenção?*”. Com certeza a gente vai dar essa atenção, se não tiver nenhuma ocorrência, se não tiver nada que impeça, nove horas a gente vai tá ali na parada esperando a filha dele e vamos

olhando de longe, deixando ela chegar em casa. Com certeza a gente vai, com as pessoas que gostam da gente, a gente dá um contra ponto. Se pedirem algum favor, ou alguma coisa se tiver dentro do poder da gente, da possibilidade da gente, a gente faz, sem perigo. (Policial 2)

Como foi assinalado antes, para Bourdieu (1996) não é possível um ato desinteressado por parte do doador, ou seja, na relação de reciprocidade a retribuição é sempre algo esperado por ele, deixando aquele que recebeu na obrigação de retribuir, embora não se saiba quando ela será cobrada.

A respeito da cobrança da dádiva, policiais reclamaram de pessoas ou estabelecimentos comerciais que muitas vezes ofereceram gentilezas e comidas, em um ato aparentemente desinteressado e constituinte de uma relação de amizade, mas que em diversas oportunidades lhes cobraram a “dádiva”:

Às vezes há a cobrança, às vezes não. É interessante que teve uma vez que ainda bem que eu tive até o bom senso de não ficar chateado. Determinado cidadão lá no bairro teve a casa assaltada e nisso a gente tava no horário de almoço ainda e uma mulher que conhecia a gente e era amiga dele ligou desesperada: *“Ah, cadê vocês, tal e tal?”*. A gente disse que tava almoçando e ela: *“Não, pelo amor de Deus, venha aqui”*. Fomos lá com a viatura e tudo, tinham levado o carro dele pra fazer de assalto, levaram mais alguns bens, mas conseguimos encontrar o carro. Ai ela falou, eu acho que foi o momento, na força de expressão: *“Cês têm a obrigação, que vocês tão aqui todo dia, vocês têm a obrigação de encontrar esse carro do meu amigo”*. A gente pediu que ela se acalmasse e graças a Deus o carro foi encontrado. Tem gente que acha que porque a gente recebe um lanche, uma água, vai uma conversa, tem uma intimidade maior, já se acham na obrigação de vir cobrar. Às vezes as pessoas confundem isso. (Policial 1)

A gente faz o favor sim, até o ponto que ele começa a entender isso como obrigação. Quando começa isso, da minha parte, eu evito. Ai, por exemplo, quando o caso da gente chega no comércio, pede pra gente dá uma paradinha ali e acontece de um certo dia, a gente estar em ocorrência, e faz uma falta no lugar, ai *“Ah, vocês não pararam aqui, não sei o quê. Eu dou lanche pra vocês e vocês nem pra isso.”* Epa. Peraí. Não confunda. Se você oferecer algo pra mim e eu puder aceitar, eu vou aceitar, se eu puder ajudar, eu vou ajudar, agora se você tá querendo dizer que o seu lanche tá comprando eu vir aqui e te ajudar, não confunda não. Não confunda a nossa amizade não. Acontece muito, comerciante que confunde isso. (Policial 2)

Um policial disse se submeter a esse tipo de relação e cobrança por necessidade. O valor de R\$ 6,05 do vale-refeição oferecido aos policiais é até hoje motivo de insatisfação entre os policiais⁸⁴ sendo, inclusive, motivo de chacota de

⁸⁴ Nesta ocasião, o reajuste do valor do vale-refeição após a greve ainda não havia sido feito.

funcionários terceirizados na Polícia Militar: *“Até o meu vale é maior!”*, disse-me rindo um deles.

Você acha que eu recebo isso simplesmente porque eu quero? Por vício? Você acha que eu não queria que o salário que eu recebesse eu não precisasse almoçar todo dia aqui? Quando entrei na PM eu me recusava a receber comida e os mais antigos riam da minha cara dizendo: *“Quero ver você com seis meses de polícia!”*. E eles tinham razão. Esse estabelecimento me cobra por almoçar todo dia aqui. Eles me oferecem numa boa, mas é só surgir algum problema que eles vêm cobrar e jogar na nossa cara que almoçamos todo dia aqui. (Trecho retirado de Diário de Campo)

4.2. No limiar entre o permitido e o não permitido

Nesse contexto, não é raro que o policial militar se insira em relações de troca, “agrado” e prestação e contraprestações de favores que oferecem oportunidades, facilidades e recompensas muitas vezes mais rentáveis e expressivas que a própria obrigação do trabalho policial. Sendo um dos motivos, inclusive, para que os chamados “bicos policiais” na segurança privada, atividades proibidas dentro da Polícia Militar, se tornem cada vez mais comuns. Dentre as configurações do bico⁸⁵ a mais expressiva no cotidiano de trabalho policial é o denominado “bico velado” ou, na linguagem policial, “sub-área”. Este tipo caracteriza-se por ser praticado durante o serviço policial: “[...] Existe uma forma velada de prestar serviços a determinados comerciantes que pagam para a viatura uma certa quantia, seja dinheiro, almoço ou lanche” (SILVA, 2010, p. 39).

O caso de sub-área mais comum entre os policiais do Ronda do Quarteirão é exatamente o oferecimento de comida por parte de estabelecimentos comerciais citado anteriormente. O próprio comando da Polícia Militar tem conhecimento dessa situação. Prova disso é que certa vez orientou publicamente os comerciantes a não oferecerem nenhum tipo de comida aos policiais, pois *“mensalmente eles recebem vale-refeição”*. Em outra situação, o comandante do NPC reconhecendo tal prática orientou apenas os policiais quanto à preservação da imagem do programa Ronda nessas situações: *“Ofereceram um lanche? Vão lá, mas mantenham a postura e a*

⁸⁵ Silva (2010) identifica três principais configurações do bico policial: na segurança de VIP, em estabelecimentos comerciais e na chamada “sub-área”.

compostura. Não fiquem tão à vontade, não fiquem ‘descobertos’ (sem a boina) passando uma imagem de desleixo”.

No caso do Ronda do Quarteirão as sociabilidades mais facilmente construídas no cotidiano de trabalho dos policiais facilitam esta prática. Antes era geralmente nos momentos em que faziam o PB, citado anteriormente, que ocorria esse tipo de prática. Os policiais eram orientados a fazer o PB em locais públicos, mas na prática ele muitas vezes era feito próximo a postos de gasolina, restaurantes e comércios particulares, a partir dessa relação construída entre policiais e proprietários de tais estabelecimentos: *“É proibido fazer esse tipo de PB. Quando estou de fiscal eu cuido para que os policiais não fiquem por lá”*, disse uma vez um fiscal de policiamento. Quando os PB’s eram realizados de maneira mais livre pelos policiais, presenciei várias vezes o comandante do NPC os orientando para que o fizessem preferencialmente em praças *“para não saírem dizendo que estão fazendo sub-área”*.

Um dia conversando com o motorista terceirizado do microônibus que fica disponível para o NPC ele, muito simpático, comentou que por falta de tempo ainda não havia almoçado e estava com fome. Aproveitei a deixa e perguntei em tom de brincadeira se ele não havia dado *“uma passadinha no PB pra comer um lanchinho”*. Rindo, ele respondeu que a van não fazia PB. Quando perguntei se ele via algum problema nesse tipo de troca imediatamente respondeu que não, e explicou: *“porque foi o comerciante que ofereceu, não foi o policial que foi pedir”*.

Lanchinho só para os policiais mesmo. Tem os donos de restaurante, os comerciantes que sempre oferecem uma comidinha pra eles. Precisa nem os meninos pedirem, eles que dizem: *“Olha cara, te dou teu almoço todo dia, mas fica passando aqui mais vezes, dando uma atençãozinha”*. Só se o cara for ruim mesmo, aí aceita dinheiro.

Nesta fala percebemos aí o sentido das trocas a partir da distinção que normalmente se procura fazer entre as barganhas que são consideradas legítimas (no caso da comida) e ilegítimas, no caso do dinheiro. Em outras palavras, do policial que recebe um “agrado” e do que exige dinheiro, sendo este último caso caracterizado juridicamente, através do artigo 305 do Código Penal Militar, como crime de Consussão, que consiste em *“Exigir, para si ou para outrem, direta ou*

indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”.

Certa vez, conversando com um policial ele revelou que o dono de um escritório de advocacia localizado na área em que trabalhava já lhe havia oferecido dinheiro em troca de uma “atenção especial” ao estabelecimento, já que nele o fluxo de pessoas e dinheiro era grande: *“Ele deu as indiretas, né? Disse ‘me ajude que eu te ajudo’*”. Contou ainda a maneira como muitas vezes se dá a proposta:

O comerciante chega e diz *“Ó, cara, é o seguinte, se você ficar aqui, na saída do meu comércio, de tal horário a tal horário, de cinco e meia, e você encostar aqui até a gente fechar toda semana sai”*, digamos, trinta reais pra cada um da viatura. Por exemplo.

Disse ainda que da mesma maneira que proprietários procuram os policiais, estes também os procuram para oferecerem seus serviços e acabam, segundo ele, entrando no que chama “círculo viciante”, na medida em que vão acumulando cada vez mais dinheiro e clientes nessa prática.

A respeito dessa oferta de serviços policiais obtive um relato curioso. Certa vez voltava à noite de uma das confraternizações do NPC com um soldado e a funcionária terceirizada – ambos haviam se tornado muito próximos a mim e chegamos a sair juntos diversas vezes – quando resolvemos parar para comer algo em uma lanchonete. Quando estacionamos o carro, havia uma viatura do Ronda do Quarteirão parada em frente ao estabelecimento e comentei com soldado que estava conosco em tom de brincadeira: *“Olha só, pegando a merenda da noite”*. Ele riu confirmando: *“Certeza, viu!”*. A partir dessa brincadeira, sem que eu tocasse no assunto, esse policial começou a contar que conhecia o dono desse estabelecimento e que diversas vezes ele havia oferecido lanche sem lhe cobrar (na ocasião em que eu estava, o soldado pagou a conta normalmente). Foi então que ele começou a relatar como mantinha suas relações com os comerciantes da área em que trabalhava, segundo ele, com atividades comerciais bastante movimentadas:

Quando a proposta do comerciante é muito explícita nem eu aceito, porque a gente tem que ter muito cuidado e eu não gosto de me expor dessa forma. Ele tem que precisar de mim primeiro em alguma situação. Aí depois eu jogo a indireta, digo que não tenho como dar conta da área toda, porque realmente ela é muito grande, então eu jogo a proposta deixando subentendido o trato diferencial pra ele. E aí toda semana eu tiro o meu. Como sou muito conhecido lá na área às vezes eu até intermedo quando

os comandantes precisam de alguma coisa. Eu tenho minha rede de amigos.

Ainda, segundo ele, essa “rede de amigos” se estendia não apenas aos comerciantes que lhe forneciam algum tipo de pagamento, mas também a outros proprietários que se tornaram próximos a ele durante o policiamento: *“Mesmo que eles não paguem, porque muitos não têm como pagar, a gente dá uma força quando eles precisam”*. Esse tipo de prática mais do que evidenciar juridicamente o crime de corrupção⁸⁶ por parte de policiais constitui uma diferenciação baseada em privilégios concedidos por eles à rede de relações estabelecidas em seu cotidiano de trabalho. Se para o policial tal prática funciona como meio de angariar dinheiro, parece cômodo e concebe-se como algo natural e legítimo para os donos de estabelecimentos comerciais recorrerem, indiretamente ao não, a tais agentes do estado como forma de obter acesso privilegiado aos seus recursos de segurança.

Segundo Bezerra (1995) a corrupção e as redes de contravenção no Brasil envolvem, sobretudo, as relações pessoais de parentesco e amizade como práticas bastante difundidas e, portanto, socialmente institucionalizadas. Para o autor, manter e mobilizar tais vínculos pessoais estabelece a criação de redes pessoais através das quais circulam bens, serviços, favores e pessoas:

Utilizamos a noção de rede pessoal uma vez que queremos nos referir àquele conjunto limitado de contatos diretos e indiretos de uma pessoa que se caracteriza por estar fundado em relações de caráter pessoal. [...] Como entendemos o conceito, uma pessoa não precisa estar diretamente vinculada a ego para ser considerada como integrante de sua rede pessoal. [...] O conceito de rede pessoal deve lembrar-nos que cada pessoa encontra-se vinculada a outras pessoas por distintas categorias de relações pessoais, que estas ligações podem ser mobilizadas por uma pessoa para distintos fins e que esta própria pessoa pode ser acionada para atender a fins de outras pessoas a qual está vinculada direta ou indiretamente.(p. 13).

A respeito disso, em entrevista, um interlocutor ao contar como se deu a relação com algumas vendedoras de lojas no bairro em que trabalhava disse que tudo começou quando elas comentaram que a loja já havia sido assaltada e, a partir daí, ele começou a ficar passando sempre em frente ao estabelecimento *“pela relação de amizade”*. Quando perguntado se alguma vez já haviam oferecido algo

⁸⁶ No artigo 309 do Código Penal Militar, constitui crime de corrupção “Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou vantagem indevida para a prática, omissão ou retardamento de ato funcional”.

em troca desta “atenção especial” ele respondeu: *“Às vezes a pessoa oferece comida”,* e revelou: *“Mas geralmente quem recebe são os superiores, pra dar atenção a certas lojas. As grandes lojas é que falam com os comandantes”.* Perguntei então qual era o objeto de troca nesse caso: *“Muito dinheiro. Rola muito dinheiro”.* E completou: *“O Ronda é mais discreto porque tem mais cobrança. O comandante tem que ser mais cauteloso pra fazer esses negócios darem certo. Porque qualquer coisa que o Ronda fizer a gente tá na imprensa”.*

Esta fala revela exatamente que muitos comandantes e os próprios fiscais de policiamento não só têm conhecimento destas situações como também mantêm estreitas relações com proprietários de estabelecimentos comerciais da área, muitas vezes, direcionando o policiamento ostensivo a partir dos interesses de suas redes de contatos:

Os donos da loja não vão falar com soldado, eles vão falar com o comandante e o comandante é que vai botar o policiamento lá 24 horas. Porque o soldado ele tá ali só na hora que ele trabalha, oito horas diárias. Tudo é troca. (Policial 3)

De qualquer forma o fiscal não vai andar sozinho né? Então, ele acaba tendo aquela pessoa que tá do lado dele, bota junto com um esquemazinho dele, e deixa. E se você for ver quanto maior for a patente, maior há esse tipo de coisa. Por exemplo, se o soldado vai fazer um negocio desse, ele consegue pegar o quê? Num comercio, ficar parado ali um tempinho, pega, digamos, uns vinte reais, trinta reais para cada um, por semana, O fiscal vai tirar mais, que ele vai dizer *“Ah, eu vou determinar que as viaturas passem aqui.”* Então, ele não pega só de um comércio, pega de vários. Imagine ai já um comandante de núcleo, ou de batalhão, que diz *“Não, eu vou fixar um PB do lado do seu comércio, de meia hora. A cada duas horas uma viatura vai tá parada lá, pra evitar o assalto”.* Imagina quanto é que ele tira num grande comércio pensando nisso? E assim vai, Isso existe em todos os comandos da policia: *“Dá uma passadinha em tal canto que é chapa meu e não sei o quê, não sei o quê”.* (Policial 1)

Em uma conversa informal, certa vez um policial contou que há um posto de gasolina que divide duas áreas que o NPC abrange, cada qual com uma viatura. Um dia ao chegar ao posto durante o serviço para tomar um café como de costume, um funcionário do estabelecimento bateu no vidro da viatura e lhe entregou uma nota cinqüenta reais: *“Taí que o dono do posto mandou, cara”.* Ele disse então que percebeu que o funcionário havia confundido a viatura que ele estava com outra que, segundo ele, trabalha um fiscal de policiamento que mantém relações muito próximas com o posto: *“Não, cara isso aqui é da outra viatura. Deixa isso aí, a gente*

ta só passando aqui mesmo, precisa não". Foi quando o colega que estava com ele na viatura indagou por que ele não havia pegado o dinheiro e ele respondeu: *"Tu é doido, macho? Eu lá vou pegar um dinheiro desse pra depois dá bucho pra mim!"*.

O fiscal de policiamento a quem se referiu o policial é o responsável por gerir o policiamento do Ronda do Quarteirão em uma área específica do NPC. No começo de minha pesquisa ele procurava diante de minha presença esconder, de certa forma, suas relações com proprietários de estabelecimentos comerciais. Certo dia no NPC, antes de alguns policiais saírem para o serviço de rua ele, que acompanharia uma equipe neste dia, chamou um dos soldados e falou animado: *"Venha cá, não quero um 'não' como resposta. Arranja o café que eu arranjo o pão"*. O soldado respondeu que dava *"pra desenrolar lá na área"*. Quando percebeu que eu havia escutado o diálogo, desconfiado o fiscal olhou para mim e, justificando-se, disse rindo ao soldado: *"Compra com os vales, aí viu"*.

Sua relação com donos de estabelecimentos comerciais tornou-se clara para mim no dia em que fui a convite dele e de outros policiais a uma festa de pagode em uma casa de shows localizada nesse bairro. Na ocasião, ficou evidente sua estreita relação com o dono da casa de show na medida em que não foi cobrada a entrada de nenhuma das pessoas que estava em sua companhia, dentre as quais eu me incluo, e houve um tratamento diferenciado em relação ao atendimento na mesa em que estávamos.

Esta relação envolvendo comandantes e proprietários de estabelecimentos comerciais influencia também nos locais onde os policiais fazem os PBs, evidenciando mais uma vez o direcionamento desses e da atividade policial a partir de relações de interesse pessoal, político e financeiro:

Essas missões que eles passam, são todas de fundo político, de amizade. Por exemplo: tem uma loja de amigo tal, o amigo foi assaltado, "dê uma passadinha lá, fique passando por lá, faça o PB lá. Você tem que atender, informalmente né, que eles mandam. Ai não deu pra fazer. Uma das vezes não deu pra eu fazer porque tinha muita ocorrência onde eu trabalhava, então eu não posso sair da ocorrência. Ai o dono da loja liga pro meu comandante e pergunta por quê que a gente não tá passando lá, ai meu comandante não quer saber se a gente tá atendendo ocorrência, se a gente

tá numa abordagem fazendo o serviço. E briga com a gente. Ai me dá um pincel⁸⁷. (Policial 3)

Além desses casos, é importante também apontar os usos da função policial para fins privados dentro da própria polícia quando durante uma rendição, o comandante dirigindo-se aos policiais de uma das áreas que o NPC atende, chamou-lhes a atenção pelo fato de não estarem, segundo ele, fazendo a segurança de um outro comandante que faz sua corrida todos os dias em um determinado bairro: *“Pessoal, não tem o que fazer não. Deu 18:30h, encosta. O comandante faz a corrida dele todo dia nesse horário”*.

Podemos identificar ao longo deste capítulo dois principais tipos de relações envolvendo policiais militares e os sujeitos que compõem à área ou comunidade sob as quais policia. O primeiro deles está ligado ao favorecimento de pessoas as quais os agentes de segurança estão vinculados por uma obrigação moral e afetiva alicerçada em laços de reciprocidade que foram construídos no dia-a-dia do trabalho policial, enquanto o segundo aproxima-se mais a uma comercialização da força institucional da polícia. O fato é que esses tipos de relações durante o cotidiano de trabalho dos policiais acabam adquirindo uma importância e gerando um compromisso que sempre, ao ser honrado de forma particular, compromete a segurança que deveria ser oferecida a todos indistintamente na medida em que gerencia e regula, de certa forma, as atividades do policiamento ostensivo.

⁸⁷ Na linguagem policial “dar um pincel” significa dar uma bronca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, busquei adentrar um pouco mais no contexto do trabalho e das práticas policiais através das percepções dos agentes que atuam no programa Ronda do Quarteirão, que expuseram de maneira muito rica suas atividades, relações e representações que perpassam o seu saber policial. É importante ressaltar aqui que apesar de já manter certo diálogo com meus sujeitos de pesquisa por conta de experiências anteriores, a escolha de um local específico para a realização desta pesquisa e todo o investimento em tempo ao qual me dispus para realizá-la reforçou a minha aproximação com os policiais militares.

Em larga medida, considerei importante a imersão neste universo a fim de compreender como funciona a dinâmica e o cotidiano de trabalho dos policiais pertencentes a este grupamento da Polícia Militar do Ceará implantado sob os holofotes da mídia e as expectativas da população, mas que nos últimos anos tem perdido sua popularidade inicial. De maneira distinta, o programa Ronda do Quarteirão foi apresentado neste trabalho a partir de reflexões feitas por seus próprios agentes de segurança que vivenciam na prática o significado de pertencer a este segmento policial.

Esta experiência em campo possibilitou, dentre outras coisas, uma melhor reflexão a respeito do lugar que ocupa hoje o programa Ronda do Quarteirão no panorama da segurança pública do estado do Ceará. Como foi dito, o programa Ronda foi apresentado sob forte visibilidade pelo governo do Estado do Ceará à população como a "polícia da boa vizinhança", baseada no reforço dos vínculos entre polícia e comunidade. Apesar dos objetivos de seu projeto original no qual a atividade preventiva seria a principal norteadora houve na prática um real distanciamento e inversão de prioridades: de uma polícia preventiva e interativa, se tem hoje uma polícia, sobretudo, ostensiva e repressiva. O caráter de preservação dos direitos fundamentais dos indivíduos por parte de seus agentes que se buscava no início com o Ronda do Quarteirão, deu lugar, não apenas dentro do programa, a um policiamento, sobretudo, repressivo. Os reforços e a criação de novos batalhões especializados em reprimir o crime com gratificações especiais – como é o caso do

RAIO⁸⁸ – é um dos exemplos que demonstram os contornos que a segurança pública do estado adquiriu.

Outra constatação é a de que se tínhamos no início do programa policiais do Ronda do Quarteirão satisfeitos com o status, os privilégios e o conforto proporcionados pelos novos fardamentos e viaturas, temos hoje grande parte deles insatisfeita, trabalhando com uma composição de apenas dois policiais por viatura, em uma escala de trabalho instável que dificulta agora o reforço de vínculos com a comunidade e a realização de outras atividades complementares de interesse dos policiais, como por exemplo, freqüentarem uma faculdade.

Vimos também que mesmo com uma proposta de polícia menos reativa a reprodução de um padrão violento de atuação por parte de policiais do Ronda do Quarteirão continua sendo o *modus operandi* da Polícia Militar do Ceará. Nem mesmo o investimento em fiscalização, como é o caso do sistema de videomonitoramento, tem inibido determinados tipos de ações policiais tendo em vista que tais agentes de segurança desenvolvem em seu cotidiano de trabalho mecanismos de “driblar” esse dispositivo de controle quando lhes convém. O que se observa é que o sistema de videomonitoramento, na prática, pouco tem feito no que diz respeito a inibir aquelas condutas desviantes de caráter mais grave, como por exemplo, a tortura e as abordagens truculentas por parte dos policiais, e tem dado conta apenas de comportamentos de menor importância, tais como o uso da boina, cobrança excessiva para a realização dos PB's, funcionando menos como instrumento de fiscalização que de punições em excesso.

A respeito de condutas consideradas desviantes, é importante ressaltar que para além de uma legislação e fiscalização, no contexto do cotidiano de trabalho policial há um campo de facilidades e oportunidades com as quais os policiais militares se deparam e se inserem a partir de relações construídas no dia-a-dia do policiamento. Tais condutas nem sempre são percebidas como erro ou crime, mas muitas vezes consideradas legítimas e constituintes do processo de interação com a

⁸⁸ Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO). “Os PM's atuam em grupo de quatro motocicletas e com armas de grosso calibre. Todos os dias 6 (seis) equipes de policiais militares reforçam o policiamento da capital em situações de média complexidade, em locais de difícil acesso e na abordagem de indivíduos suspeitos caminhando em locais inóspitos ou conduzindo bicicletas, mobiletes e motos”. (Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social)

comunidade funcionando como um agenciamento próprio de sobrevivência que se reproduz instituindo o que Hirata (2010) denominou “legalismos locais”.

Em detrimento de todos esses aspectos ainda hoje se percebe uma tentativa por parte da cúpula da segurança pública do estado em sustentar o discurso e a visibilidade política do programa do Ronda do Quarteirão enquanto uma polícia diferenciada e comunitária recaindo sobre o programa um peso político e institucional que se reflete e interfere diretamente no cotidiano de trabalho de sua tropa quase sempre na forma de cobranças, pressões e punições em maior intensidade que em outros segmentos policiais do estado.

Ao que me propus a realizar nesta pesquisa, posso afirmar que as informações encontradas satisfizeram as minhas inquietações iniciais, mas, na trajetória que percorri nessa busca da compreensão de parte do inesgotável mundo policial, novos desdobramentos e inquietações surgiram. A profissão policial mostrou-se um campo extremamente complexo de análise que seria difícil, por que não dizer impossível, dar conta de toda a sua completude neste trabalho. Dessa forma, as lacunas e os novos caminhos que este trabalho possa ter deixado certamente serão objetos de estudos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D; ALMEIDA, R. O. As entidades dos direitos humanos e a política de segurança pública: entre a crítica e a parceria. In: BARREIRA, C. (org). **Questão de segurança**: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Cap. 3, p. 91-111.

ARAÚJO, Leticia de Sousa. **Cotidiano e práticas policiais**: o Ronda do Quarteirão em revista. Monografia de Graduação. Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

AQUINO, Jania Perla Diógenes de. **Príncipes e castelos de areia**: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. Fortaleza: Editora Pontes, 2008.

_____. **Crimes por encomenda**: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

_____. (Org). **Questão de segurança**: políticas governamentais e práticas policiais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BARROS, L. A. **Polícia e Sociedade**: um estudo sobre relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política/Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

BAYLEY, D. H; SKOLNICK, J.H. **Policciamento Comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Edusp, 2002.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Bases sociais da prática de corrupção no Brasil**. Brasília: Biblioteca Virtual sobre Corrupção, 1994. Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3107/1/Bases_sociais_pr%C3%A1tica_corrupt%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. (orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura**: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente. Porto Alegre: Edunisc, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o Dom. **Mana**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 2, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200001&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. Será possível um ato desinteressado? In:_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996. p.137-156.

BRASIL. Decreto Lei 1001/69 Art. 308, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Disponível em: <
<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91699/codigo-penal-militar-decreto-lei-1001-69#par-1--art-308>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

BRASIL. Decreto Lei 1001/69 Art. 305, de 21 de outubro de 1969. **Código Penal Militar**. Disponível em: <
<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91699/codigo-penal-militar-decreto-lei-1001-69#par-1--art-308>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**, USP, São Paulo, n. 9 (1), p. 79-94, 1997.

_____. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. Cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo de; CARNEIRO, Leandro Piquet; GRZYNSZPAN, Máriio et alii (Orgs). **Cidadania, justiça e violência**. FGV, 1999. p. 117-178.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento**: problemas e temas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. In: _____. **RBCS**, v. 13, n. 38, abr. 1998, p. 37-51.

CARDOSO, Bruno Vasconcelos de. **Todos os olhos**: videovigilâncias, *videovoyeurismos* e (re)produção imagética na tecnologia digital. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2010.

CEARÁ, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Projeto Ronda do Quarteirão**. Fortaleza: SSPDS, 2007.

CEARÁ. Lei nº 14.685, de 30 de abril de 2010. Cria no sistema de segurança pública estadual o Batalhão de Policiamento Comunitário da Polícia Militar do Ceará. **Assembléia Legislativa do Estado do Ceará**. Fortaleza, CE, 30 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2010/14685.htm>> Acesso em: 13 mai. 2012.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: _____. DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DUARTE, Anderson. **Policiamento comunitário e governamentalidade neoliberal**: uma análise da Polícia Militar do Ceará. Monografia de Especialização. Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública/Universidade Estácio de Sá. Fortaleza, 2011.

ELIAS, Norbert. Observações sobre a fofoca. In:_____. ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 35.ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Ditos e escritos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. IV (Estratégia, Poder-Saber), 2010.

FREITAS, G.J; MELLO, P.D.A; ALMEIDA, R.O. **Organizações policiais em revista**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

GRILLO, Carolina Christoph. **Fazendo o doze na pista**: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In:_____. GROSSI, Miriam Pillar. **Trabalho de campo & subjetividade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LIANOS, Michalis. Le contrôle social après Foucault. **Surveillance & Society** 1(3): 431-448. 2003.

MARX, Gary T. What’s new about “new surveillance”? Classifying for change and continuity”. In:_____. **Knowledge, Technology and Policy, Spring**, Vol. 17, n. 1. 2004, 18-37.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In:_____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v.2, p. 49-209.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MUNIZ, J; JUNIOR, D. P. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, n. 61, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a11v2161.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2009.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. Alteridade e Poder na (e da) Prática Antropológica: Ruth Cardoso; Eunice Durham e Alba Zaluar em Foco. **Revista Trias**, nº6, 2013. Disponível em: <<http://www.revistatrias.pro.br/artigos/ed-6/alteridade-e-poder-na-pratica-antropologica.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

NORRIS, Clive. From personal to digital: CCTV, the Panopticon, and the technological mediation of suspicion and social control. In: _____. LYON, David (org.) **Surveillance as Social Sorting: Privacy, Risk and Digital Discrimination**. London: Routledge, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROSENBAUM, D. P. A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para policiamento comunitário. In: _____. BRODEUR, J-P. **Como reconhecer um bom policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, A. M. S. **Agentes públicos na segurança privada: a configuração do bico na cidade de Fortaleza**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SILVA, Kelly Cristiane da. O poder do campo e o seu campo de poder. In: _____. BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. (orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente**. Porto Alegre: Edunisc, 2007.

SOUSA, Emanuel Bruno Lopes de. **Ronda do Quarteirão: um “acontecimento” na política de segurança pública?** Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade/Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2008.

TORNQUIST, Carmen Susana. Vicissitudes da subjetividade: auto-controle, auto-exorcismo e liminaridade na antropologia dos movimentos sociais. In: _____. BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. (orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente**. Porto Alegre: Edunisc, 2007.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: POLICIALERJ, 1994. In: _____. SENASP – **Curso nacional de multiplicador de polícia comunitária**. 4ª Ed. Brasília, 2010.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: _____. VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (orgs). **Pesquisas urbanas: desafio do antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília – DF: Editora UnB, 1991.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: _____. Ruth Cardoso (Org.) **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2004. p. 107-123.

_____. Alba Zaluar. [jan-abr, 2004]. Rio de Janeiro: **Revista Rio de Janeiro**. Entrevista concedida a Cesar Caldeira, Emilio Dellasoppa, Marcos Bretas e Michel Misse.

_____. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense. 2000.

ZIMMER, Marco Vinício. **O panóptico está superado?** Estudo etnográfico sobre a vigilância eletrônica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

Notícias de jornais:

ACIDENTES destroem viaturas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 19 out. 2009. Disponível em: <
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=681608>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

APÓS 5 anos, Ronda do Quarteirão frustra e não reduz os crimes. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <
<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1227963>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

A segurança pública em crise no nordeste. **O Povo Online**. Disponível em: <
<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2012/02/24/noticiasjornalopiniao,2789817/a-seguranca-publica-em-crise-no-nordeste.shtml>>. Acesso em: 29 abr, 2012.

CHEGAM viaturas para o Ronda do Quarteirão. **Diário do Nordeste Online.**

Fortaleza, 8 ago. 2007. Disponível em: <

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=459389>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

COMO as redes sociais criam o #caos. **O povo Online.** Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/01/13/noticiasfortaleza,2469894/como-as-redes-sociais-criam-o-caos.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2012

DIA de 'caos' completa um mês; PM trocou 10 comandantes. **O Povo Online.**

Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/02/03/noticiasjornalfortaleza,2778065/dia-de-caos-completa-um-mes-pm-trocou-10-comandantes.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

ESPECIALISTAS alertam para formação policial. **Diário do Nordeste online.**

Fortaleza, 8 nov. 2007. Disponível em: <www.diariodonordeste.com.br>. Acesso em: 29 mai. 2009.

GAROTO morto com tiro de PM. **Diário do Nordeste Online.** Fortaleza, 26 jul. 2010.

Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=821318>>.

Acesso em: 20 set. 2010.

PMS expulsos por praticar 'pega'. **Diário do Nordeste Online.** Fortaleza, 24 fev.

2012. Disponível em

<<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1107963>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

RACHA com viaturas da PM causou prejuízo de R\$ 43 mi. **O Povo Online.**

Fortaleza, 25 fev. 2012. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/02/25/noticiasjornalfortaleza,2790463/racha-com-viaturas-da-pm-causou-prejuizo-de-r-43-mil.shtml>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

RONDA do Quarteirão entra em operação hoje. **Diário do Nordeste Online.**

Fortaleza, 21 nov. 2007. Disponível em: <

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489129>>. Acesso em: 10 out 2009.

RONDA do Quarteirão sob investigação sigilosa. **O Povo Online.** Fortaleza, 13 jul.

2009. Disponível em <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/ronda-do-quarteirao-sob-investigacao-sigilosa/>>.

Acesso em: 13 jul. 2009.

RONDA é aprovado por 72% dos fortalezenses. **O Povo Online.** Disponível

em: <<http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/818827.html>>. Acesso em

21/11/2010.

RONDA frustra moradores. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 23 nov. 2007. Disponível em: < <http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489741>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SOBE para 9 o número de PMs presos por dormirem em serviço. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 12 out. 2010. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=302615&modulo=183>>. Acesso em: 1 mai.2012.

SUSPENSA licitação para a compra de viaturas. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 23 mai. 2007. Disponível em: <<http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=435892>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

Sites consultados:

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará. Disponível em:<www.seguranca.ce.gov.br>. Acesso em: 29 mai. 2012

Blog Programa Ronda do Quarteirão. Disponível em: <<http://rondabpcom.blogspot.com.br/2012/03/o-ronda-na-internet.html>>. Acesso em: 29 mai. 2012

Blog do Guilhon. Disponível em: < <http://blogdoguilhon.blogspot.com.br/2007/06/ronda-do-quarteiro-juiz-manda-suspender.html>>. Acesso em: 15 abr. 2012